

QUEM É A PSICÓLOGA BRASILEIRA?

Mulher, Psicologia e Trabalho



Conselho
Federal de
Psicologia

QUEM É A PSICÓLOGA BRASILEIRA?

Mulher, Psicologia e Trabalho



Conselho
Federal de
Psicologia

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA**

**QUEM É A PSICÓLOGA BRASILEIRA?
MULHER, PSICOLOGIA E TRABALHO**

Organizadora

Louise A. Lhullier

Conselho Editorial

Clara Goldman

Cristina Silva

Marcos Ribeiro Ferreira

Marcus Vinícius Oliveira

Marilda Castelar

Marisa Sanábria

Roseli Goffman

Brasília, Maio/2013

1ª Edição



É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br

1ª edição – 2013

Projeto Gráfico – IDEORAMA

Diagramação – IDEORAMA

Revisão – Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Coordenação Geral/ CFP

Yvone Duarte

Coordenação de Comunicação Social

Denise de Quadros

André Almeida/Editoração

Coordenação de Relações Corporativas

Fabíola Borges Corrêa

Equipe Técnica

Gabriela Rossetto Demeneck – Analista Técnica – Divisão de Referências Técnicas

Natasha Ramos Reis da Fonseca – Chefe de Divisão – Centro de Referência

Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Cibele Cristina Tavares de Oliveira – Analista Técnica - Centro de

Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Preparação de texto

Eveline Bouteiller

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR 6022, de 2003, 6023, de 2002, 6029, de 2006 e 10520, de 2002.

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107 /E-mail: ascom@cfp.org.br /www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – Maio de 2013

Catálogo na publicação
Biblioteca Miguel Cervantes
Fundação Biblioteca Nacional

Lhullier, Louise A. (organizadora)
Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho /
Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.
157p
ISBN: 978-85-89208-61-1.
Psicólogas 2. Trabalho 3. Mulher
I. Título.

XV Plenário
Gestão 2012-2013

Diretoria

Humberto Cota Verona – Presidente

Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente

Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Deise Maria do Nascimento – Secretária

Conselheiros efetivos

Flávia Cristina Silveira Lemos

Secretária Região Norte

Aluizio Lopes de Brito

Secretário Região Nordeste

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza

Secretária Região Sudeste

Ana Luiza de Souza Castro

Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto

Celso Francisco Tondin

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah

Maria Ermínia Ciliberti

Mariana Cunha Mendes Torres

Marilda Castelar

Roseli Goffman

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Psicólogas convidadas

Angela Maria Pires Caniato

Ana Paula Porto Noronha

Apresentação

Apresentação

Afinal, como é a relação entre as psicólogas e a Psicologia? Esse é um tema tão importante que mereceu um livro. Por isso, esta publicação é inteiramente dedicada a elas, como uma forma de reconhecimento na construção da profissão. Para buscar a resposta, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do Instituto ETHOS, desenvolveu uma pesquisa quantitativa sobre o tema, que ouviu 1.331 psicólogos¹ de todo Brasil. Um dos principais resultados obtidos, se não o mais destacado, é que, dos 232 mil profissionais em exercício, 88% são mulheres.

Devemos estar atentos a essa informação, principalmente porque ela simboliza e destaca o protagonismo feminino de uma nação composta por aproximadamente 97 milhões de mulheres (IBGE/2012), que correspondem a mais da metade da população brasileira. É preciso enxergar a contribuição da Psicologia, uma vez que essa maioria também se reflete na profissão.. Questões assim motivaram o Conselho Federal de Psicologia a realizar a pesquisa *Quem é a psicóloga brasileira?*. A pesquisa incluiu questões de uma série histórica que investiga, desde 1988, o perfil da categoria. Frutos de um trabalho de levantamento da prática profissional e daqueles que estão no seu exercício, já foram publicadas quatro edições: em 1988, o livro *Quem é o Psicólogo brasileiro?*; em 2000 e 2001, os relatórios de pesquisa sobre o perfil dos profissionais de Psicologia, e, em 2004, uma pesquisa de opinião realizada pelo Ibope.

O presente estudo foi necessário para saber com maior clareza quem faz a Psicologia e, a partir dessa observação, criar a possibilidade de avançar na pesquisa sobre os efeitos dessa presença feminina sobre o exercício da Psicologia no Brasil. Essa perspectiva é um elemento que foi incluído nas pesquisas de opinião e que deve permanecer nas próximas análises, abrindo horizonte para novas dimensões envolvendo gênero, profissão, trabalho e o feminino no século XXI. O CFP aposta nesse

¹ Foram ouvidos também 169 psicólogos, que não serão o foco das análises contempladas neste livro.

diferencial de agora em diante.

Além de conhecer a realidade das psicólogas, a pesquisa possibilita um diálogo qualificado com as mulheres da profissão a partir da identificação de suas realidades. É dessa maneira que as políticas da profissão e as políticas de gênero poderão considerar reais demandas, possibilitando, portanto, a potencialização e qualificação por meio de uma rica interação com a categoria.

Mais do que um panorama, a pesquisa trouxe também um conhecimento que ultrapassa as questões das mulheres dentro da Psicologia. Ela abre um leque que permite, inclusive, a elaboração de estratégias da categoria, favorecendo o protagonismo e a luta pela igualdade de gênero no Brasil.

É com satisfação que disponibilizamos a presente publicação para vocês, que fazem da profissão um eterno movimento. A Psicologia, especialmente no ano de 2013, foi identificada como uma atividade de muitas e diferentes mulheres, e mostrou os avanços conquistados, contextualizando e produzindo reflexões sobre a atuação das psicólogas na vida, nos discursos e nos impactos de sua inserção no mundo do trabalho contemporâneo.

A expectativa é de que outros resultados da pesquisa possam surgir a partir desse primeiro panorama. O próprio Sistema Conselhos prepara uma próxima publicação fruto de uma segunda etapa de pesquisa, desta vez qualitativa, que mostrará quem são essas psicólogas, de que maneira vivem, o que pensam e a forma como atuam na profissão – fazendo uma reflexão sobre os possíveis efeitos desse comportamento na atividade profissional da Psicologia.

Esperamos que esse livro faça parte do cotidiano da categoria como uma referência histórica, reflexo desses 50 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil.

Sumário

Introdução	14
As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu <i>(Louise A. Lhullier e Jéssica J. Roslindo)</i>	19
Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho <i>(Rita Flores Müller e Geni Núñez Longhini)</i>	53
A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia <i>(Bruna Camillo Bonassi e Rita Flores Müller)</i>	79
Ser psicóloga no Brasil: entre o exercício profissional e a realização de atividades domésticas e de cuidado não remuneradas <i>(Maria Fernanda Diogo e Maria Chalfin Coutinho)</i>	93
As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho <i>(Oswaldo Hajime Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira e Ana Ludmila Freire Costa)</i>	114
Apêndice 1: Como foi feita a pesquisa: a técnica e os bastidores <i>(Raul A. L. Cesar Moreira e Jéssica J. Roslindo)</i>	133
Apêndice 2: Mapeamento sobre a Distribuição por sexo nas Gestões do Sistema Conselhos de Psicologia: A Representação Feminina <i>(Equipe técnica do CFP)</i>	141
Sobre as autoras e os autores	155

Introdução

Introdução

Louise A. Lhullier

Desde a regulamentação da profissão, em 1962, tem se produzido sobre a prática da Psicologia “um notável volume de estudos e reflexões” (YAMAMOTO & AMORIM, 2010, p. 17). São cinco décadas de publicações: artigos, teses e dissertações, resumos e textos completos em anais de eventos científicos nacionais e regionais, além de livros e capítulos de livros. A pesquisa *Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil*, realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹, empreendeu um trabalho minucioso de sistematização dessa produção, que deu origem ao livro *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (YAMAMOTO & COSTA, 2010).

Essa pesquisa chegou a um conjunto de 908 documentos: 376 artigos publicados em periódicos científicos, 46 livros, 411 trabalhos acadêmicos, 31 artigos de divulgação científica e 44 outros documentos (YAMAMOTO & AMORIM, op. cit., p. 23). A análise desse conjunto mostra que a supremacia da presença feminina na profissão não tem sido uma questão para os estudiosos da profissão. Essa constatação é corroborada pelo fato de esse ponto não ter sido problematizado tanto pelos pesquisadores cuja produção foi analisada, quanto pelos autores que assinaram capítulos do livro que resultou dessa pesquisa.

Conforme já esclarecido na “Apresentação”, no primeiro semestre de 2012 o Conselho Federal de Psicologia encomendou uma pesquisa quantitativa de abrangência nacional que focalizou os psicólogos e as psicólogas em atividade, com registro no CFP. A pesquisa deu sequência à série de estudos que se realizam sobre a profissão há várias décadas. Além disso, constatando a ausência das psicólogas nas publicações sobre a profissão, buscou dar visibilidade a essas mulheres que exercem a Psicologia. Neste livro, portanto, nosso foco é a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa que se referem às psicólogas. Eventualmente são utilizados dados sobre os psicólogos, quando as autoras ou autores consideraram

interessante a comparação por sexo.

O livro está organizado como uma coletânea, sem a preocupação de buscar um consenso entre os autores. A demanda foi apenas no sentido de que escrevessem sobre os dados da pesquisa do CFP, com foco sobre os resultados referentes às psicólogas. É interessante observar que várias referências na literatura sobre trabalho feminino se repetem nos diversos capítulos, evidenciando a importância do trabalho das autoras citadas para a reflexão sobre o tema.

Cabe comentar, também, que embora se trate de uma pesquisa quantitativa, analisada sob a ótica do trabalho feminino, deparamo-nos aí com algumas questões de fundo, tão interessantes quão pouco exploradas na Psicologia brasileira, que serão objeto de publicações futuras. São questões que remetem diretamente à constituição dos humanos como seres sexuados, à sua subjetividade, ou seja, questões que dizem respeito diretamente à Psicologia. Mas quisemos ao menos lembrar neste livro a importância da discussão sobre as categorias mulher, feminino e feminização, que nos permitirá levar a análise sobre os possíveis efeitos da presença majoritária das mulheres na profissão para além daquilo que vem sendo objeto dos estudos sobre trabalho feminino.

O sexo biológico – que se define em termos das duas categorias estanques “homem” e “mulher” – raramente é duvidoso: a anatomia costuma apontar a diferença, e os registros civis procedem à sua inscrição simbólica. É bem verdade que mesmo a biologia comporta a exceção, e a literatura especializada registra muitos casos em que não é possível resolver as coisas de forma tão simples. A questão do feminino é bem mais complexa, e não será problematizada nos textos que compõem este livro. Quando aqui nos referirmos ao feminino, trataremos das mulheres, sem considerar, nessa oportunidade, os múltiplos significados que a palavra pode assumir, a não ser que especificado esse outro sentido, para além do sexo biológico.

O capítulo 1 apresenta e discute resultados da pesquisa quantitativa do CFP referentes às psicólogas brasileiras: trabalho, renda e poder aquisitivo, a formação complementar e a pós-

graduação, principais autores e autoras de referência, relação com o CFP, relacionamento e filhos, trabalho doméstico, o cuidado de si e experiências pessoais como vítimas de violência física ou psicológica.

No capítulo 2, as autoras apresentam a questão do trabalho feminino e do trabalho masculino, situando aí questões de gênero, ou seja, problematizando a dimensão política da distribuição do trabalho entre os sexos e suas consequências. Sabemos que a organização e a valorização do trabalho em nossa cultura obedecem a uma lógica masculina – ou fálica, como dizem os psicanalistas. Nessa lógica, o trabalho “da rua”, o progresso científico e tecnológico e tudo aquilo que faz a cultura se mover são mais valorizados do que aquilo que tem a ver com a manutenção da vida, como o cuidado com os que não são capazes de cuidar de si próprios ou as tarefas rotineiras da vida doméstica, da casa, tão indispensável quanto pouco visível.

O predomínio das mulheres na Psicologia em diversos países e a feminização da profissão em alguns deles são abordados no capítulo 3. Sem pretender um levantamento exaustivo da produção nessa área, apresenta evidências de que esse é um fenômeno que não se restringe ao nosso país, mas, ao contrário, é observado em muitos outros. Por isso mesmo, chama a atenção a escassez de estudos sobre as psicólogas brasileiras, sobre o significado dessa supremacia feminina e sobre seus efeitos no exercício da profissão.

O trabalho das psicólogas, remunerado e não remunerado, ou seja, como profissionais e no âmbito da casa e dos cuidados com a família, foi o tema desenvolvido por Maria Fernanda Diogo e Maria Chalfin Coutinho no capítulo 4.

Essas análises evidenciam que as psicólogas brasileiras são afetadas pelas mesmas dificuldades postas para muitas outras mulheres trabalhadoras, tanto no Brasil quanto em outros países.

Finalmente, no capítulo 5, Oswaldo Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira e Ana Ludmila Freire Costa agregam uma análise muito interessante, que leva em consideração a presença das psicólogas no âmbito acadêmico, evidenciando que há particularidades nesse contexto que devem ser levadas em consideração quando se pensa no exercício da Psicologia no Brasil.

No Apêndice 1, os responsáveis pela operacionalização da pesquisa contam como ela foi feita, sem se limitarem a informações técnicas – que são fundamentais –, mas incluindo um depoimento sobre o trabalho de campo, algo pouco usual. Esse depoimento, assim nos parece, vem enriquecer esta publicação, na medida em que registra outro olhar sobre os psicólogos e psicólogas, e também a mudança que o contato com esses profissionais provocou na concepção inicial dos entrevistadores sobre aqueles a quem entrevistariam.

O Apêndice 2 apresenta dados muito interessantes, levantados pela equipe técnica do CFP, sobre a proporção de homens e mulheres que representam seus colegas em organizações da Psicologia brasileira. Além de mostrar a sub-representação das mulheres, de uma maneira geral, nesses postos, esse levantamento mostra que há diferenças acentuadas entre as regiões, além de espaços em que as psicólogas têm uma presença mais forte, a exemplo do que concluiu a análise sobre o âmbito acadêmico apresentada no capítulo 5.

Esta primeira publicação visa principalmente fazer circular aquilo que a pesquisa tornou visível sobre as psicólogas brasileiras, abrindo um debate ao qual pretendemos dar continuidade. Estamos esperançosas de que outros pesquisadores possam aproveitar tais resultados para análises adicionais, tanto do ponto de vista da perspectiva teórica, quanto de aproveitamento dos dados. Por essa razão, disponibilizamos o máximo de informações possíveis, tanto as geradas pela pesquisa, quanto aquelas referentes à maneira como ela foi realizada. Os dados estão aí, são nossos, da Psicologia brasileira.

As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu

(Louise A. Lhullier e Jéssica J. Roslindo)

As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu²

Louise A. Lhullier e Jéssica J. Roslindo

A partir de dados sobre a população levantados diretamente do cadastro do Conselho Federal de Psicologia, os mesmos que orientaram o cálculo da amostra, a pesquisa CFP 2012 constatou que as mulheres constituem 89% da categoria.

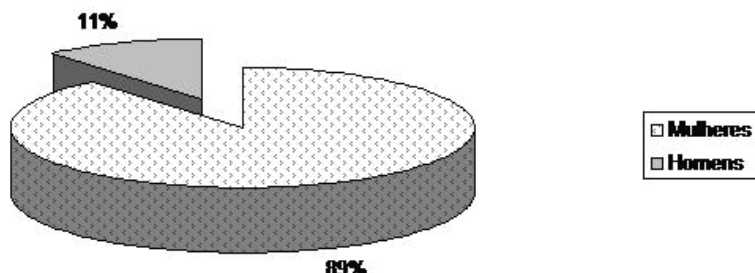


Figura 1 – Proporção de psicólogas e de psicólogos no Brasil

Fonte: Cadastro do Conselho Federal de Psicologia (2012).

Além disso, ao comparar este percentual de 89% com aqueles encontrados pelos estudos anteriormente realizados pelo CFP, verificou-se que não houve alteração significativa nessa proporção desde 1988³, quando o total de psicólogas atingia 87% dos profissionais com condições legais para o exercício profissional. Em pesquisa realizada pelo IBOPE para o CFP em 2004, com profissionais inscritos no Conselho, o percentual de psicólogas no total da amostra foi de 91%.

² Agradecemos às bolsistas de Iniciação Científica Geni Núñez Longhini e Bruna Bonassi pelo fichamento da maioria dos textos citados neste capítulo e pelo processamento de tabelas de dados que utilizamos durante o processo de análise.

³ Conselho Federal de Psicologia. (1988). Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: Edicon.

No entanto, um recente estudo de abrangência nacional sobre a profissão, realizado por uma iniciativa do GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Anpepp, entre 2006 e 2008, apresenta 83,3% de respostas de psicólogas. Com base nesse dado, conclui que:

Embora os dados das diferentes pesquisas não possam ser comparados entre si, pois se apoiam em processos de amostragem distintos, percebe-se na pesquisa nacional atual uma pequena elevação do contingente de homens, em relação aos dados de 1988. (BASTOS, GONDIM e RODRIGUES, 2010, p. 39)

Entendemos que essa conclusão não se sustenta ante a proporção de psicólogos e psicólogas inscritos no CFP em 2012, quando foi realizada nova pesquisa pelo Conselho. A amostra entrevistada nessa pesquisa foi estruturada de acordo com os registros do CFP, que mostram que as mulheres constituem 89% dos profissionais inscritos e não 83,3%. Na pesquisa do CFP, em 2004, a amostra foi probabilística, e a proporção de mulheres ficou em 91%. Sendo assim, na comparação com o dado de 1988, tanto no caso da pesquisa de 2004 quanto na de 2012, a análise vai no sentido contrário à do estudo sobre o psicólogo brasileiro realizado pelos autores citados acima. Em outras palavras, a análise sugere, quando muito, uma pequena redução na proporção de homens, e não uma “pequena elevação” como foi concluído.

Essa discrepância pode ser explicada pela metodologia utilizada na pesquisa conduzida pelo GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Anpepp. A amostra pesquisada no *survey* foi não probabilística, ou seja, não foi selecionada aleatoriamente, e, conseqüentemente, a generalização dos resultados para o universo pesquisado fica prejudicada. Portanto, é correto afirmar que 83,3% dos respondentes são do sexo feminino, mas o processo de amostragem utilizado não dá suporte suficiente à afirmação de que há uma proporção de 83,3% de mulheres na Psicologia brasileira. Sendo assim, não há como sustentar o

aumento na proporção de homens na profissão.

Para melhor compreensão da questão metodológica envolvida, vale a pena retomar as informações sobre o processo amostral que constam do livro publicado em torno da pesquisa de 2006-2008. Na coleta de dados, os/as respondentes acessavam voluntariamente uma página da *web* especialmente construída para a pesquisa, cadastravam-se e respondiam ao questionário disponibilizado. O “critério de seleção” da amostra parece ter sido, portanto, o interesse pessoal em responder à pesquisa, pelo menos isso é o que sugere a descrição da metodologia (BASTOS e GONDIM, 2010, p. 445-451). Como os próprios pesquisadores reconhecem,

A qualidade do processo de amostragem é de suma importância nesse processo, pois o viés no estabelecimento da amostra (sub ou super-representação de segmentos da população) gera distorções nos resultados incontornáveis na fase de análise dos dados.

Destacamos que, além dessa questão referente ao processo de amostragem, os autores registraram problemas na coleta dos dados, que afetaram a representatividade da amostra:

apesar de se reconhecer que este é o maior e mais amplo estudo sobre a profissão do psicólogo realizado no Brasil, a expectativa era de que poderia ter atingido uma amostra mais representativa, não fossem os problemas na concepção e na execução do sistema criado para a pesquisa. (Idem, ibidem, p. 448)

Esses “inúmeros problemas” na concepção e na execução do sistema levaram a “prejuízos na perda de casos não registrados adequadamente no banco de dados”, que os autores classificam como “inestimáveis e irreparáveis” (BASTOS e GONDIM, idem, ibidem, p. 446).

Certamente, isso não retira o valor do estudo, e o trabalho de muitos pesquisadores que se dedicaram a refletir e escrever sobre os resultados merece o reconhecimento de seus colegas, aos quais

nos somamos. No entanto, não endossamos sua interpretação no sentido do aumento da proporção de homens na Psicologia brasileira ao longo das últimas décadas, em função do exposto. Entendemos, ainda, que questionamentos pertinentes à prática do trabalho de pesquisa, como o aqui colocado, podem contribuir para traçar um panorama mais claro sobre o exercício da Psicologia no Brasil e, particularmente, sobre as psicólogas brasileiras, que constituem nosso foco na presente publicação e sobre as quais aquele estudo nacional não se pronunciou. Cabe assinalar, aliás, que a referência masculina é constante nas publicações sobre aquela pesquisa, desde sua nomeação como um estudo sobre “o psicólogo brasileiro”, a despeito de 83,3% dos questionários terem sido respondidos por psicólogas.

Dados de perfil

A maioria das psicólogas brasileiras (76%) tem entre 30 e 59 anos, e o percentual das que têm até 29 anos é mais que o dobro das maiores de 60. O envelhecimento da população brasileira ainda não se reflete na profissão, pois o censo de 2010 (IBGE) apontou que 10,8% da população feminina no Brasil têm 60 anos ou mais.

Mas esse resultado não é surpreendente, tendo em vista a expansão dos cursos de graduação em Psicologia no país e o consequente aporte de jovens profissionais no mercado de trabalho. A figura 2 reflete essa realidade, na medida em que, quanto menor a faixa etária, a partir dos 30 anos, maior o percentual de profissionais. A faixa dos 20 aos 30 escapa a essa lógica, provavelmente devido ao fato de que a maioria dos profissionais se gradua com 22 anos ou mais.

Faixa Etária (em anos)	Frequência em %
20 a 29	17
30 a 39	34
40 a 49	23
50 a 59	19
60 anos ou mais	6

Figura 2 – Distribuição das psicólogas brasileiras por faixa etária

Base: 1331 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Cadastro do Conselho Federal de Psicologia (2012).

Foi solicitado às entrevistadas que indicassem como se definiam em termos de cor ou raça. A formulação dessa questão suscitou muitos debates quando da elaboração do questionário. Finalmente, optou-se por seguir o padrão do IBGE, para garantir a comparabilidade dos dados, já que não se chegou a um acordo, entre os pesquisadores, sobre outro critério superior a esse. Segundo Osório (2009), em *Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil*, a definição de raça e de grupos raciais é tão controversa quanto a de classe. No entanto, diz ele:

Para operacionalizar o conceito de raça a partir da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, é preciso empregar o quesito ‘cor ou raça’, segundo o qual as pessoas entrevistadas se classificam em uma de seis categorias: branca, parda, preta, amarela, indígena e ignorada. Esse sistema classificatório é usado pelo IBGE quase sem modificações desde o censo de 1940. (p. 869)

Muito estudado e criticado, o conceito já demonstrou, contudo, ser adequado para o estudo das desigualdades raciais no Brasil, a despeito da complexidade do fenômeno, como apontam diversos autores (PETRUCCELLI, 2000; OSÓRIO, 2003; ROCHA e ROSEMBERG, 2007).

Na pesquisa atual, 67% das entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, e 25% se declararam pardas. O percentual das que se declararam “pretas”, “amarelas” ou indígenas foi muito pequeno. Os dados sobre a distribuição entre as três primeiras categorias – branca, parda e preta – estão muito distantes da realidade da população brasileira, em que os percentuais são, respectivamente, 48,7%, 43,1% e 7,6% (IBGE, Censo Demográfico de 2010). Quanto à amarela e indígena, não foram verificadas diferenças importantes entre as duas populações.

Cor ou raça declarada	Frequência em %
Branca	67
Parda	25
Preta	3
Amarela	3
Indígena	1
Não sabe dizer	1

Figura 3 – Distribuição das psicólogas brasileiras por cor ou raça declarada
Base: 1331 respondentes. Resposta única e estimulada.
Fonte: Dados da pesquisa.

Essa diferença não surpreende, pois a predominância de brancos sobre negros e pardos no ensino superior é amplamente reconhecida, tendo dado origem, inclusive, a políticas governamentais de acesso às universidades públicas que visam facilitar o acesso de estudantes negros ao ensino universitário.

O fato de não nos surpreendermos com a distribuição das psicólogas por raça/cor não significa uma naturalização ou uma aceitação. Ao contrário, entendemos que a baixa representatividade de mulheres negras e pardas na profissão constitui mais uma evidência da desigualdade de oportunidades e um obstáculo à abertura para a diversidade, um desafio que a Psicologia precisa enfrentar.

98% das psicólogas brasileiras acessam a Internet, o que representa um avanço em relação à pesquisa de 2004, quando esse percentual era de 90%.

Trabalho

53% das entrevistadas exercem exclusivamente a profissão de psicólogas. Esse percentual é um pouco mais baixo que o aferido em 2004, quando foi de 59%. Atualmente, outras 10% a têm como sua principal atividade profissional.

Um dado de interesse especial para esta pesquisa é que apenas 1% das entrevistadas declarou trabalhar com questões de gênero, um dado que evidencia o quanto as relações de poder entre os sexos ainda são pouco presentes como um problema de pesquisa e ação para a Psicologia, da mesma forma que os

temas do feminino e da mulher. Reforça, portanto, a importância da problematização proposta nesta coletânea (a ser publicada...), ao destacar o desequilíbrio entre a superioridade numérica das mulheres e a supremacia masculina nas posições de destaque na categoria, e a falta de um questionamento mais efetivo da referência masculina – o psicólogo – ser uma constante em todos os estudos sobre a profissão, décadas após a ascensão dos movimentos feministas e de todas as conquistas da mulher como sujeito de direitos.

Atuação como psicóloga	Frequência em %
Exclusivamente psicóloga	53
Não exerce, mas pretende exercer	15
Exerce, mas não é a sua principal atividade	11
É sua principal atividade, mas não a única	10
Já exerceu, mas não mais	4
Não exerce e não pretende exercer	4
Não exerce nenhuma atividade remunerada	4

Figura 4 – Distribuição das psicólogas quanto ao exercício da profissão

Base: 1331 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à sua atividade principal na Psicologia, definida como aquela que lhes proporciona maior renda, 45% indicaram a área da Saúde. As demais áreas foram indicadas em percentuais bem menores, de 12% (Organizacional/Trabalho/RH e, com o mesmo percentual, Educação), 10% (Assistência Social) ou menos. Essa supremacia da Saúde como principal área de atuação certamente pode ser relacionada ao fato de termos hoje cerca de 40.000 psicólogas e psicólogos atuando profissionalmente na área do SUS, conforme o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES (MACEDO et al., 2011). Da mesma forma, as 10% que indicaram a Assistência Social como principal atividade não causam estranheza quando se considera que há mais de 20.000 profissionais da Psicologia atuando no âmbito do Serviço Único de Assistência Social – SUAS, segundo o Censo SUAS 2011.

No entanto, a clínica foi mencionada por apenas 3%, um resultado

que pode ser atribuído à definição dada à atividade principal na Psicologia como “aquela que proporciona a maior renda”.

Área de atuação como psicóloga	Frequência em %
Saúde	45
Trabalho / Organizacional / RH	12
Educação	12
Assistência social	10
Mobilidade urbana e trânsito / transportes	4
Mundo jurídico	4
Clínica	3
Comunidade / projetos sociais / ONGs	3
Direitos humanos	2
Comunicação social	1
Formação	1
Questões de gênero	1
Outras respostas	2

Figura 5 – Distribuição das psicólogas quanto à principal área de atuação na Psicologia

Base: 985 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao local onde exercem essa atividade principal, a pesquisa mostrou que a proporção das que indicaram o consultório particular (34%) é bem maior que a das que indicaram outros locais. Mas essa proporção é menor em relação à de 41% verificada na pesquisa de 2004. O dado de 8% que trabalham em unidades do SUAS é compatível com os 10% que indicaram “assistência social” como sua principal atividade, na medida em que os 2% restantes podem se referir a atividades assim designadas que se desenvolvam em outros locais.

Local onde exerce atividade principal como psicóloga	Frequência em %
Consultório particular	34
Organizações privadas	12
Hospital psiquiátrico	11
Organizações públicas	11
Unidades do SUAS	8
Clínicas particulares	6
Unidades do SUS	6
Associações / movimentos sociais / ONGs	4
Universidades	4
Escolas particulares	4
Hospitais não psiquiátricos	3
Escolas públicas	3
Poder judiciário	2
Polícia e penitenciárias	1
Clínica não governamental – atendimento gratuito ou com pagamento simbólico para população de baixa renda	1
Comunidades terapêuticas	1
Outros	3

Figura 6 – Distribuição das psicólogas quanto ao local ou locais onde exercem sua atividade principal na Psicologia

Base: 985 respondentes. Respostas múltiplas e espontâneas.

Fonte: Dados da pesquisa

Como se viu acima, apenas 3% indicaram a clínica como sua principal atividade na Psicologia, ou seja, a atividade que lhes proporciona a maior renda no exercício da profissão. A pergunta seguinte foi quantas horas dedicam a essa principal atividade e, logo em seguida, em que local ou locais a desenvolvem.

Quando realizamos um cruzamento de dados entre as respostas sobre essa atividade principal e sobre os locais onde as exercem, constatamos que 65% das psicólogas que indicaram o consultório particular responderam que “saúde” é essa atividade principal, enquanto apenas 6% apontaram a “clínica”. 7% indicaram “educação” e as demais (22%) se distribuíram em percentuais menores pelas mais diversas áreas. Qual o sentido

ou quais os sentidos que podemos atribuir a esse dado? Então o consultório particular não é mais o lugar privilegiado da clínica, mas o da saúde e também de outras atividades? Esse resultado colocou uma pergunta que não pode ser respondida no âmbito desta pesquisa. Será que se trata de uma atribuição de um novo sentido ao trabalho de consultório? Além disso, mais um sentido à Psicologia? Isso traduz uma mudança de paradigma?

Ou haveria aí também um efeito dos convênios e planos de saúde, que incluem o psicólogo como prestador de serviços “de saúde”? Pode-se pensar, nessa perspectiva, que os rendimentos dos psicólogos que trabalham principalmente em seu consultório provêm de convênios e planos de saúde e não de atendimentos particulares? E, talvez, que realizam outras atividades mais rentáveis, não clínicas, utilizando para isso o espaço de seu consultório?

Quanto ao número de horas dedicadas a essa atividade principal há uma grande dispersão, mas os números não se organizam em uma curva normal. Ao contrário, há uma concentração de 35% das psicólogas que trabalham entre seis e 20 horas por semana nessa atividade e outra de 46% que dedicam a ela entre 30 e 44 horas semanais. Devido à maneira como os dados foram organizados na pesquisa de 2004 não é possível comparar esses resultados com os anteriores.

Outro dado que chama a atenção é que 23% – quase $\frac{1}{4}$ desse universo – trabalham apenas 14 horas semanais ou menos em sua atividade principal na Psicologia. Mas aqui, a diferença na sistematização dos dados na pesquisa de 2004 não impede que se verifique, quanto a esse aspecto, que praticamente não houve mudança, pois, naquela ocasião, 27% trabalhavam até 15 horas nessa atividade.

Número de horas semanais na atividade principal como psicóloga	Frequência em %
Até 5 horas	6
6 a 14 horas	17
15 a 20 horas	18
21 a 29 horas	6
30 a 39 horas	22
40 a 44 horas	24
Mais de 45 horas	4
Não responderam	2

Figura 7. Distribuição das psicólogas quanto ao número de horas semanais que dedicam à sua atividade principal na Psicologia.

Base: 985 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

Renda e poder aquisitivo

62% das psicólogas afirmaram que 91% a 100% de seus rendimentos provêm da Psicologia. Apenas 27% retiram daí 50% ou menos do que ganham com seu trabalho. Em outras palavras, a maioria tem no exercício da Psicologia sua maior fonte de renda.

Parcela dos rendimentos proveniente da atividade como psicóloga	Frequência em %
91% a 100%	62
81% a 90%	1
61% a 80%	5
51% a 60%	2
41% a 50%	6
31% a 40%	3
21% a 30%	7
11% a 20%	4
1% a 10%	4
Nada	3

Figura 8 – Distribuição das psicólogas quanto ao percentual dos seus rendimentos que provêm do seu trabalho na Psicologia

Base: 985 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como seria de esperar, quanto maior a renda proveniente do exercício da Psicologia, maior sua participação no total dos rendimentos das entrevistadas.

O conjunto dos dados mostra que 52% das psicólogas recebem até cinco salários mínimos mensais no exercício da Psicologia. Essa proporção era bem menor na pesquisa de 2004: 23%. No entanto, naquela pesquisa 26% das respostas caíram na categoria “não tem”, traduzida na pesquisa atual para “nada”, correspondente a 4% das respostas. Portanto, supõe-se que o trabalho não remunerado na Psicologia teve uma queda bastante acentuada nos últimos oito anos, o que é compatível com o que vem ocorrendo no país em termos de crescimento dos níveis de emprego. Uma parcela maior de psicólogas está recebendo uma remuneração por seu trabalho, embora os rendimentos provenientes da Psicologia, de uma maneira geral, não sejam elevados. Por outro lado, esse dado é compatível com a alta incidência do trabalho em tempo parcial na profissão, mostrado na figura 7.

15% das psicólogas ganham mais de 10 salários mínimos. Em 2004, esse percentual era de 17%. Mas uma análise mais detida dessas diferenças – que não nos propomos a fazer aqui – deverá levar em conta os ganhos reais do salário mínimo no período 2004-2012.

Embora a diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres seja uma pauta política, econômica e social menos “invisível” atualmente, Bruschini e Lombardi (2001) analisam esse fenômeno muito mais pela queda no salário dos homens do que necessariamente pelo aumento no salário das mulheres. Nas palavras das autoras, “as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens independente do setor de atividade econômica em que trabalham, do tamanho da sua jornada de trabalho, do número de anos de estudo⁴ ou da sua posição na ocupação” (p. 29). Como a psicologia é uma profissão “feminina”, pelo menos em termos quantitativos, não surpreende que os salários, de uma maneira geral, não sejam elevados.

⁴ Lembrando que o nível escolar das mulheres ultrapassa o dos homens, logo a partir do segundo grau (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

Rendimentos mensais provenientes da psicologia (em salários mínimos)	Frequência em %
Até 1	4
+ de 1 a 2	12
+ de 2 a 3	13
+ de 3 a 5	23
+ de 5 a 10	17
+ de 10 a 20	8
+ de 20	6
Nada	4
Não informaram	12

Figura 9. Distribuição das psicólogas em relação a quanto ganharam com o exercício da Psicologia no semestre anterior à pesquisa (renda mensal total)
Base: 985 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa

Uma análise publicada pela Fundação Carlos Chagas, (2010b) conclui que

quanto mais elevada a escolaridade, maiores as chances de obter melhores rendimentos. Se isso é verdadeiro para trabalhadores de ambos os sexos, porém, parece se aplicar mais a eles do que a elas. Observando os rendimentos dos que atingiram os mais altos níveis de escolarização – 15 anos e mais, i.e., que cursaram uma faculdade, tem-se que 30% dos homens e apenas 10% das mulheres tinham rendimentos superiores a 10 SM em 2007.

No caso da presente pesquisa, esses são 15% que recebem mais de 10 salários mínimos mensais, mas não há como afirmar até que ponto há uma diferença real entre a população de mulheres brasileiras que têm um diploma universitário, em geral, e as psicólogas, em particular, pois, além da diferença ser pequena, cinco anos separam os dois estudos, em um período caracterizado por mudanças importantes na economia brasileira.

67% das psicólogas acreditam que sua profissão tem ajudado a melhorar seu poder aquisitivo nos últimos anos. Localiza-se

aqui uma diferença muito importante em relação à pesquisa realizada pelo CFP, em 2004, quando apenas 48% responderam “sim” a essa questão. As psicólogas têm hoje, portanto, uma avaliação mais positiva sobre os rendimentos provenientes de seu exercício profissional.

68% das psicólogas sustentam no máximo a si próprias com a renda proveniente do exercício da profissão. Em 23% dos casos, essa renda não é suficiente para sustentar totalmente nem a própria entrevistada. De outro lado, apenas 14% sustentam a si próprias e duas pessoas ou mais com essa renda.

Foi constatada uma relação direta entre o número de pessoas sustentadas pela renda proveniente do exercício da Psicologia e o valor dessa renda.

31% das mulheres declararam participar com 51% ou mais no orçamento familiar.

Ainda no que diz respeito à questão salarial, é possível afirmar que esmiuçando as diferenciações entre homens e mulheres, nas subcategorias também foram encontradas outras desigualdades, como, por exemplo, no que diz respeito à raça/etnia. A hierarquia de salários segue a ordem respectiva: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e, por fim, mulheres negras (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001). Esse dado evidencia o quanto mulheres negras ocupam o que as autoras chamam de “posição duplamente desfavorável”, uma vez que são marcadas pela norma de etnia/raça e pela norma de gênero (idem, ibidem). Partindo da verificação de que a cada ano a desigualdade entre homens e mulheres diminui, em postos de chefia bem como em relação a salários e que tal tendência não se observa quando se fala em pessoas negras ocupando esses postos, as autoras afirmam que a desigualdade de raça é mais acentuada que a de gênero.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE, 2003), divulgada em junho de 2004, o salário recebido por hora trabalhada, em reais, era assim distribuído: homens brancos: 7,16; mulheres brancas: 5,69; homens negros: 3,45; e mulheres negras: 2,78⁵. Na pesquisa atual, foi observada uma tendência nesse sentido,

⁵ Ver: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>.

mas não é possível afirmar nada em termos quantitativos, pois a participação de mulheres que se declararam negras na amostra foi muito reduzida (36 entrevistadas).

A formação complementar, a pós-graduação

45% das psicólogas da amostra possuem um título de especialista. Quando se trata dos títulos de mestre, 7% das entrevistadas o possuem.

26% das psicólogas cursaram nos últimos dois anos ou estão cursando atualmente uma especialização, 3% um mestrado e 1% estão em um programa de doutorado.

A maior parte (31%) dos títulos conquistados pelas psicólogas, sem distinções por nível da pós-graduação, é em Psicologia Clínica, seguindo-se a Psicologia Organizacional e do Trabalho (14%). A prevalência da Psicologia Clínica não é uma novidade na série histórica das pesquisas patrocinadas pelo CFP. Em 2004, ela correspondia a 45% dos cursos de pós-graduação feitos ou em andamento pelas psicólogas, enquanto a Psicologia Organizacional e do Trabalho era a área escolhida por 10%. Cabe aqui o comentário de Mello (1975), no sentido de que, dentre as áreas de atuação da Psicologia, a clínica estabeleceu-se rapidamente como a mais nobre e marcou de modo intenso não somente os currículos, como também o imaginário social em termos da figura do psicólogo.

Um dado atual interessante é que a titulação em Psicologia Clínica é diretamente proporcional à idade, ou seja, há um percentual maior de títulos nessa área entre os mais velhos, enquanto na Psicologia Organizacional e do Trabalho acontece o inverso.

Área da pós-graduação	Frequência em %
Psicologia Clínica	31
Psicologia Organizacional e do Trabalho	14
Saúde	10
Psicopedagogia	9
Psicologia Escolar / Educacional	8
Psicologia Hospitalar	6
TCC – Terapias Cognitivo-Comportamentais	7
Psicologia do Trânsito	6
Psicologia Social	5
Psicanálise	4
Psicoterapia	3
Neuropsicologia	3
Psicologia Jurídica	3
Psicodrama	2
Saúde do Trabalhador	2
Acupuntura	1
Psicomotricidade	1
Outros (diversos)	7

Figura 10 – Distribuição das psicólogas por área em que possuem um título de pós-graduação

Base: 662 respondentes. Respostas múltiplas e espontâneas.

Fonte: Dados da pesquisa

A Psicologia Clínica aparece em primeiro lugar (31%) também nos investimentos atuais em formação profissional complementar. A Psicologia Organizacional e do Trabalho aparece em segundo lugar (11%). A Psicanálise vem em terceiro (10%), e a Saúde em quarto (9%).

Área	Frequência em %
Psicologia Clínica	31
Psicologia Organizacional e do Trabalho	11
Psicanálise	10
Saúde	9
Psicologia Social	7
Psicologia do Trânsito	7
Psicologia Escolar / Educacional	5
Psicologia Hospitalar	5
TCC – Terapias Cognitivo-Comportamentais	5
Psicologia Jurídica	4
Psicopedagogia	4
Neuropsicologia	4
Psicoterapia	3
Violência doméstica/familiar	1
Acupuntura	1
Psicodrama	1
Outros (diversos)	7

Figura 11 – Distribuição das psicólogas por área em que estavam fazendo algum investimento atual em formação complementar por ocasião da pesquisa
Base: 794 respondentes. Respostas múltiplas e espontâneas.
Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se desconsidera a questão da titulação, verifica-se que a primazia do interesse pela clínica – sem distinção por orientação teórica ou foco do atendimento – aparece com muito mais clareza. A pesquisa mostrou, ainda, que o interesse pela formação em Psicanálise cresce com a idade e que as mais jovens são mais interessadas pela formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Principais autores e autoras de referência

Quanto à orientação teórica, o autor mais citado como principal referência foi Freud (28%), e outros dois psicanalistas – Jung e Lacan – ficaram, respectivamente, em segundo e quinto lugares. No total, quase a metade (48%) dos citados são autores da Psicanálise.

Além disso, a análise das principais referências evidencia, mais uma vez, a prevalência do interesse pela clínica, já que a maior parte remete a autores cuja produção está vinculada a sua prática clínica.

Na pesquisa realizada pelo CFP em 2004, embora não se refira apenas às psicólogas, mas ao conjunto, sem distinção por sexo, Freud também aparecia como o mais citado, mas o percentual era bem menor (8%); Jung vinha em segundo lugar (4%); e, em quarto lugar, Lacan, Winnicott e Melanie Klein (2% cada um).

Portanto, a grande mudança em relação à pesquisa anterior foi o aumento dos percentuais de citação dos autores da Psicanálise, mas também de várias outras abordagens teóricas. Com isso, a dispersão diminuiu bastante: a categoria “outros” (menos de 1% cada um), que incluía 59% das respostas em 2004, caiu em 2012 para 24%. Além disso, as que não indicaram nenhum autor de referência caíram de 23% para 15%.

Como nas duas pesquisas foram permitidas múltiplas respostas por respondente – uma pessoa poderia indicar mais de um autor ou autora, se não conseguisse escolher – pode-se supor que houve, de fato, uma mudança positiva, no sentido de uma maior definição das psicólogas quanto às suas referências.

Entre os brasileiros, Idalberto Chiavenato, Ana Bock, Paulo Freire e Jorge Ponciano Ribeiro foram os mais citados.

As psicólogas que não indicaram nenhum autor (15%) deram diversas justificativas (não lembro, não sei dizer agora, nenhum em especial, todos da área, etc.).

Área da pós-graduação	Frequência em %
Sigmund Freud	28
Carl Gustav Jung	7
Carl Rogers	6
B. F. Skinner	5
Jacques Lacan	4
Aaron Becker	4
D.W. Winnicott	3
Melanie Klein	3
J. L. Moreno	3
Fritz Perls	3
L. S. Vygotsky	3
Jean Piaget	2
Idalberto Chiavenato	2
William Reich	1
Ana Bock	1
Paulo Freire	1
Judith Beck	1
Michel Foucault	1
Jorge Ponciano Ribeiro	1
Alexander Lowen	1
Christophe Dejours	1
Salvador Minuchin	1
Outros (menos de 1% cada um)	24
Não indicaram ninguém	15

Figura 12 – Distribuição das psicólogas por principal autor de referência em sua prática profissional

Base: 1179 respondentes. Respostas múltiplas e espontâneas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Relação com o CFP

82% das psicólogas afirmaram já ter acessado o site do CFP. Esse percentual é muito superior ao levantado em 2004, quando foi de apenas 46%.

No entanto, apenas 49% declararam lembrar-se de ações praticadas pelo CFP. A ação mais lembrada foi a “campanha de rejeição ao projeto de lei do Ato Médico”, seguida por “Eventos

promovidos pelo Conselho” e *Jornal do Federal*.

No que se refere às publicações do Conselho Federal de Psicologia, apenas 35% afirmaram lembrar de alguma, e as mais lembradas foram as revistas *Psicologia: Ciência e Profissão* e *Diálogos*.

Relacionamentos e filhos

53% das entrevistadas moram na companhia de um parceiro do sexo oposto – marido, companheiro, noivo ou namorado – e 41% com filhos, filhas, enteados ou enteadas. 29% moram com seus pais ou avós, 10% com outras pessoas e 7% vivem sós. Menos de 1% declarou morar com parceira do mesmo sexo. O percentual de psicólogas que vivem com parceiro do sexo oposto é maior na região Sudeste e menor na Nordeste.

59% das entrevistadas têm filhos e/ou enteados. A pesquisa apontou aqui uma diferença importante por sexo, pois apenas 44% dos psicólogos declararam tê-los.

Outra diferença constatada foi quanto a ter ou não filhos por região do Brasil, que indicou as regiões Norte e Sudeste como aquelas onde estão os maiores percentuais das que os têm e, nas regiões Sul e Nordeste, os menores.

Portanto, a região Nordeste, além de ter menos psicólogas que moram com um parceiro do outro sexo, também apresenta uma menor proporção de psicólogas que são mães, enquanto na Sudeste temos a situação oposta. Destaque-se que, na população brasileira de uma maneira geral, a região Sudeste compreende as unidades da Federação onde se verifica a taxa de fecundidade mais baixa – Rio de Janeiro e São Paulo. Os percentuais de psicólogas da região Sudeste que têm filhos, no entanto, acompanham de perto os da região Norte, onde as taxas de fecundidade são tradicionalmente mais elevadas.

Regiões do Brasil	Frequência em %
Norte	66
Sudeste	63
Centro-Oeste	57
Nordeste	54
Sul	53
Total Brasil	59

Figura 13 – Psicólogas que têm filhos: total Brasil e por região

Base: 1331 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

As psicólogas brasileiras tendem a ter filhos após os 30 anos – apenas 16% são mães antes dessa idade –, uma tendência observada na população brasileira como um todo no período 2000-2010, em que o padrão de fecundidade das mulheres brasileiras sofreu alterações importantes:

A tendência observada até então era de rejuvenescimento, isto é, uma maior concentração dos níveis de fecundidade nas idades mais jovens. Em 2010, ocorre uma mudança, e os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total em 2000, respectivamente, passaram a concentrar 17,7% e 27,0% em 2010. Para os grupos de idade acima de 30 anos, observa-se um aumento de participação, de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010. (IBGE, Censo demográfico 2010)

Cabe lembrar que essa tendência a uma maternidade mais tardia se consolida desde meados dos anos 80, o que as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas interpretaram como uma indicação de que “a atividade produtiva fora de casa tornou-se tão importante para as mulheres quanto a maternidade e o cuidado com os filhos” (Fundação Carlos Chagas, 2010a).

41% das psicólogas entrevistadas moram na companhia de filhos e/ou enteados.

49% é o percentual das psicólogas que têm filhos e/ou enteados moram com estes e com um parceiro do sexo masculino.

8% das mulheres que têm filhos não moram nem com os filhos, nem com um parceiro, e outras 20% têm os filhos em sua companhia, mas não um parceiro.

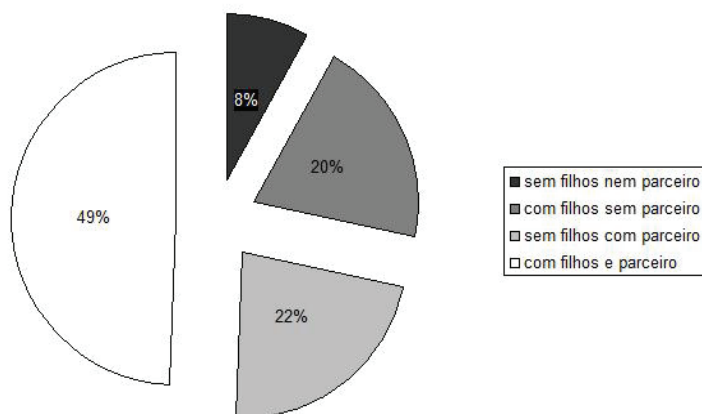


Figura 14 – Psicólogas que têm filhos por situação de moradia com filhos e/ou enteados e com parceiros do sexo masculino

Base: 780 respondentes. Respostas múltiplas e estimuladas.

Fonte: Dados da pesquisa

O cuidado direto com filhos e/ou enteados ocupa grande parte do tempo de uma parcela considerável das psicólogas que exercem a função materna, principalmente até os 39 anos. 46% das entrevistadas, sem se levar em consideração a idade de seus filhos, dedicam quatro ou mais horas diárias ao cuidado com eles⁶. Como seria de se esperar, o percentual das que exercem esse cuidado, assim como o número de horas dedicadas a essa atividade, decresce à medida que a idade avança.

⁶ Entre os psicólogos, esse percentual foi de 24%.

Tempo de dedicação	Total	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
10 ou mais horas por dia	18%	46%	32%	13%	9%	1%
6 a 9 horas diárias	13%	22%	23%	14%	3%	1%
4 ou 5 horas diárias	14%	11%	22%	19%	6%	4%
3 horas diárias	4%	0%	3%	7%	4%	1%
2 horas diárias	5%	0%	5%	6%	6%	3%
Até 1 hora diária	1%	0%	0%	2%	1%	1%
1 a 10 horas semanais	11%	14%	8%	13%	12%	8%
Não dedica tempo a esse cuidado	28%	8%	4%	20%	53%	77%

Figura 15 – Tempo dedicado ao cuidado direto com filhos e/ou enteados

Base: 780 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa

38% das psicólogas que têm filhos declararam já ter perdido alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar deles⁷. Nas regiões Sudeste e Nordeste, isso ocorreu com mais frequência e nas regiões Sul e Centro-Oeste menos frequentemente.

Conforme análise da Fundação Carlos Chagas (2010a), “o trabalho das mulheres não depende tão somente da demanda do mercado e de suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares”. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar – como cônjuge, chefe de família, etc. –, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Essa última decisão, certamente, é mais premente para as chefes de família, segmento que só tem aumentado no Brasil: apenas nos últimos cinco anos analisados, sua proporção na população residente passou de 25,5% para 33% (IPEA, 2009).

⁷ Entre os psicólogos, esse percentual foi de 22%.

Regiões do Brasil	Frequência em %
Sudeste	45
Nordeste	43
Norte	38
Centro-Oeste	33
Sul	33

Figura 16 – Psicólogas que perderam alguma oportunidade de trabalho como consequência da necessidade de cuidar dos filhos, por região do Brasil

Base: 780 respondentes. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

54% das psicólogas que cuidam de filhos ou enteados pelo menos uma hora diariamente contam com a participação do marido, companheiro, noivo ou namorado nessa tarefa.

31% são auxiliadas por outra mulher de sua família e 26% por uma babá, empregada doméstica, etc. 9% têm a ajuda de um familiar do sexo masculino, 3% do “ex”, 1% de uma parceira e 10% afirmaram não contar com ninguém, sendo as únicas a se ocuparem dos cuidados com seus filhos.

Quem participa	Frequência em %
Parceiro	54
Familiar do sexo feminino	31
Empregada doméstica	26
Familiar do sexo masculino	9
Ex-parceiro	3
Parceira	1
Ninguém	10

Figura 17 – Quem compartilha com as psicólogas o cuidado com os filhos, no caso das que dedicam pelo menos uma hora de seu tempo, diariamente, a esse cuidado

Base: 439 respondentes. Respostas múltiplas e espontâneas.

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa constatou ainda que, entre as jovens de 20 a 29 anos que já têm filhos, 43% moram com sua família de origem.

O trabalho doméstico

A maioria das psicólogas (64%) dedica no máximo duas horas diariamente aos trabalhos domésticos em geral (lavar roupa, lavar louça, limpar a casa, compras em supermercado, etc.). 32% usam três ou mais horas diárias nessas atividades. 20% têm pouco ou nenhum envolvimento com esse tipo de trabalho.

Tempo dedicado	Frequência em %
3 ou + horas	32
1 ou 2 horas	44
Só nos fins de semana	8
Não faz trabalhos domésticos	12
Não responderam	4

Figura 18 – Tempo que as psicólogas dedicam ao trabalho doméstico
Base: 1331 respondentes. Resposta única e espontânea.
Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados sugerem uma média um pouco abaixo da realidade brasileira, pois, no Brasil, em 2009, as mulheres dedicaram, em média, 22 horas semanais aos trabalhos domésticos, o que aponta para uma média diária em torno de três horas. No caso das psicólogas, essa média ficaria entre uma e duas horas⁸.

Embora o objetivo deste texto não seja estabelecer um comparativo entre os psicólogos e as psicólogas, é interessante anotar que os psicólogos dedicam muito menos horas a esses trabalhos que as psicólogas: 15% dedicam três ou mais horas diárias a esses afazeres e 84% no máximo duas horas.

⁸ O formato de organização dos dados, em faixas, não permite calcular a média exata.

Tempo dedicado	Psicólogas (%)	Psicólogos (%)
3 ou + horas	32	15
1 ou 2 horas	44	60
Só nos fins de semana	8	5
Não faz trabalhos domésticos	12	18
Não responderam	4	1

Figura 19 – Tempo que as psicólogas e os psicólogos dedicam ao trabalho doméstico

Bases: 1331 psicólogas e 169 psicólogos. Resposta única e espontânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme lembram Guimarães e Petean (2012) e Siqueira (2002), apesar das mudanças visíveis que implicam a maior participação masculina no trabalho doméstico, a divisão das tarefas avança lentamente: para homens e mulheres ainda é “natural” que mulheres sejam as principais (talvez as únicas) responsáveis pelo cuidado dos filhos e serviços domésticos. Considerando os dados da “Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio” (IBGE, 2009), as mulheres brasileiras exercem 82% dos afazeres domésticos, enquanto os homens executam 18%.

53% das psicólogas dividem o trabalho doméstico com uma pessoa remunerada para tanto. Outras 20% têm a ajuda de familiar do sexo feminino. Apenas 13% das psicólogas indicaram o marido, companheiro ou namorado como uma pessoa com quem dividem essa tarefa. 16% não compartilham o trabalho da casa com ninguém.

Também apareceram diferenças marcantes por sexo tanto quanto à divisão do trabalho com parceiro/parceira quanto com ajudante remunerada.

Quem ajuda	Psicólogos (%)	Psicólogas (%)
Ajudante remunerada	26	53
Parceiro do sexo oposto	48	13
Familiar do sexo feminino	20	20
Familiar do sexo masculino	11	4
Ninguém	10	16

Figura 20 – Quem auxilia as psicólogas e os psicólogos no trabalho doméstico

Bases: 1010 psicólogas e 128 psicólogos. Respostas múltiplas e espontâneas.

Fonte: Dados da pesquisa.

O cuidado de si

A pesquisa perguntou às entrevistadas de quantas horas diárias dispõem diariamente para cuidar de si próprias, esclarecendo: “ou seja, para descansar, praticar atividades físicas, lazer, cuidados corporais, etc.”. A maioria (69%) dedica entre uma e três horas. Isso é pouco, muito ou suficiente? Não é possível afirmar nada nesse sentido, pois o que ficou evidente, segundo o depoimento dos entrevistadores, foi a grande disparidade das entrevistadas na interpretação do que é “cuidar de si”. Para algumas, o tempo que passam com os filhos é incluído nessa conta. Para outras, conta apenas o tempo em que se dedicam a cuidados com seu corpo (academia, massagem, etc.), sua saúde (hidroterapia, RPG, yoga, etc.) ou similares (psicoterapia, por exemplo). O que chama mais atenção nesse quadro são os 13% que afirmaram não ter tempo para cuidar de si.

Tempo dedicado diariamente	Frequência em %
1 hora	24
2 horas	31
3 horas	14
4 ou 5 horas	9
6 horas ou mais	5
Não dispõem de tempo para cuidar de si	13

Figura 21 – Horas de que as psicólogas dispõem diariamente para cuidar de si
Base: 1331 respondentes. Resposta única e espontânea.
Fonte: Dados da pesquisa.

Experiências pessoais como vítimas de violência física ou psicológica

27% das psicólogas afirmaram ter sofrido uma violência em algum momento de suas vidas. Em geral, situam o ocorrido na adolescência ou na vida adulta. Esse dado corresponde à proporção de uma em cada quatro mulheres vítimas de violência doméstica levantada pelos números do *Anuário das Mulheres Brasileiras 2011*, divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelo Dieese.

Sofreu violência? Quando?	Frequência em %
Sim, nos últimos 12 meses	2
Sim, há mais de 12 meses (da adolescência à vida adulta)	16
Sim, durante a infância (até os 12 anos)	8
Não, nunca	72
Não lembra	1
Recusou-se a responder	1

Figura 22 – Psicólogas que foram vítimas de violência física ou psicológica e quando isso ocorreu

Base: 1331 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os tipos de violência sofridos por psicólogas, os predominantes foram a agressão verbal, agressão física e assédio moral. 11% das psicólogas já sofreram violência sexual.

Qual o tipo de violência?	Frequência em %
Agressão verbal	56
Agressão física	31
Assédio moral	26
Assédio sexual	15
Violência sexual	11
Recusou-se a responder	6

Figura 23 – Distribuição das violências sofridas pelas psicólogas que se afirmaram vítimas de violência em algum momento de suas vidas, por tipo de violência

Base: 353 respondentes que sofreram violência. Respostas múltiplas e estimuladas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi solicitado às entrevistadas que avaliassem o impacto da violência que sofreram, classificando-a como muito grave, grave ou leve. Praticamente a metade considerou “grave” a violência sofrida.

Impacto da violência	Frequência em %
Muito grave	24
Grave	49
Leve	26
Não sabe avaliar	1

Figura 24 – Distribuição das psicólogas que se afirmaram vítimas de violência em algum momento de suas vidas, por (auto)avaliação do impacto da violência
Base: 353 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa.

22% apontaram como autores da violência sofrida parentes ou familiares (excetuando-se o cônjuge). Em segundo lugar (13%), vêm os superiores hierárquicos e logo em seguida os “ex” (12%). A figura 25 apresenta a discriminação das demais autorias.

Autor(a) da violência	Frequência em %
Parente ou familiar (exceto cônjuge), do sexo masculino	22
Chefe (superior hierárquico)	13
Ex-companheiro, cônjuge, marido ou namorado (do sexo masculino)	12
Desconhecido, do sexo masculino	9
Parente ou familiar (exceto cônjuge), do sexo feminino	8
Companheiro, cônjuge, marido, namorado (do sexo masculino)	6
Colega de trabalho	5
Colega de escola	3
Vizinho, do sexo masculino	2
Vizinha, do sexo feminino	1
Outro	12
Não lembra / Não sabe dizer	1
Preferiu não responder / Recusou-se a responder	5

Figura 25 – Distribuição das psicólogas que se afirmaram vítimas de violência em algum momento de suas vidas, por autoria da violência
Base: 353 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações finais

A Psicologia brasileira é majoritariamente feminina, ou seja, nove entre dez pessoas que exercem a profissão no Brasil são mulheres. Não apenas a superioridade numérica, mas também a proporção entre psicólogos e psicólogas não parece ter sofrido alterações, pelo menos desde o final da década de 1980.

A população de psicólogas no Brasil tem um viés de raça/cor bastante acentuado em relação aos dados da população geral, ou seja, as mulheres que se declararam pardas e negras estão sub-representadas na profissão, o que reflete a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior.

98% dessas mulheres estão conectadas com o mundo, ao menos em tese, por meio da Internet. Consequentemente, não importa onde estejam no vasto território do país, não estão inacessíveis à informação e ao debate. Além disso, é uma população em que muitas se especializam e buscam outros cursos, embora poucas vão atrás de um título acadêmico – mestrado ou doutorado.

No entanto, a pesquisa mostra uma população na qual um grande contingente ou não exerce a profissão ou não a tem como atividade principal. Além disso, entre as que a exercem, parcela considerável trabalha em tempo parcial e a remuneração, de uma maneira geral, não é alta.

Quase a metade não vive em companhia de um parceiro e apenas um pouco mais da metade têm filhos. Mas a pesquisa mostra, ainda, que, entre as que dividem um teto com um parceiro, são minoria as que contam com eles para as tarefas domésticas. Além disso, entre aquelas que são mães, apenas 53% contam com seu parceiro no cuidado com os filhos. Muitas têm a ajuda de outra mulher – ajudante remunerada ou familiar – para essas tarefas.

A pesquisa retrata, portanto, a princípio, que as psicólogas brasileiras formam uma população que enfrenta problemas muito semelhantes aos relatados na literatura que trata da desigualdade entre os sexos quanto às questões relacionadas ao trabalho e à sua remuneração, à distribuição do cuidado com os filhos e do

trabalho doméstico, ao suporte de outras mulheres para fazer frente a esse tipo de demanda e à violência. Nesse sentido, não se distinguem significativamente das mulheres com as quais, como profissionais da psicologia, atendem, interagem ou, de alguma forma, têm contato. Quais os efeitos dessa semelhança sobre o exercício da Psicologia no Brasil? Entendemos que essa é uma questão necessária para quem se preocupa com a repercussão de sua prática sobre aqueles e aquelas que contam com ela.

Os dados sugerem, também, um cenário em que cerca de 1/4 dessa população não está diretamente implicado nas questões próprias ao exercício da profissão, postas pela prática em seus desafios cotidianos, na medida em que não a estão exercendo ou a têm como uma atividade secundária. Em que medida esse resultado está relacionado ao fato de que apenas a metade lembrou-se de alguma ação praticada pelo CFP, evidenciando certo distanciamento em relação ao Conselho, a despeito de 82% terem afirmado que já acessaram o site da entidade?

Essas e outras questões suscitadas pela pesquisa quantitativa estimularam a realização de outras análises e de uma pesquisa qualitativa, ora em andamento, que poderá dar ainda maior visibilidade à questão da predominância feminina no exercício da Psicologia no Brasil e seus possíveis efeitos sobre a definição de sua prática, de sua produção teórica e sobre suas repercussões nos planos da sociedade e da cultura.

Referências

Anuário das mulheres brasileiras 2011. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.

BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G. A pesquisa nacional do psicólogo no Brasil: caracterização geral e procedimentos metodológicos. In: _____. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, n. 2, p. 157-196, 2001.

_____; MERCADO, C. M.; RICOLDI, A. Trabalho, renda e políticas sociais: Avanços e desafios. In: PITANGUY, J.; BARSTED, L. L. **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. p. 142-178.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. (2010a). **Série 2. Mulheres, trabalho e família**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>. Último acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

_____. (2010b). **Série 8. Ganhos de homens, ganhos de mulheres**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>. Último acesso em: 20 fevereiro de 2013.

GUIMARÃES, M.G.V.; PETEAN, E.B. Carreira e família: divisão de tarefas domiciliais na vida de professoras universitárias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 1, 2012.

IPEA. PNAD 2009. Primeiras análises: tendências demográficas. **Comunicados do IPEA**, 64, 13 de outubro de

2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013_comunicadoipea64.pdf>. Último acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

IBGE. (2010). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2009**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Último acesso em: 22 de janeiro de 2013.

IBGE. (2012). **Pesquisa Mensal de Emprego (PME); retrospectiva 2003-2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000007325001102012503726116099.pdf>>. Último acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

MACEDO, João Paulo; SOUZA, A.P.; CARVALHO, D.M.; MAGALHÃES, M.A.; SOUZA, F.M.S; DIMENSTEIN, M. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Revista Psicologia em Estudos*, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n3/v16n3a15.pdf>>. Último acesso em: 24 fevereiro 2013.

MELLO, S.L. (1975). Psicologia: características da profissão. *Boletim de Psicologia* XXVI, 1975, p. 41-50.

Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho

(Rita Flores Müller e Geni Núñez Longhini)

Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho

Rita Flores Müller e Geni Núñez Longhini

Há uma bela publicação intitulada *Profissões para mulheres e outros artigos feministas* que reúne sete ensaios da escritora e romancista londrina Virginia Woolf, acerca da visão tradicional da mulher no lar – referindo-se ao poema de Coventry Patmore “anjo do lar” – e das dificuldades da inserção feminina no mundo profissional e intelectual em meados do século XVIII. Convidada para falar sobre sua experiência de ser uma *mulher escritora* para a plateia da Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, em 21 de janeiro de 1931, Virginia Woolf declara:

Foram duas as aventuras de minha vida profissional. A primeira – matar o Anjo do Lar – creio que resolvi. Ele morreu. Mas a segunda, falar de minhas experiências do corpo, creio que não resolvi. Duvido que alguma mulher já tenha resolvido. Os obstáculos ainda são imensamente grandes – e muito difíceis de definir. De fora, existe coisa mais simples do que escrever livros? De fora, quais os obstáculos para uma mulher, e não para um homem? Por dentro, penso eu, a questão é muito diferente; ela ainda tem muitos fantasmas a combater, muitos preconceitos a vencer. Na verdade, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez? (WOOLF, 2012, p. 17)

No terreno da afirmação da diferença e do uso operacional da diferença sexual, encontramos aparatos reguladores de modos de subjetivação calcados neste *modus operandi* da divisão sexual do trabalho, ou seja, na divisão binária das profissões entre possamos esmiuçar os diferentes significados que fundamentam esta distribuição. Como uma profissão constituída em sua maioria por mulheres, que mulheres e que homens visualizamos nessa afirmação? Qual feminino é visível na

afirmação e qual é tornado invisível? E qual o lugar do masculino nessa equação “profissão feminina”?

Consideremos, por exemplo, a Engenharia. Em contraponto à Psicologia, uma profissão historicamente feminina, aquela é representada como uma profissão tipicamente masculina. A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Maria Rosa Lombardi (2006) mostra que o cenário da Engenharia como uma profissão composta majoritariamente por homens vem mudando no Brasil contemporâneo, com o aumento da presença de mulheres em seus cursos, no artigo intitulado “A engenharia brasileira contemporânea e a contribuição das mulheres nas mudanças recentes do campo profissional”. Com a implosão de algumas fronteiras normativas de gênero, as profissões e seus processos históricos identitários passam por um momento de hibridização no tecido social, questão que teríamos que avaliar mais detidamente. Lombardi não afirma que o aumento do número de mulheres nos cursos de Engenharia no Brasil seja isento de preconceitos e enfrentamentos – muito pelo contrário. Quando homens e mulheres habitam e transitam por territórios cindidos de produção de saber/fazer, movimentam-se sobre estruturas sociais rígidas, embora não intransponíveis.

A Engenharia é apenas um exemplo eleito para representar a polarização que sustenta a divisão dos saberes/fazeres profissionais. Sendo assim, a figura da “mulher psicóloga” e do “homem engenheiro” nos ajuda a refletir sobre o conjunto de forças que conferem familiaridade social às personagens eleitas, aos estereótipos e caricaturas, portanto, do que cada profissão suscita no tecido social em termos de representação. O que queremos destacar à luz de Lombardi (2006) é que “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis e suas formas próprias de hierarquização e valoração costumam ser legitimadas por uma ideologia ‘naturalista’” (p. 109). O que queremos dizer com ideologia naturalista? Ao senso comum, parece ser *natural* que a Psicologia seja “coisa de mulher” e a Engenharia seja “coisa de homem”. Ao invertermos esta lógica binária linear de uma gramática normativa, o que era natural deixa de sê-lo para se tornar questionável: os homens menos homens e as mulheres menos mulheres, ou, os homens mais femininos e as

mulheres mais masculinas, e assim por diante. Estendendo essas tipificações a outras profissões, veremos que os pré-conceitos estão muito arraigados em nosso imaginário social até hoje, apesar de todas as mudanças na forma de entender o mundo.

Como conceito caro à constituição dos saberes psicológicos, a identidade (HALL, 2000) se destaca na delimitação teórica da questão das mulheres na Psicologia e sua posição na cena contemporânea, na medida em que remete aos modos de subjetivação femininos na atualidade e aos desafios que deles decorrem no exercício da profissão. Sabemos que mudanças sociodemográficas ocorridas a partir da década de 1950/1960 têm sido fundamentais para as transformações nos padrões culturais e nos valores relativos a tais modos de subjetivação. São elas: as transformações provocadas pelos movimentos feministas, a saída da mulher do privado para o público, sua alçada de mulher-mãe à mulher-sujeito, a crise da forma burguesa da família nuclear, monogâmica e heterossexual, a separação da sexualidade da reprodução, uma política de visibilidade da homossexualidade e, ainda mais recentemente, as modificações corporais e nominais realizadas por transgêneros, transexuais e intersexuais (ARÁN, 2003, 2006a) são horizontes de possibilidades que não podemos perder de vista. Além dessas, a queda da taxa de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, a maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, a feminização da velhice, além do acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres compõem o rol de mudanças que podem ser pensadas, ao mesmo tempo, como causas e como efeitos das mudanças culturais cujo impacto sobre as relações sociais ainda não é possível estimar em toda sua amplitude e intensidade.

Uma pergunta simples na reflexão que propomos seria: o que caracteriza uma profissão como feminina e outra como masculina? Dessa pergunta decorrem outras não tão simples, por exemplo, quais características são relacionadas a homens e mulheres no rol de diferenciação? Considerando-se as diferentes áreas da Psicologia, como essa distribuição se efetiva? Dito de outra forma, talvez a questão central seja: quais as marcas dessa diferenciação na história da nossa profissão e na constituição dos

sujeitos que a exercem?

A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e o masculino inscrito no corpo forte do homem são dois elementos que compõem o que a teórica italiana Teresa de Lauretis (1994) chama de “tecnologias de gênero”, na produção de modos de subjetivação. Desde uma matriz teórica pós-estruturalista (BUTLER, 2003), podemos refletir sobre a produção destas diferenciações e seu efeito de *naturalização do social e da cultura*.

Para a psicanalista e teórica feminista Juliet Mitchell (1979), a posição social das mulheres foi sobredeterminada pelos movimentos históricos de articulação de estruturas de produção e de reprodução: “o status biológico da mulher sustenta tanto sua fraqueza como elemento de produção nas relações de trabalho, quanto sua importância como posseção nas relações reprodutivas” (p. 102). Mitchell afirmou que a posição da mulher na reprodução – por exemplo, no gerenciamento do âmbito doméstico e seus desdobramentos na divisão dos cuidados de modo geral – condiciona sua participação na produção. Repensar a institucionalização do lar como um local de prestação do trabalho feminino invisível é tarefa fundamental para o projeto de equidade social (ROCHA E FERREIRA, 2006, p. 11).

Os estudos feministas problematizaram a construção sociossexual da cultura e dos padrões de verdade, contribuindo na compreensão de algumas dimensões relacionadas à divisão sexual do trabalho, tais como o afastamento das mulheres das posições de poder e do processo de concepção dos modelos produtivos e de seus padrões tecnológicos. Diretrizes fundamentais nessa empreitada foram os questionamentos da natureza da objetividade, do acesso desigual ao conhecimento segundo os sexos, da relação entre sujeito e objeto do conhecimento e da construção social e sexuada da natureza e da cultura.

Aqui abrimos um parêntese: os movimentos de mulheres e feministas contemporâneos são diversos e plurais. Embora sua pronúncia no plural deva salvaguardar-nos do risco de sua generalização é importante pontuá-los historicamente. A primeira onda do movimento feminista, no início do século XIX (movimento

sufragista), eminentemente ocidental, branco e de classe média, tinha como preocupação central o direito da mulher ao voto. A segunda onda, associada aos movimentos de liberação feminina da década de 1960, teve como objetivo reivindicar igualdade jurídica e social para as mulheres, com o *slogan* “o pessoal é político”. E, por fim, a terceira onda, que, na esteira da primeira e da segunda, tem aberto o campo feminista a leituras pós-estruturalistas do gênero e da sexualidade, desafiando os paradigmas da segunda onda a partir da análise micropolítica acerca do sujeito político de direitos e de sua agenda de reivindicações. As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise que, apesar de instáveis, são consideradas fundamentais (HARDING, 1993) para os estudos de gênero. Essas categorias estão articuladas entre si e são: o conceito de gênero, a política identitária das mulheres, o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico. Fechamos o parêntese e continuamos.

A filósofa americana Sandra Harding (1996), teórica do campo da epistemologia feminista e da filosofia da ciência, propõe desfazer a divisória entre ciência e política ao colocar no centro da reflexão epistemológica os problemas sociais e políticos da vida das mulheres. Adverte a respeito dos discursos hegemônicos que uniformizam as realidades das inúmeras mulheres que transitam no mundo, desconsiderando as diferenças. Para a autora, esses discursos precisam ser examinados à luz da crítica atual à produção do saber, que sublinha o caráter construído das ciências atravessadas pelas representações e condições de produção daqueles que as enunciam.

Na mesma perspectiva, a filósofa Rosi Braidotti sustenta “a importância dos estudos sobre as mulheres como um projeto crítico na medida em que a ciência perpetua formas de discriminação e exclusão” (2002, p. 288). Cabe lembrar aqui a invisibilidade da importância das mulheres que construíram e constroem a história da Psicologia no Brasil, que se concretiza com a constante referência no masculino: ao se tratar do exercício da profissão: “o psicólogo”. Na perspectiva que essa autora representa, a pesquisa do CFP, ao colocar o foco sobre as mulheres psicólogas,

se insere nessa tradição crítica.

Segundo Donna Haraway (2004), a distribuição geográfica e simbólica do público e do privado sustentou as relações hierarquizadas entre homens e mulheres, na criação de padrões sexuados acrílicos. Sem dúvida, esse indicador está diretamente relacionado à questão da feminização do trabalho e, nesse caso, da Psicologia como uma ciência engendrada (GALLI, 2008) e como uma profissão “feminina”. Segundo Tânia Galli,

a “generificação” do mundo e dos seus sujeitos também estrutura a própria produção científica que assume, em diversas de suas tradições, a tendência hegemônica de masculinizar seus conteúdos, colocando-se como propagadora de noções que neutralizam, ocultam e obscurecem os sujeitos, vistos desde uma perspectiva universalizante. A Psicologia enquanto ciência tem sido tradicionalmente estruturada desde a desmaterialização de seu objeto de estudo, tratado de forma geral, como o *homem*, o qual passa a ocupar uma posição de sujeito metafísico e transcendental. (Op. cit., p. 297)

A dicotomia e o contraste entre a esfera pública e a privada não se deram à parte de uma “sexualização das práticas”, muito pelo contrário. Segundo Elisabete Lobo (1991, p. 11), “as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero”.

A socióloga Helena Hirata tem se dedicado nos últimos anos à análise dos efeitos do processo de mundialização nos sistemas de produção e nas relações de trabalho. Temas candentes para a sociedade brasileira e para a produção acadêmica nacional têm se destacado em sua produção mais recente, a exemplo da investigação sobre a intensificação da vulnerabilidade das relações de trabalho, a polarização entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, as relações entre desemprego e subemprego e a reorganização produtiva e organizacional.

Segundo Helena Hirata, embora a divisão sexual do trabalho

tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiram trabalhos que rapidamente consolidariam as bases teóricas desse conceito. O conceito “tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Em outro artigo, essa autora, em parceria com Danièle Kergoat (2007), reafirma a importância do conceito para “repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido”. É precisamente neste artigo – “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” – que as autoras refletem sobre os avanços e as permanências sobre o tema em questão:

[...] a nosso ver, falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. [...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. *articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero* (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 596, grifo nosso)

O uso da expressão *sistema de gênero* nos remete a uma breve e importante pontuação. Em seu ensaio “O Tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política do sexo’”, publicado originalmente em 1975, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin expôs uma conceituação que sistematizou ideias existentes sobre os usos de gênero na questão das mulheres (PISCITELLI, 2002). Nas palavras de Rubin (1975, p. 78), “o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Embora não seja nosso objetivo o aprofundamento nessa

questão, cabe dizer que esse texto foi o catalisador de uma série de estudos e reflexões sobre o uso “intocado” do conceito de sexo no texto de Gayle Rubin, ou seja, que serviu de base para críticas fundamentais ao par “sexo-natural” *versus* “gênero-construído”.

A assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na suposta e efetiva divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é somente uma consequência da distribuição desse por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da *desigualdade no trabalho* (LOBO, 1991).

Valores maternalistas largamente partilhados por homens e mulheres constituem uma das peças ainda fundamentais na economia da desigualdade. Esse é um dos motes do importante livro de Elisabeth Badinter, filósofa francesa que, após desfazer algumas ilusões sobre o *mito do amor materno*⁹ (BADINTER, 1985), se dedica a desmontar o histórico esquema de pensamento do que chama de ideologia maternalista no livro *O conflito. A mulher e a mãe*, publicado na França em 2010 e no Brasil em 2011. A proximidade com atividades executadas gratuitamente no gerenciamento da família contribui para que as profissões femininas sejam desvalorizadas, inversamente à forte valorização das profissões tradicionalmente masculinas.

As mulheres e as profissões femininas: considerações sobre estudos históricos no Brasil

No início da década de 1970, um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas¹⁰ (FCC) problematizou a feminização

⁹ Nesta obra (publicada no Brasil em 1980 pela editora Nova Fronteira), Elisabeth Badinter contraria a crença generalizada de que o amor materno estaria profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais.

¹⁰ Referimo-nos especialmente a Cristina Bruschini, Evelyn Glenn, Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso, Cynthia Sarti, Jane de Almeida, Dagmar Meyer e Bila Sorj.

das profissões nas ciências humanas, definindo como objeto de estudo o campo das mulheres, da educação e do trabalho no Brasil. A inserção de mulheres em carreiras “consideradas femininas” foi colocada em pauta, questionando-se os argumentos que associavam a suposta natureza dos sexos à sexualização das profissões. Antes disso, os deslocamentos sociais promovidos pelo movimento feminista dos anos de 1950 e 1960, ao questionar o casamento monogâmico e a maternidade como *destinos* de mulheres, subverteriam as pautas de prioridades de vida destas (BRUSCHINI, LOMBARDI, 1999, p. 22). Segundo Maria Luisa Heilborn e Bila Sorj (1999),

nos anos 70, o Brasil foi identificado pela Fundação Ford como o país onde o interesse pela pesquisa e a variedade de pesquisadores voltados ao estudo das mulheres estavam mais desenvolvidos do que nos outros países da América Latina. A Fundação Carlos Chagas, CEBRAP, IUPERJ e USP abrigam muitos destes pesquisadores, alguns tratando especificamente da temática, outros a inserindo no contexto de pesquisas mais amplas. (SORJ & HEILBORN, 1999, p. 6)

Da vasta e reconhecida produção desse grupo de pesquisadoras da FCC no campo das ciências humanas, há pelo menos três artigos que devem ser citados. O primeiro deles é “Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras”. Publicado nos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas no final da década de 1970 (BRUSCHINI, 1978), apresentou e discutiu os resultados de uma pesquisa de caráter exploratório, com três grupos de mulheres, cujos dados foram coletados em 1974. A amostra foi composta de 50 enfermeiras, 50 professoras e 47 engenheiras, todas ativas no exercício da profissão. O objetivo foi “estudar características, opiniões e atitudes em relação ao trabalho profissional, bem como a incorporação de estereótipos acerca do trabalho feminino de modo geral” (BRUSCHINI, 1978, p. 5). Marcadores de classe social, origem rural/ urbana, influência familiar na definição das profissões, etnia, idade e renda foram elementos de análise a partir da pesquisa com essas mulheres.

No segundo artigo, “Sexualização das ocupações: o caso brasileiro”, Cristina Bruschini (1979) analisa tal sexualização comparando os dados censitários de 1950 e de 1970 referentes à participação de mulheres e de homens nos diversos níveis de atividade econômica. A conclusão da autora é a de que “apesar da participação feminina na força de trabalho ter aumentado no período analisado, a expansão do emprego feminino continua a se concentrar em número reduzido de ocupações, tradicionalmente femininas, no setor terciário, ao mesmo tempo em que a expulsão da mulher das atividades industriais tem sido um fenômeno constante e significativo” (BRUSCHINI, 1979, p. 19).

O terceiro artigo, “As ciências humanas e a situação da mulher”, de Evelyn Glenn (1978), enfatiza as diferentes formas de invisibilidade das mulheres nas diversas disciplinas da Universidade de Boston até 1970. Publicado nos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, o texto reproduz a palestra proferida pela socióloga durante sua participação no curso “Pesquisa sobre a mulher” em dezembro de 1976 na própria FCC. A maioria dos estudos até a década de setenta tinha como objeto de interesse por excelência as profissões masculinas dos homens brancos, ou os fatos da vida pública. Nada que se referisse à história do privado era considerado de interesse social comum – família, criação de filhos e sexualidade estavam, portanto, relegados às *quatro paredes*, literalmente.

Quem pode afirmar que as alterações históricas nas taxas de nascimento, mortalidade materna e infantil, princípios de criação de filhos, padrões profissionais de homens e mulheres não exercem um efeito tão profundo na sociedade quanto as contendas políticas e a guerra? (GLENN, 1978, p. 17)

Além da invisibilidade da produção de conhecimento, dos modos de viver e de trabalhar femininos, a autora recupera as diferentes formas de organização de mulheres e “simpatizantes do feminismo” (GLENN, 1978, p. 15) que se inseriram em todas as carreiras universitárias a partir dessa década. Ou seja, registra as ações de grupos de mulheres organizadas que, ao serem

impedidas de cursar as carreiras masculinas, criaram suas formas próprias de enfrentamento dos padrões sociais androcêntricos, sexistas e patriarcais. Esses grupos incluíram a Comissão Coordenadora para a Mulher nas carreiras de História, a Mulher na Psicologia e muitos outros¹¹.

Ainda em *As ciências humanas e a situação da mulher*, Glenn (1978) cita a Psicologia em referência a três importantes estudos com revistas de psicologia nos períodos de 1962-1963, 1966-1967 e 1970-1971, com o objetivo de “verificar qual o sexo que os pesquisadores utilizavam, com mais frequência, como objeto de pesquisa” (GLENN, 1978, p. 17). O que Glenn verificou nesses estudos foi que “as atividades masculinas representam a norma e as femininas a variante da norma”, pois a referência às “mulheres” como sujeitos de pesquisa é uma categoria subsumida à categoria universalizante “homens”. Até aí, nenhuma novidade, mas devemos reconhecer a importância histórica de uma discussão proposta naquela data e a inclusão da Psicologia como passível de análise – ao lado da Sociologia e da História.

No Brasil, podemos elencar pelo menos três fases dos estudos sobre mulher, balizadas pelo histórico artigo de Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cinthia Sarti (1985), todas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Um vasto e minucioso levantamento bibliográfico é apresentado no artigo “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, em que as autoras analisam as pesquisas sobre a mulher no Brasil a partir de 1976. Na primeira fase, de 1975 a 1978, dar visibilidade às mulheres exigiu a crítica dos paradigmas teóricos vigentes. Na segunda, de 1978 a 1985, assistimos à consolidação de sua legitimidade e consequente expansão, tanto na conquista de novos espaços quanto na abertura de seus interesses temáticos. Na última fase, a partir de 1985, a identificação mulheres-gênero foi desconstruída, segundo as teorias sobre as relações de dominação/subordinação entre os sexos.

O uso sistemático do conceito de gênero como uma categoria de análise histórica, política e das subjetividades é uma

¹¹ Infelizmente no artigo de Evelyn Glenn não há nenhuma referência a tais grupos para que possam ser melhor localizados historicamente.

referência fundamental, segundo a historiadora norte-americana Joan Scott (1995) no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990. Nas palavras da autora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Na trajetória dos movimentos feministas e da conquista de direitos sociais, as discussões conceituais a partir de categorias como “gênero” reivindicavam o reconhecimento de outras, menos visíveis, entre as quais o trabalho feminino. Até então, aceitava-se como dado de verdade e elemento “natural” que mulheres “devessem” se dedicar a determinadas atividades (como as domésticas, as “por amor” e as relacionadas à maternidade), sempre de modo gratuito (no sentido de não ser visto como trabalho, e portanto, sem remuneração). Nas palavras de Helena Hirata (2000), segundo a publicação francesa intitulada *Dictionnaire critique du féminisme*, trata-se justamente de desvalorizar a “produção do viver”. Para as mulheres, a produção e a manutenção da vida cotidiana – sua própria e de sua família – implicam a combinação dessa (re)produção com a esfera produtiva *extradoméstica*, seja pelo entrosamento, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural (BRUSCHINI e cols., 2011, p. 151).

O artigo de Fúlvia Rosemberg (1983) *Psicologia, profissão feminina* permanece bastante contemporâneo para a discussão proposta nesse capítulo. Para a autora, o reforço de modelos sexuais tradicionais e a supervalorização da maternidade são fatores fundamentais que corroboram a Psicologia como uma profissão feminina, numa relação naturalizada de antemão. Esses fatores acabam constituindo campos de atuação profissional cindidos que reforçam, no imaginário social, a divisão sexual do trabalho sustentada por ideologias maternalistas, masculinistas e essencialistas. Além de afastar os homens das esferas *eminentemente* femininas, o agravante dessa divisão é posto na ordem econômica, o que implica a remuneração do trabalho de homens e de mulheres a partir de uma valorização desigual,

hierárquica e discriminatória com base no sistema sexo/gênero. Para Laís Abramo (2001), a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres, muito embora a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades tenham viabilizado o acesso de mulheres a outras oportunidades de trabalho. Para Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999, p. 162), uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70 foi o significativo aumento da atividade das mulheres.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009) indicam que as mulheres constituem 43,7% da População Economicamente Ativa (PEA) em área urbana e 37,8% no meio rural. A participação da população feminina no mercado de trabalho é crescente e, embora considerada um processo eminentemente urbano, não tem sido sem consequências para a organização da vida social. No entanto, é importante lembrar que as condições mais propícias de possibilidade para a participação feminina no trabalho no meio urbano, em que as mulheres costumam deslocar-se do espaço privado ao público, não se traduzem automaticamente em igualdade de condições com os homens no mundo do trabalho. Frequentemente terminam por seguir carreiras que refletem a imagem tradicional de cuidadoras da família e, uma vez atuando nessas carreiras, acabam por ocupar posições marginais (VILELA et al., 2004).

Em artigo publicado no Portal do MEC em 2006¹², o então diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Dilvo Ristoff, atenta para a menor presença de homens nos cursos de graduação, apesar destes serem a maioria

¹² Sobre a fonte do artigo citado. Embora tenha sido originalmente publicado na *Folha de S. Paulo online* em 2006, o artigo do referido autor foi encontrado primeiramente por nós no Portal do Ministério da Educação e posteriormente na **Revista Brasileira do Livro Universitário**, publicada em maio de 2007. Para fins de referência, optamos por utilizar esta última versão encontrada.

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5710.

no exame de acesso ao ensino de terceiro grau (vestibular) no Brasil. A relação entre homens e o mercado de trabalho “precoce” é um elemento fundamental nos projetos de vida de homens e mulheres jovens. A questão do autor é pertinente ao refletir sobre as trajetórias de ambos – homens e mulheres – e o mercado de trabalho, os cursos superiores e suas permanências, desistências ou mudanças no projeto inicial de vida. “Estaria a sociedade reafirmando o clichê de que a tarefa de buscar o sustento da família cabe mais a eles que a elas?”, questiona Ristoff (2007).

No artigo de Ristoff, destaca-se que os cursos de nível superior mais procurados pelos homens são os relacionados às áreas de Engenharia, Tecnologia, Indústria e Computação, enquanto pelas mulheres ainda permanecem os relativos a serviços e educação: Secretariado, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Serviço Social e pedagogia são os mais cotados. Para Ristoff (2007), “essa tendência se mantém nos mestrados, doutorados e na própria docência da educação superior”.

A partir dos anos 70, verifica-se uma significativa expansão das matrículas no ensino superior. Grande parte desse crescimento é atribuída ao aumento da participação feminina nesse grau de ensino (BARROSO & MELLO, 1975; ROSEMBERG, 1983 e 1994; PASSOS, 1997). O marcante crescimento da participação feminina no ensino superior entre 1956 e 1971, passando do patamar de 26% para 40%, é pontuado neste cenário. No entanto, as autoras evidenciam que essa participação não ocorre de modo uniforme, pois o aumento da concentração ainda se dá naquelas carreiras femininas associadas culturalmente como próprias à mulher.

A década de 1970 pode ser considerada um dos marcos históricos no processo de visibilidade e emergência de um campo de estudos sobre as mulheres no Brasil. Em 1971, algo em torno de metade das mulheres matriculadas no ensino superior concentrava-se nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia. Costa e Yamamoto (1998) corroboram essas constatações ao reiterarem que o ingresso das mulheres nos cursos superiores não se deu de maneira homogênea, pois havia (e ainda há) um ingresso feminino maior em áreas culturalmente relacionadas a uma expectativa de padrões convencionais de

gênero, consonantes às representações e expectativas sociais.

No artigo “Quem é o estudante de psicologia do Brasil?”, Oswaldo Yamamoto, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão e Pablo de Sousa Seixas (2011) analisam os dados sociodemográficos dos estudantes de Psicologia a partir do questionário socioeconômico que acompanhou o ENADE-2006, como objetivo de “discutir a tese da elitização do curso de graduação em Psicologia no Brasil”. Embora a elitização da profissão não seja o foco deste capítulo, destacamos da pesquisa dos autores as análises por sexo da amostra:

Com relação ao sexo, os dados indicam, à semelhança de estudos anteriores sobre a profissão (MELLO, 1975; Conselho Federal de Psicologia – CFP, 1988), a ampla predominância de mulheres (84,1%), confirmando a qualificação da Psicologia como uma profissão feminina. Os dados referentes ao estado civil, previsivelmente em decorrência da faixa etária predominante, indicam que os estudantes são, em sua maioria, solteiros (76,5%). No que tange à etnia, há uma ampla predominância das respostas nas quais os estudantes se declaram brancos (73,2% no total), contra 19,3% de pardos/mulatos, 4,3% de negros, 1,9% de amarelos (de origem oriental), 1,2% de indígenas (ou origem indígena), não discrepando dos dados referentes à composição étnica e socioeconômica do Brasil. (YAMAMOTO e cols., 2011, p. 213)

Segundo informações disponíveis no Censo da Educação Superior 2010¹³ (INEP, 2011), no que se refere ao índice de matrículas por sexo em cursos de educação superior, a participação foi majoritariamente feminina ao longo do período de 2001 a 2010. A participação feminina é superior também quando se considera

¹³ O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui-se em importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, bem como os estudos acadêmicos e a gestão das instituições de ensino. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=>. Acesso em: 14 de março de 2013.

os concluintes. “Em 2010, do total de 6.379.299 matrículas, 57% são femininas e, entre os concluintes, a participação feminina é de 60,9%” (INEP, 2011, p. 16). Cabe destacar que nesta publicação do INEP, a única análise desdobrada por sexo que encontramos no Censo foi a relativa ao número de matrículas no ensino superior.

Entre 2002 e 2009, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcada ainda por avanços e permanências, conforme analisam as pesquisadoras Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi, Cristiano Miglioranza Mercado, Arlene Ricoldi (2011) no artigo “Trabalho, renda e políticas Sociais: avanços e desafios”¹⁴.

De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), de outro, a má qualidade do trabalho feminino. De um lado, a conquista dos bons empregos, o acesso a carreiras que antes eram ocupadas apenas pelos homens e a ocupação de postos de gerência e diretoria por parte das trabalhadoras mais escolarizadas; de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. No que diz respeito ao perfil dessas mulheres, de um lado elas são mais velhas, casadas e mães – o que evidencia uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família. De outro lado, permanece a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, mostrando uma continuidade de modelos familiares tradicionais, que provoca uma sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de crianças pequenas. (BRUSCHINI e cols., 2011, p. 144)

Uma análise do mercado de trabalho feminino no Brasil indica, antes de tudo, um crescimento da atividade feminina. Em segundo

¹⁴ O artigo é parte de uma publicação lançada em abril de 2012 que teve como objetivo traçar e analisar o panorama da mulher no Brasil no período de 2003 a 2010. Com o título *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*, essa publicação foi organizada e editada pela Cepia e pela ONU Mulheres com o apoio do Programa Intergerencial de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e do MDG-F.

lugar, um crescimento do leque de profissões universitárias advindo do nível de escolarização de mulheres. Desenvolvendo suas carreiras profissionais em instituições públicas e privadas, estas ascendem em direção a cargos de comando em vários escalões. Em 2009,

quase metade da população economicamente ativa feminina apresentava 11 e mais anos de estudo (nível médio), 13% das quais, 15 anos e mais (superior). Como exemplos desse progresso, algumas profissões, antes de domínio masculino, vêm se feminizando ano a ano, muitas delas agora muito próximas da equidade de gênero, numericamente falando: em 2009, as mulheres representavam 41,7% dos empregos formais para médicos, 50% para advogados, 47% dos empregos para procuradores e advogados públicos, 37% dos postos de magistrados, 41% dos membros do ministério público e 56% dos empregos formais para arquitetos. A engenharia, como outras profissões da área tecnológica e científica, tem sido menos permeável à presença das mulheres que, naquele ano, representaram 16% dos empregos formais para engenheiros no país. (BRUSCHINI e cols., 2011, p. 160)¹⁵

Sobre essa temática, Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007) pontuam o paradoxo “tudo muda, nada muda” na medida em que, embora as modalidades de trabalho se alterem (tudo muda), a valoração desigual dessas modalidades permanece, a partir da variável gênero, ou seja, embora as profissões mudem, as condições de trabalho para homens e mulheres continuariam sob a forma de um *gap* (nada muda). Ainda em se tratando de paradoxos, as autoras abordam a questão das microdesigualdades, para além das macro comentadas na primeira parte deste capítulo: “aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 42). Um paralelo pode ser estabelecido com as análises

¹⁵ Fonte disponibilizada pelas autoras no texto: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2004 e 2009.

de Bruschini e colaboradores (2011) acerca dos avanços e das permanências, ou do paradoxo do “tudo muda, nada muda” de Hirata e Kergoat (2007).

Se as condições gerais do mercado de trabalho evoluíram positivamente no período, não se deve perder de vista a permanência, em 2009, de 29%, ou cerca de onze milhões e duzentas mil trabalhadoras, ocupadas em posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, consideradas aqui as trabalhadoras domésticas, as não remuneradas e as que trabalhavam para o consumo próprio¹⁶. (BRUSCHINI, 2011, p. 157)

No contexto de modernidade tardia (BAUMAN, 2006) e da reconfiguração do gênero na cultura verificam-se formas outras de divisão sexual do trabalho nas esferas pública e privada. A desigualdade estrutural das mulheres é agora contrastada com a evidência de mudanças cruciais nas relações pessoais e nas expectativas de gênero.

¹⁶ FIBGE/PNAD – Microdados. Por consumo próprio, entende-se “Consumo e construção próprios ou para o grupo familiar”, cf. BRUSCHINI et al. (2011).

Considerações finais

Se a modernidade produziu o modelo dos dois sexos – conforme o historiador Tomas Laqueur (2001) –, e a ciência a serviço da cultura fundamentou a organização da sociedade em termos de homem/público, mulher/privado – conforme a psicanalista Márcia Arán (2006) –, cabe-nos o compromisso de colocar em xeque a distinção engendrada nos planos ontológico e horizontal entre o masculino e o feminino e seus efeitos na Psicologia – intra e extramuros *psi*. Isto inclui a identificação de limites macrossociais e econômicos, impostos por visões dicotômicas de masculino/feminino, de público/privado, a que subjaz uma universalização do masculino e uma hierarquização, dita natural, entre homens e mulheres. A essa pretensa neutralidade hierárquica corresponde a universalização de uma perspectiva hegemônica sustentada em dualismos que, sem dúvida, é preciso superar.

Embora ainda se perceba claramente as dicotomias de gênero nas diferentes áreas de trabalho, faz-se necessário salientar que há uma tendência, conforme já referido, de que cada vez mais essas divisões se atenuem, uma vez que os esforços militantes – no sentido amplo do termo – têm resultado historicamente em transformações dos espaços outrora tidos como naturalizados e estanques.

Referências

ABRAMO, L. A Situação da Mulher LatinoAmericana. O Mercado de Trabalho no Contexto da Reestruturação. **Proposta**, n. 88/89, mar./ago. 2001.

ARAN, M. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. Ágora: Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O conflito. A mulher e a mãe**. Tradução Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BARSTED, L. & PITANGUY, J. (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 -2010**. Rio de Janeiro/ Brasília: CEPIA/ ONU Mulheres, 2011.

BRAIDOTTI, R. A política da diferença ontológica. In: BRENNAN, T. (Org.). **Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 171-186, 1997.

BRUSCHINI, C. Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 27, p. 5-17, 1978.

_____. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. **Cad. Pesqui.** [online]. 1979, n.28, pp. 5-20. ISSN 0100-1574.

_____; LOMBARDI, M. **Mulheres, trabalho e família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Difusão de Ideias, p. 1-4, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade

do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. GT Trabalho e Sociedade, XXIII Congresso da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1999.

_____; LOMBARDI, M. R., MERCADO, C. M., RICOLDI, A. Trabalho, Renda e Políticas Sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro/ Brasília: CEPia/ONU Mulheres, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 236.

CASTRO, Ana Elisa Ferreira de; YAMAMOTO, Oswaldo H.. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estud. psicol.**, Natal, 1998, v. 3, n. 1, p. 147-158.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, 1985.

GALLI, T. Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica. In: ZANELA, A.; SIQUEIRA, M. J.; LHULLIER, L.; MOLON, S. **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GLENN, E. As ciências humanas e a situação da mulher. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 24, p. 15-21, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 1-28.

HARAWAY, D. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. B.

(Org.). **Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 243-288.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, vol. 1, n. 1, p. 7-31, 2004.

HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 43-54, 2004.

_____; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H. et al. (Coords.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000. p. 230-235.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 22 janeiro 2012.

INEP. **Censo da educação superior 2010**. Divulgação dos principais resultados. Outubro, 2011.

IPEA. PNAD. **Primeiras análises: tendências demográficas**. 2009, n. 64.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1992.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 17, p. 07-14, out. 1991.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. **BIB**, Rio de Janeiro, 1991, n. 31, p. 07-16, 1991.

LOMBARDI, M. A engenharia brasileira contemporânea e a contribuição das mulheres nas mudanças recentes do campo profissional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 2, 1º semestre, p. 109-132, 2006.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

MITCHELL, J. **Psicanálise e feminismo. Freud, Reich, Laing e mulheres**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

MÜLLER, R. C. F. Gênero e sexualidade nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (1971 a 2004). In: GROSSI, M. P.; BECKER, S.; PORTO, R.; LOSSO, J. C. M.; MÜLLER, R.C.F. (Orgs.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 239-266, 2005.

RISTOFF, D. A mulher na educação brasileira. Verbo. **Revista Brasileira do Livro Universitário. Luxo Livro. Livro Luxo**. n. 2, maio 2007. ABEU Editoras Universitárias. São Paulo. Disponível em: http://www.abeu.org.br/ABEUMaster/imagem/RevistaVerbo/Pdf/revistaverbo2007_5.pdf.

_____. **A trajetória da mulher na educação brasileira.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5710. Acesso em: 5 de março de 2012.

ROCHA, Cristina; FERREIRA, Manuela. **As mulheres e a cidadania, as mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica.** Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

ROSEMBERG, F. Psicologia, profissão feminina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 47, p. 32-37, nov. 1983.

_____. et. al. Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. **INEP**: Brasília, p. 81-83, 1990.

_____; AMADO, Tina. Mulheres na Escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 62-72, fev. 1992.

_____. **Educação e gênero no Brasil nos anos 80** (versão preliminar). Porto Alegre, 1994. Mimeo.

_____. **Educação gênero e raça.** Encontro da Latino American Studies Association, Guadalajara, México, 17-19 abril, 1997. Mimeo.

RUBIN, G. The traffic in women. Notes on the “political economy” of sex. In: REITER, R. **Toward an Anthropology of Women.** Nova York: Monthly Review Press, 1975.

SAAVEDRA, L.; TAVEIRA, M. C.; SILVA, A. D. A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: factores explicativos e pistas para a intervenção. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-59, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

SIQUEIRA, M. J. T. A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: ZANELLA, A. V.; SIQUEIRA, M.

J. T.; LHULLIER, L.; MOLON, S. (Orgs.). **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 251-259.

VILELA, A.; SANTOS, D.; SILVA, L. Mulheres na Psicologia: os arquivos de Psicotécnica. **Estud. Psicol.**, Natal, n. 3, p. 1-12, 2004.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; FALCAO, Jorge Tarcísio da Rocha; SEIXAS, Pablo de Sousa. Quem é o estudante de psicologia do Brasil? **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 10, n. 3, p. 209-232, 2011.

A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia

(Bruna Camillo Bonassi e Rita Flores Müller)

A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia

Bruna Camillo Bonassi e Rita Flores Müller

O que significa ser mulher no mundo em que vivemos? Ainda que próximos do século XXI, que perdas, que custos, que sofrimentos, isso implica? São perguntas que a Psicologia precisa se colocar neste final de milênio sob o risco de perder o bonde da História, bonde este que as mulheres não estão se recusando a conduzir.
Siqueira (2008, p. 258)

Frequentemente quando se pergunta sobre a majoritária presença de mulheres nos cursos de graduação em Psicologia no Brasil, ouve-se o argumento naturalizado de que – afinal de contas – as mulheres são a maioria da população brasileira e, quiçá, mundial¹⁷. Os últimos levantamentos censitários corroboram parte da argumentação¹⁸, embora não sustentem a veracidade desta *forma de entender a questão*, pois não se trata de uma relação de causa e efeito. Refletir sobre a feminização persistente¹⁹ (LOPES & LEALNA, 2005) na Psicologia é um desafio e implica lidar com algumas heranças históricas nas quais nos constituímos como sujeitos *psi*.

Neste texto, o termo “feminino” está sendo usado no sentido

¹⁷ Baseado especialmente nos relatos de grupos focais da pesquisa qualitativa.

¹⁸ Segundo o relatório As mulheres do mundo 2010: tendências e estatísticas (ONU, 2010), existem aproximadamente 57 milhões de homens a mais do que mulheres no mundo; e essas vivem mais que os homens em todas as regiões do planeta. De acordo com o resultado do censo demográfico do IBGE de 2010, existem 95,9 homens para cada 100 mulheres, ou seja, existem 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. Em 2000, para cada 100 mulheres, havia 96,9 homens. Acentuou-se, portanto, a predominância feminina na composição por sexo da população do Brasil.

¹⁹ Parte do título do artigo de Marta Júlia Marques Lopes e Sandra Maria Cezar Lea: “A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira”. Importante para refletir sobre alguns pontos de encontro quando se discutem profissões femininas e seu processo de feminização. Ver: Lopes & Lea (2005).

mais comum de um sexo em oposição ao outro, o masculino. Da mesma forma, as referências à “feminização” da profissão remeterão, neste momento, ao aumento da população feminina em determinada área de atuação profissional, no mesmo sentido citado por Richter & Griesel: “Howard usou o termo ‘feminização’ pela primeira vez em 1987 para descrever o número crescente de mulheres fazendo psicologia” (1999, p. 134, tradução livre).

Globalmente, o termo feminização estende-se aos estudos sobre a feminização da pobreza e das políticas de governo, a feminização da Aids, da velhice e das chefias domiciliares. No tocante à feminização da Psicologia, o termo também é usado para identificar o masculino com a Psicologia “científica” e o feminino com a “aplicada”, tomado pejorativamente e com forte herança iluminista na clivagem racionalidade/sensibilidade. Conforme salientam Richter e Griesel:

Na mídia, feminização é usado para remeter à crescente influência de ideias e atitudes especificamente colocadas por mulheres e, desta perspectiva, é visto como um dos principais movimentos globais e ecológicos de nosso tempo. Na psicologia, no entanto, o termo é associado com efeitos negativos reais ou percebidos, incluindo um movimento adicional e acelerado na disciplina de uma base científica para uma base aplicada (RICHTER & GRIESEL, 1999, p. 134, tradução livre).

Como dito anteriormente, a feminização da Psicologia não pode ser analisada de forma linear em relação à feminização da população, considerando-se que a Psicologia como ciência e profissão não é um bloco homogêneo. Se as mulheres são a *maioria*, as diferentes incidências da divisão sexual do trabalho indicam a distribuição social e simbólica de *quem* executa o *que* e *onde* na Psicologia. Em uma breve alusão ao aforisma de Jacques Lacan (1982), nem *A mulher* nem *A Psicologia* existem no sentido universalizante do termo e só adquirem sentido neste capítulo se pudermos abarcar a diversidade que cada um dos termos comporta e extravasa.

Nesse sentido, o *slogan* da campanha do Conselho Federal de

Psicologia (CFP) – *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*²⁰ – é um convite à visibilidade e à implosão dos ideais universalizantes. Primeiramente, da visibilidade das mulheres tomadas uma a uma. Em segundo lugar, do próprio feminino colocado na pauta da agenda da profissão que não se contenta mais com a repetição (deveras empoeirada) de que “a Psicologia é uma profissão feminina”. Portanto, o fio de meada que se destaca é o signifiante “feminização” e o que este nos possibilita como categoria de análise: quais marcas identitárias estão inscritas na Psicologia a partir dele? Como cada um/uma de nós se reconhece como sujeito na feminização dos saberes/fazeres da profissão? Longe de serem respondidas neste momento, estas questões têm balizado os olhares possíveis no horizonte das reflexões que a própria pesquisa quantitativa dá a ver como produção de conhecimento para o futuro próximo da Psicologia.

Em *A história da psicologia moderna*, Duane P. Schultz e Sydney Ellen Schultz (2011) dedicam parte do capítulo 1 (*O estudo da história da Psicologia*) a abordar as “forças contextuais” do surgimento da Psicologia como ciência, ou o *Zeitgeist* como “ambiente intelectual e cultural ou espírito do período” (SCHULTZ & SCHULTZ, 2011, p. 10). Analisando o *Zeitgeist* da Psicologia, os autores não deixam de fora o preconceito e a discriminação por raça, religião e sexo, a partir das perguntas: “quem está apto a ser um psicólogo? Onde ele ou ela pode trabalhar?” (SCHULTZ & SCHULTZ, 2011, p. 12).

A discriminação disseminada contra as mulheres existiu por toda a história da psicologia. Há inúmeros exemplos em que as mulheres não eram admitidas no programa de pós-graduação ou eram excluídas do corpo docente. Mesmo quando estavam capacitadas a ocupar essas posições, recebiam salários inferiores aos dos homens e encontravam barreiras para obter promoção ou uma titularidade. Por muitos anos, a única posição acadêmica tipicamente acessível às mulheres encontrava-se nas faculdades exclusivamente femininas e, mesmo assim,

²⁰ Disponível em: <http://mulher.pol.org.br/apresentacao> acesso em 25 de março de 2013.

muitas dessas entidades cometiam uma forma própria de discriminação, recusando a contratação de mulheres casadas. A justificativa dada era de que a mulher não estava capacitada a administrar ao mesmo tempo a vida doméstica e a carreira como docente. (SCHULTZ & SCHULTZ, 2011, p. 12)

Importantes registros históricos de discriminação e cerceamento da presença de mulheres em determinados espaços são elencados no capítulo de Schultz e Schultz, o que contribui para a escrita da memória e da historiografia da Psicologia. No entanto, em relação a outras disciplinas e profissões acadêmicas, “os registros da Psicologia relativos à igualdade no tratamento entre homens e mulheres são muito mais explícitos” (p. 12). Diferença significativa é pontuada, por exemplo, na comparação de psicólogas com médicas e advogadas, pois a APA foi a primeira sociedade científica a admitir mulheres. Se entre 1893 e 1921 a APA elegeu 79 mulheres como membros (15% do total de associados desse período), “outras associações profissionais negaram totalmente a participação das mulheres durante muitos anos” (SCHULTZ & SCHULTZ, 2011, p. 13).

As mulheres na Psicologia em outros países

A maior quantidade de dados hoje disponibilizados sobre a presença das mulheres na Psicologia e os efeitos daí decorrentes se referem aos Estados Unidos e ao Canadá, embora recentemente diversos países ao redor do mundo tenham realizado esforços de investigação sobre a temática (SKINNER, K., & LOUW, J., 2009; RICHTER, L. M., & GRIESEL, R. D., 1999; DENMARK, F. L., 1998; BOULON-DÍAZ, F.; 2012). Na análise de publicações sobre o tema escolhido para este trabalho²¹, verificou-se que, atualmente,

²¹ Entre agosto e setembro de 2012, foi realizada uma busca em bases de dados reconhecidas nacional e internacionalmente. Foram elas: “SciELO” e “EBSCO HOST”, prioritariamente. Além disso, o recurso à base de pesquisa “Google acadêmico” não foi dispensado. Os descritores utilizados para este garimpo foram “mulheres/Woman”, “psicologia/psychology”, “feminilização da psicologia/feminization of psychology” e “profissão feminina”.

a predominância feminina na profissão é uma realidade em grande parte dos países, ao contrário do que indicava a maioria dos dados sobre a situação, três décadas atrás.

Na pesquisa bibliográfica realizada, Florence Denmark destacou-se como importante nome na Psicologia mundial. Inovadora no campo da Psicologia das mulheres e cofundadora da Associação de Mulheres em Psicologia (Association for Women in Psychology), foi a primeira professora a lecionar a disciplina Psicologia das Mulheres (Woman's Psychology) em cursos de doutorado. Em seu artigo de 1998 – *Women and Psychology: An International Perspective* –, a autora analisa a distribuição percentual de membros da American Psychological Association (APA) na década de 1970. Em 1979, nos Estados Unidos apenas 29% dos membros da APA eram mulheres.

Tal diferença se refletia na distribuição dos cargos e na remuneração (DYER, apud DENMARK, 1998): enquanto os homens se concentravam em cargos de pesquisa altamente remunerados e em cargos administrativos, as mulheres eram mais numerosas em cargos de ensino com baixa remuneração e em posições de atendimento. No ensino superior, apenas 7,5% dos cargos de professor titular eram ocupados por mulheres. Em 1991, o quadro já se mostrou diferente: as mulheres conquistaram 61% dos doutorados, revertendo a situação observada nos vinte anos anteriores. Em 1998, 68% dos candidatos a doutorado em Psicologia em período integral eram mulheres (DENMARK, 1998). Já em 2001, 50% dos membros da APA eram mulheres e tal número havia aumentado para 53% em 2005 (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). Dos membros considerados *Fellows* (designa uma divisão da APA de membros de elite com inovações em seus campos), 26% eram mulheres.

Segundo dados da mesma associação (APA, 2006), as subdivisões da Psicologia estadunidense são ocupadas por mulheres da seguinte forma: Psicologia do Consumidor: 14%; Psicologia Teórica, 19%; Psicologia Social das Mulheres, 97%; Psicanálise, 58% e Psicologia do Desenvolvimento, 58,2%. No entanto, o número de divisões com 50% ou mais de mulheres teve um ligeiro aumento, de 13,5% para 18,9%, a partir de 2000.

O número de mulheres que atuam como diretoras executivas estaduais, provinciais e territoriais das associações psicológicas dos Estados Unidos foi de 68,8% em 2005.

Na década de 1970, o cenário no Canadá era muito próximo ao dos Estados Unidos. Em 1975, as mulheres representavam 22% dos membros da Canadian Psychology Association (CPA) e estavam concentradas nas áreas de aplicação de testes, em detrimento da participação no ensino e na pesquisa, ou em cargos administrativos (DENMARK, 1998). O panorama se alterou entre 1994 e 1995 para uma porcentagem mais favorável às mulheres, constituindo essas 68% dos doutorandos canadenses. Em 1995, o percentual de mulheres entre os membros da CPA era de 49%. Já em 2001, segundo Boatswain et al. (2001), 55% dos membros da associação eram mulheres.

Em contraste com o encontrado nos EUA e Canadá no final da década de 1970, na América Latina a porcentagem de mulheres era muito maior, chegando a atingir 85% em alguns países (DENMARK, 1998). A autora apresenta duas hipóteses para explicar tal maioria. A primeira coloca como elemento central a imagem da Psicologia nos países latino-americanos como uma profissão eminentemente feminina – e a tendência correlativa dos homens a escolher profissões *tradicionalmente masculinas*. A segunda hipótese é pautada na questão da remuneração do trabalho na Psicologia, profissão tradicionalmente feminina, o salário não seria suficiente para prover financeiramente uma família (posto historicamente masculino), mas seria suficiente para contribuir com a renda familiar. Cabe assinalar que, mesmo sendo as mulheres maioria na Psicologia em geral na América Latina, os homens eram a maioria em corpos editoriais de influência.

Na Psicologia porto-riquenha, as mulheres são maioria e, segundo Frances E. Boulon-Díaz, Membro do Conselho de Representantes da APA representando a Associação de Psicólogos de Porto Rico (2012), seu número continua a crescer. A participação feminina no contexto organizacional também é elevada, embora ainda não corresponda à proporção de mulheres na profissão: até 2012, dos 53 presidentes da Asociación de Psicología de Puerto Rico, apenas 26 foram mulheres.

Saindo das Américas e indo para a África, Kerry Skinner e Johann Louw²² (2009) afirmam que em 2004, na África do Sul, 68% de todos os psicólogos inscritos eram mulheres. Na área clínica, a supremacia feminina era ainda mais evidente, como apontado por uma pesquisa realizada por Linda Richter²³ e Dev Griesel (1999) que mostrou que 80% dos psicólogos clínicos na África eram mulheres. Segundo Skinner e Louw (2009), a Psicologia clínica é a área com maior concentração de mulheres psicólogas na África do Sul. Outras áreas da Psicologia (aconselhamento, Psicologia educacional, trabalho e pesquisa) também foram analisadas pelos autores, revelando que apenas na área organizacional/trabalho não havia maioria feminina. Essa informação levou Kerry Skinner e Johann Louw (2009) a se engajarem na discussão da hipótese proposta por Stephen Frosh²⁴ (1992) na relação entre as mulheres e a chamada *soft Psychology*. Traduzida como uma *Psicologia leve* e fácil, estaria orientada às pessoas que se preocupam com a subjetividade, as experiências pessoais, com o carinho, a intuição e as emoções. A *hard Psychology* – traduzida literalmente como psicologia dura, difícil – e que inclui, por exemplo, a Psicologia experimental, além de todas as áreas que guardam uma interface forte com a estatística, a fisiologia, a ciência cognitiva – ficaria para os homens. Segundo Frosh (1992),

Psychology shows how much is infiltrated by standard masculine when it adopts the following strategy: instead of looking inside, at emotions and feeling, at the subjective structures of the self, it looks at action alone, it measures

²² Kerry Skinner é uma Psicóloga da Educação, registrada no Conselho de Profissões da Saúde da África do Sul. Johann Louw é professor no Departamento de Psicologia na University of Cape Town.

²³ Linda Richter é considerada uma *Distinguished Research Fellow* (Companheira de Pesquisas Notáveis – um cargo de elite) no Conselho de Pesquisa de Durban e especialista sênior de crianças vulneráveis no Fundo Global de luta contra a Aids, tuberculose e malária. Dev Griesel é pesquisador e professor no Curso de Ciências Sociais na Universidade de Natal Pietermaritzburg. Linda e Dev são casados e têm conduzido pesquisas juntos em inúmeros assuntos envolvendo crianças, mulheres e famílias (RICHTER & GRIESEL, 1999).

²⁴ Stephen Frosh trabalha na universidade de Birkbeck, Londres, com a aplicação da Psicanálise em questões sociais, gênero cultura e raça.

*and calibrates and avoids the issue. 'Hard' and 'Soft' we go: hard-soft, tight-loose, rigid-pliable, dry-fluid, objective-subjective, masculine-feminine. (p. 154)*²⁵

Afora os já citados, as informações encontradas sobre a presença das mulheres na Psicologia em outros países são escassas. Em pesquisa realizada por Denmark (1998), foi analisado o status da mulher na Psicologia no Canadá, México, na América Central e do Sul, Europa, Ásia e Austrália, por meio de oitenta questionários enviados para clínicos e pesquisadores dos mais diversos países. Quarenta dos questionários voltaram respondidos, provenientes do Canadá, México, América Central e do Sul, Europa, Ásia e Austrália. A autora observa que alguns questionários chegaram muito tarde para serem incluídos na análise total da amostra. Abaixo seguem alguns de seus resultados.

No cenário francês, as mulheres eram sub-representadas nos processos de seleção marcadamente dominados pelo sexo masculino. Na Irlanda, dos cinco departamentos de Psicologia pesquisados em 1998, todos eram representados por homens²⁶. Em 1994, as mulheres eram 21% do corpo acadêmico, sendo 4% professoras e 12% professoras *senior*. Em Israel, havia relativamente poucas mulheres na academia e ainda menos que exerciam a profissão. No Paquistão, o departamento de Psicologia

²⁵ “A Psicologia mostra o quanto é infiltrada por padrões masculinos quando se adota a seguinte estratégia: em vez de olhar para dentro, para as emoções e sentimentos, as estruturas subjetivas do eu, se olha para a ação sozinha, se mede se calibra e se evita o problema. ‘Difícil’ e ‘Fácil’ vamos lá: difícil-fácil, apertado-solto, flexível-rígido, seco-fluido, objetivo-subjetivo, masculino-feminino” (tradução das autoras).

²⁶ As informações precisas encontradas na citada publicação podem ser lidas no original: “*Currently in Ireland, there are five departments of psychology, four of which offer accredited degrees. Every department is headed by a male. This appointment is not based on rotation, and thus he holds this position until retirement. The head of the department and maybe one other senior person are typically the only ones allowed to hold the title “professor.” Others are called “doctor” or “lecturer.” As of 1994, women were 21% of the academic staff, 4% of professors, and 12% of senior lecturers. Promotion is highly competitive and includes facing a board comprised largely of men.*” (p. 470)

pesquisado tinha uma esmagadora maioria de pesquisadoras e professoras altamente qualificadas, porém na concorrência por vagas de diretoria essas eram preteridas em relação aos homens, prioritariamente escolhidos²⁷. Na Suíça, os homens predominavam na produção de pesquisa em Psicologia. Em 1995, apenas quatro de 50 professores (provenientes das faculdades entrevistadas) eram mulheres.

Virginia Staudt Sexton²⁸ e John D. Hogan²⁹ (1992) apontaram, baseados numa pesquisa com 45 países, que a Psicologia no mundo tende a ser uma profissão feminina. Eles elencam seis países onde a Psicologia é altamente dominada por mulheres: República Dominicana (95%); Filipinas, onde a proporção de mulheres psicólogas foi de 5:1; Iugoslávia e Argentina, onde a proporção foi de 4:1 e Venezuela e Polônia, onde a razão foi de 3:1, e em Israel, de 2:1. Apontam também que de todos os países que responderam sobre a frequência de homens e mulheres apenas Austrália, Canadá, Egito, Japão, Coreia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul e Estados Unidos da América afirmaram ter maioria de homens na profissão. Sexton e Hogan dizem que, aparentemente, na Colômbia a quantidade de homens na profissão parece estar aumentando, o que reforça o estudo de Stevens e Wedding (2004), citados por Skinner & Louw (2009), que identificaram os seguintes países com maioria feminina: Espanha (75%), África do Sul (70%), Colômbia (entre 60 e 70%) e Israel (60%).

Em relação à África do Sul, os achados de Sexton e Hogan

²⁷ As informações a respeito do Paquistão são pouco detalhadas. No original, lê-se: *"The psychology department has an overwhelming majority of highly qualified, extremely competitive and competent researchers and teachers (female). However, when the top position of professor was advertised, a male colleague was selected not because he was the best, he was much older and rated equally and at par with two female colleagues"*. (p. 470)

²⁸ Virginia Staudt Sexton foi uma importante pesquisadora na área de psicologia e religião e de estudos feministas. Durante sua carreira, foi fortemente envolvida com a APA, tendo sido presidente de duas de suas divisões.

²⁹ Professor de Psicologia na St. John's University, John D. Hogan conduziu suas principais pesquisas na área de teoria piagetiana e criatividade, na psicologia do desenvolvimento e educação, e na história da Psicologia.

contrastam o encontrado por Skinner e Louw, em que a feminização da Psicologia na África do Sul é notável. Para tentar explicar essa discrepância recorremos a outra passagem do livro de Sexton e Hogan: *“In most countries, including those which there are currently more male psychologists, female students are in the majority, suggesting changes for the future”* (SEXTON & HOGAN, 1992, p. 469), em tradução literal: “Na maioria dos países, incluindo aqueles que atualmente existem mais homens psicólogos, estudantes do sexo feminino são maioria, sugerindo mudanças para o futuro “. Tendo em vista que o estudo de Sexton e Hogan foi publicado em 1992 e o de Skinner e Louw em 2009, há entre eles um período considerável para ocorrer mudanças significativas.

Considerações finais

Na tentativa de mapeamento bibliográfico sobre a feminização da Psicologia em outros países, deparamo-nos com a escassez de uma produção específica ou direta sobre o tema. Considerada em sua positividade, lidar com os silêncios que constituíram a Psicologia desde seu advento como ciência é o que a ausência dessa produção evidenciou para nós. Neste caso, ao não encontrar algo, aceitamos o fato de que o encontramos em seu estado latente de pura presença. A *majoritária presença de mulheres na Psicologia* parece ganhar força como objeto de análise em sua aparente familiaridade, porque se trata justamente de “levantar a ponta do véu” a que se referem Louise Lhullier e Jéssica Roslindo no primeiro capítulo do presente livro. A pergunta pode ser elaborada da seguinte forma: como falar da *maioria de mulheres* na história da Psicologia *majoritariamente* masculina? É preciso que se fale. Que falemos *delas*.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Women in the American Psychological Association. Disponível em: American Psychological Association, <<http://www.apa.org/pi/women/committee/wapa-2006.pdf>. 2006>. Acesso em: 2 outubro 2012.

BOATSWAIN, S.; BROWN, N.; FIKSENBAUM, L.; GOLDSTEIN, L.; GREENGLASS, E.; NADLER, E.; PYKE, S. W. Canadian feminist psychology: Where are we now? **Canadian Psychology**, v. 42, p. 276-285, 2001.

BOULON-DÍAZ, F. Participación y liderazgo femenino en la profesión de psicología en Puerto Rico. **Revista Puertorriqueña de Psicología**, n. 23, p. 127-138, 2012.

DENMARK, F. L. Women and Psychology: An International Perspective. **American Psychologist**. v. 53, p. 465-473, 1998.

FROSH, S. Masculine ideology and psychological therapy. In: M. USSHER & P. NICOLSON (Eds.), **Gender issues in clinical psychology**. Londres: Routledge, p. 153–170, 1992.

LACAN, J. **Seminário XX: mais, ainda**. Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982. Tradução de *Le seminaire XX: encore*.

LOPES, M. J.M.; LEA, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 24, jan./-jun. de 2005, p. 105-125, 2005.

RICHTER, L. M., & GRIESEL, R. D. Women psychologists in South Africa. **Feminism & Psychology**, v. 9, p. 134–141, 1999.

SCHULTZ, D. P. & SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. Tradução Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SEXTON, V. S., & HOGAN, J. D. **International psychology: Views from around the world**. Lincoln, NB: University of Nebraska Press, 1992.

SIQUEIRA, M. J. T. A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: ZANELLA, A. V.; SIQUEIRA, M. J. T.; LHULLIER, L. MOLON, S. (orgs.) **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. p. 251-259.

SKINNER, K., & Louw, J.. The feminization of psychology: Data from South Africa. **International Journal Of Psychology**, v. 44 n.2, p. 81-92, 2009.

STEVENS, M. J., & WEDDING, D. **Handbook of international psychology**. Nova York: Brunner-Routledge, 2004.

**Ser psicóloga no Brasil: entre o
exercício profissional
e a realização de atividades
domésticas e de cuidado
não remuneradas**

(Maria Fernanda Diogo e Maria Chalfin Coutinho)

Ser psicóloga no Brasil: entre o exercício profissional e a realização de atividades domésticas e de cuidado não remuneradas

Maria Fernanda Diogo e Maria Chalfin Coutinho

Introdução

Os resultados da pesquisa CFP – 2012 sobre o exercício da Psicologia no Brasil, conforme já descritos no capítulo 3 desta coletânea, confirmam ser essa uma profissão majoritariamente feminina, pois 89% das psicólogas inscritas nos Conselhos Regionais são mulheres. Esse percentual reitera pesquisas anteriores efetivadas pelo CFP e corrobora estudos que apontam a histórica desigualdade na inserção ocupacional de homens e mulheres.

As mulheres têm ocupado o mercado de trabalho desde a Revolução Industrial, contudo ainda hoje persistem assimetrias e hierarquias de gênero³⁰. Geralmente essas passam despercebidas, como se tudo não passasse de um construto biológico: a mulher é socialmente percebida como tendo uma “natureza” mais dócil, amorosa, paciente, atenciosa, delicada etc. Fávero (2010) aponta que essa é uma concepção dualista, de herança Grega, que opõe homens e mulheres e se impregna na linguagem cotidiana, produzindo e reproduzindo estereótipos.

Embora a modernidade e a ruptura com formas mais tradicionais de organização da vida social tenham propiciado uma certa evolução na condição das mulheres, com a emergência de novos valores, ainda persistem, na contemporaneidade, relações hierárquicas entre os gêneros em que os homens assumem, na vida social, posições dominantes e mais valorizadas. (CYRINO, 2009, p. 68)

Observa-se que o capital utiliza discriminadamente a força de trabalho feminina e masculina, sexualizando as ocupações (HIRATA, 2002). No segmento laboral as mulheres se concentram

³⁰ Relações de gênero são construções sociais de base material, representativas dos processos de produção dos lugares de poder de homens e mulheres em determinada sociedade.

na prestação de serviços, educação, saúde, serviços sociais, domésticos e outros trabalhos coletivos enquanto os homens se distribuem mais equitativamente entre as ocupações (BRUSCHINI, 2007a). Verifica-se desigualdade de rendimentos em relação aos homens, desde as ocupações de menor qualificação até aquelas com maior prestígio social (BRUSCHINI, 2007b). Há aumento de mulheres em atividades empreendedoras, frequentemente em condições de precariedade (BULGACOV et al., 2010). As mulheres, ainda, são majoritárias no setor informal, seja no emprego doméstico não registrado ou na atividade por conta própria e domiciliar (SILVA, 2006).

Outro aspecto a se considerar quando se analisa o trabalho feminino ao longo da história é quanto as estatísticas tendem a tornar invisível o labor feminino. Em comentário sobre indicadores estatísticos franceses, Maruani e Meron (2013) observaram o não reconhecimento do trabalho das mulheres, como no caso daquelas que trabalhavam em casa, as agricultoras ou as costureiras, trabalho esse não contabilizado nos índices. Assim, o crescimento da atividade feminina poderia estar relacionado, de acordo com as autoras, tanto com análises artificialmente baixas da atividade de mulheres nas últimas décadas do século XX, como com a tendência de as estatísticas “focalizarem o ‘emprego a qualquer custo’” (s/p) preponderante desde o início do século XXI. No Brasil, boa parcela do trabalho feminino também não frequenta as estatísticas. O trabalho doméstico não é contabilizado no PIB, contudo análise de informações da PNAD/IBGE no período de 2001 a 2005 permitiu a Melo, Considera e Di Sabbato (2005) concluir que esse corresponderia aproximadamente a 11,2% dos PIB brasileiro no período citado. Para os autores, seu não reconhecimento se origina de uma discriminação histórica, reforçando a inferioridade da mulher na sociedade.

O cuidado com as análises estatísticas nos parece particularmente importante, visto o interesse em analisar, a partir dos resultados da pesquisa CFP – 2012³¹, o trabalho de

³¹ Na contramão de estatísticas oficiais que frequentemente tornam invisível o trabalho feminino, essa pesquisa buscou revelar o trabalho das psicólogas, justamente por comporem a grande maioria dos/as trabalhadores/as dessa

mulheres, no caso psicólogas, comparando-o com os resultados relativos aos psicólogos. A partir dos dados gerais da pesquisa, apresentados na Parte 1 deste livro, recortamos alguns resultados visando inicialmente compreender como as psicólogas exercem seu trabalho remunerado em Psicologia e, depois, como exercem as atividades domésticas não remuneradas. Essas análises foram feitas com o propósito de desvelar como aparece, no caso das profissionais de Psicologia, a tradicional necessidade que as mulheres têm de equilibrar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico não remunerado e de cuidados com a prole.

A análise aqui proposta parte da compreensão de que o exame do trabalho em geral, e do das mulheres em particular, pressupõe a articulação entre o âmbito doméstico e o mercado de trabalho, considerando as relações de poder aí engendradas. Assim, concordamos com Cyrino (2009, p. 68-69) quando a autora indica que “tanto as obrigações domésticas quanto o trabalho assalariado compõem-se de atos que ocupam tempo, sendo, por conseguinte, elementos fundamentais na análise da organização da vida cotidiana”. A invisibilidade objetiva e simbólica dos serviços domésticos é a base da desqualificação do papel feminino na sociedade segundo Melo (2008), pois subestimar as atividades realizadas pelas mulheres no núcleo familiar, caracterizando-as como complementares e assessorias, repercute na desvalorização simbólica da mulher na sociedade.

O trabalho das psicólogas

Alguns ofícios apresentam características especialmente atrativas à força de trabalho feminino. Bruschini (2007b) aponta como de maciça concentração feminina as seguintes profissões: professoras de séries iniciais, psicólogas, secretárias, recepcionistas, enfermeiras, técnicas de enfermagem, cabeleireiras, esteticistas, faxineiras, arrumadeiras e cozinheiras.

A análise da concentração feminina nas profissões acima

profissão. Cabe observar que pelo fato de a seleção da amostra ter respeitado as características da população, entre as quais o sexo, foram entrevistados muito menos psicólogos do que psicólogas.

descritas pode ser realizada por várias vertentes. Perosa (2008) destaca a importância do processo educacional para a formação de “disposições femininas diferenciadas”, seja no seio familiar ou na socialização escolar. Assim, mulheres acabam reproduzindo, mesmo inconscientemente, conceitos de gênero para seus/suas filhos/as e o mesmo acontece na escola, desde o livro didático até as interações aí engendradas. Kergoat (1986) considera a socialização feminina no âmbito familiar cercada por estereótipos de gênero que impelem as mulheres para determinadas ocupações e processos de trabalhos. Fonseca (2000) enfatiza a dissimetria instaurada entre homens e mulheres no terreno das trocas simbólicas intrafamiliares e como essas repercutem na forma como o mercado se apropria da força de trabalho feminina. Quaisquer que sejam as explicações sobre a concentração feminina em alguns “guetos” ocupacionais, pesquisas focadas no trabalho de mulheres devem estar atentas às produções de sentidos emergentes nas relações perpetradas no segmento laboral porque essas traduzem os atributos culturais impostos ao masculino e ao feminino, construídos como uma relação de poder.

No tocante à feminização da Psicologia, cabe ressaltar que profissões tipicamente femininas costumeiramente são desvalorizadas na sociedade capitalista. Castro e Yamamoto (1998) já discutiram a predominância feminina na Psicologia norte-rio-grandense, constatando diferenças significativas entre homens e mulheres no exercício profissional, regime de trabalho, remuneração, áreas de atuação. Destarte constituírem maioria, os autores concluíram que as psicólogas estavam submetidas à mesma situação de discriminação que caracteriza as demais profissões femininas.

Analisando o magistério e a enfermagem, guetos maciçamente femininos, Diogo (2012a) aponta que a concentração de mulheres nessas profissões foi historicamente condicionada pela domesticidade das suas relações. Saberes tácitos, técnicos e relacionais se mesclam nos cotidianos destas profissionais, fazendo-as vivenciar “lugares híbridos”, cujas atividades produtivas se apoiam no *savoir-faire* transmitido intergeracionalmente no espaço reprodutivo, incluindo atividades práticas e inter-

relacionais. Talvez essa análise possa ser transposta, em alguma medida, para o campo da Psicologia para nos ajudar a compreender as razões de essa ser uma profissão majoritariamente feminina, pois questões associadas ao cuidar (*care*), predominantes em profissões exercidas prioritariamente por mulheres, são inerentes ao campo de atuação dos/as psicólogos/as.

Sorj (2010) pontua que as atividades de cuidado têm suas raízes na esfera privada e foram, por muito tempo, concebidas como “naturalmente femininas”. Práticas de cuidado não se restringem ao âmbito privado, pois essas atividades deixam suas marcas nas instituições sociais, produzindo uma relação de interdependência entre as esferas. A autora debate a necessidade de fomentar uma discussão na sociedade acerca desse tema e pensar políticas públicas que busquem alterar as relações de poder na família, pois essas repercutem extradomicílio.

Martines e Machado (2010) analisam a conexão entre produção de cuidado e subjetividade a fim de compreender as ideias desenvolvidas para sustentar essa vinculação. As autoras concluem que essa prática esbarra em elementos relacionados a uma produção mútua (trabalhador e usuário/cliente/paciente), pois valores e modos de cuidar são compartilhados e construídos nos encontros necessários para o estabelecimento e negociações das ações de cuidado. Essa visão pode ser perfeitamente aplicável à atuação em Psicologia.

O cuidado, considerado como atividade profissional, vem se ampliando bastante na sociedade contemporânea. De acordo com Hirata e Guimarães (2012), a expansão do trabalho de cuidado (*care work*) está associada a uma conjunção de fatores, entre os quais o envelhecimento rápido das populações e a maciça entrada das mulheres – tradicionalmente encarregadas dos cuidados domésticos não remunerados – no mercado remunerado, o que colocou às famílias o seguinte problema: “a quem delegar o cuidado dos membros dependentes?”. A coletânea organizada pelas duas autoras – *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care* – revela a importância da questão na atualidade, bem como a multiplicidade de compreensões e nomeações possíveis.

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care*. O *care* é dificilmente traduzível porque polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição de *care* (HIRATA; GUIMARÃES, 2012, p. 1)

Ainda que seja difícil precisar em que consiste exatamente o trabalho de cuidado, pela diversidade de olhares apresentada na mencionada coletânea, as organizadoras, na mesma direção de Sorj (2010), ressaltam que, embora afete toda a sociedade, o *care* tem sido basicamente praticado por mulheres. Em capítulo da mesma obra, Parreñas (2012) estudou o trabalho de acompanhantes e resgatou definições sobre o *care*, analisando-o como um serviço pessoal, realizado face a face e que provê suporte a alguém. Considerando que inúmeras atividades domésticas, como a faxina, podem ser realizadas sem contato direto com o beneficiário, a autora propõe ampliar a definição e considerar *care* “... todo o trabalho que desenvolve as capacidades humanas daquele que se beneficia” (p. 203).

Se pensarmos nesse conceito ampliado de *care* formulado por Parreñas (2012), seria possível incluir a profissão dos/as psicólogos/as no âmbito dos trabalhos de cuidados. Inclusive o Código de Ética Profissional³² define uma série de responsabilidades para o/a psicólogo/a, estabelecendo os deveres fundamentais desse/a profissional, os quais estão fortemente ligados à prestação de serviços. Esses serviços são oferecidos por meio de um conjunto bastante diversificado de práticas, as quais certamente envolvem o cuidado com outra pessoa e são exercidas profissionalmente, fora do âmbito doméstico.

Além de serem majoritárias na Psicologia, observa-se na pesquisa ora analisada que o percentual de mulheres trabalhando exclusivamente na profissão (53%) é bem superior ao dos

³² Disponível no site do Conselho Federal de Psicologia <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/resolucao1987_2.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2013.

homens (39%), conforme visualizado na Figura 1, revelando o quanto é significativo para as psicólogas o exercício exclusivo da profissão. Outro aspecto a considerar diz respeito ao local onde os psicólogos e as psicólogas exercem a profissão. Os resultados da pesquisa evidenciam ser o consultório particular, ainda, o principal lugar de trabalho desses profissionais, embora, conforme apontado no capítulo 1, em menor proporção do que em pesquisa anterior realizada pelo CFP, em 2004. O exercício da clínica como parte do imaginário social da Psicologia, análise também resgatada no referido capítulo, remete ao consultório particular como lugar privilegiado para o exercício profissional.

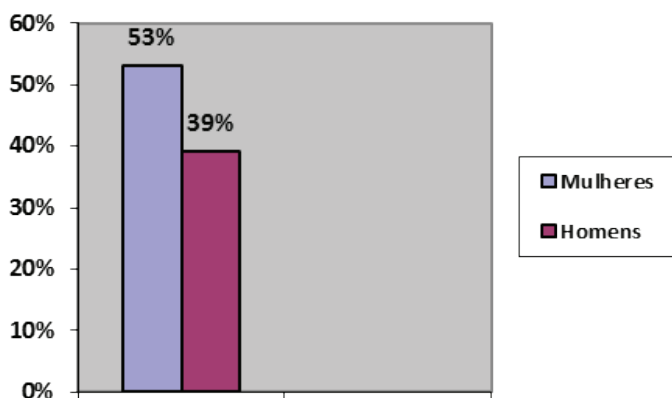


Figura 1 – Proporção de psicólogas e de psicólogos trabalhando exclusivamente na Psicologia

Fonte: Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia 2012.

Quando pensamos na Psicologia como uma profissão majoritariamente feminina, podemos supor que trabalhar em consultório é um tipo de inserção profissional que geralmente privilegia a flexibilização da jornada de trabalho, permitindo diversos modos de conciliação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo³³. Flexibilizar a jornada de trabalho é uma configuração

³³ *Grosso modo*, atividades produtivas são aquelas que participam da formação de valor, gerando mais-valia, excedente quantitativo do trabalho social empregado na produção (MARX, 1998). Já as reprodutivas dizem respeito àquelas relacionadas à reprodução material e simbólica do núcleo familiar, geralmente

tática³⁴ bastante utilizada pelas mulheres, afinal harmonizar trabalho e família é tarefa consideravelmente mais árdua para elas. Talvez essa possibilidade profissional possa conformar um fator atrativo da Psicologia para a força de trabalho feminina.

Quanto às horas dedicadas ao trabalho em Psicologia, de acordo com as análises relativas à figura 7 do capítulo 1, foi destacado que 23% das psicólogas entre aquelas cuja principal atividade é a Psicologia, quase $\frac{1}{4}$ desse universo, dedica apenas quatorze horas semanais ou menos ao trabalho em Psicologia. Tendo como referência as mesmas informações é possível constatar que 69% das psicólogas atuam em jornadas menores de 40 horas semanais. Esses dados apontam para o exercício da Psicologia prioritariamente em jornadas parciais e podem corroborar a análise de que um dos atrativos dessa profissão seria a possibilidade de flexibilização da jornada de trabalho.

A literatura endossa que a classe trabalhadora sempre foi masculina e feminina, mas a partir dos anos 1970 a participação das mulheres no segmento produtivo intensificou-se. Antunes (2000) aponta que esse ingresso se deu, dentre outros fatores, justamente na ampliação dos trabalhos *part time*. Para Siqueira (2002), a relação dos trabalhos na esfera privada e na produtiva mantém-se tão presente para as mulheres que, entre os critérios para as escolhas do ramo, turno e jornada de trabalho, estão aqueles que permitem a conciliação com o cuidado da casa e da prole. Dessa forma, parece-nos pertinente afirmar que a jornada de trabalho reduzida poderia favorecer as psicólogas na harmonização entre os fóruns doméstico e laboral.

Analisar a configuração familiar das psicólogas brasileiras pode lançar luzes sobre sua atuação profissional. A pesquisa

não remuneradas, tais como: alimentação, cuidados com a saúde, educação, manutenção da casa, etc. (YANNOULAS, 2002). Atividades reprodutivas configuram um trabalho improdutivo (MARX, 1998), pois não geram mais-valia e não contribuem para o excedente social.

³⁴ Para Certeau (1994), as ações táticas surgem na ausência de plena autonomia e ocorrem numa relação de forças desigual, configurando o que o autor chamou de “arte do fraco”. Essas não pressupõem o controle sobre o tempo ou sobre as circunstâncias, ao contrário, buscam aproveitar as ocasiões e permitem a uma pessoa ou grupos de pessoas criações astuciosas para transformar uma situação não controlada em favorável.

demonstrou que 53% das psicólogas moram com parceiros do sexo oposto e 41% residem com filhos/as ou enteados/as (podendo morar também com outras pessoas). O percentual de psicólogas que possui filhos/as ou enteados/as (59%) é maior que o de psicólogos (41%).

Em relação ao tempo dedicado aos cuidados com filhos/as ou enteados/as, é possível identificar diferença significativa entre psicólogas e psicólogos, dados representados na Figura 2. Enquanto 46% delas dedicam 4 horas ou mais de cuidado diário, apenas 24% deles têm jornada semelhante.

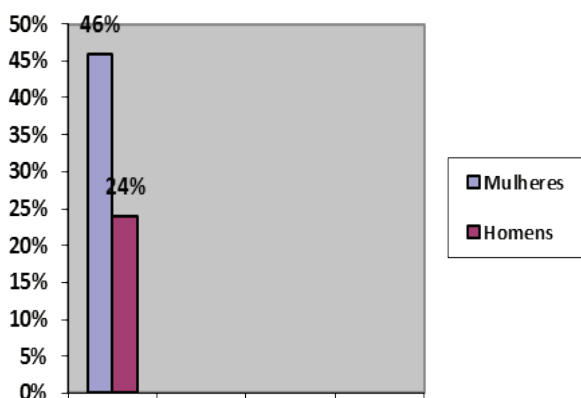


Figura 2 – Proporção de psicólogas e de psicólogos que dedicam quatro horas ou mais ao cuidado diário com os/as filhos/as e enteados/as

Fonte: Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia 2012

Em relação àqueles/as que têm uma extensa jornada de cuidados com filhos/as ou enteados/as, correspondendo a acima de 10 horas diárias, mais uma vez é possível observar importantes diferenças entre as psicólogas (18%) e os psicólogos (5,4%), conforme pode ser visto na Figura 3. Além dos filhos/as e enteados/as, 14,4% da amostra cuida de outra pessoa, e esse percentual corresponde a 9,5% dos psicólogos e 14,8% das psicólogas. Esses dados revelam claramente o maior envolvimento das psicólogas nos cuidados com a família em comparação aos psicólogos.

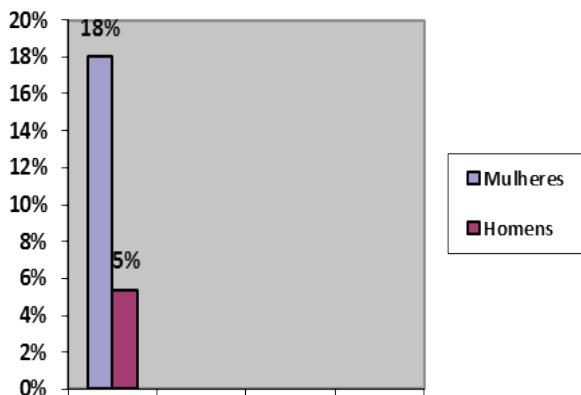


Figura 3 – Proporção de psicólogas e de psicólogos que têm extensa jornada diária de cuidados com os/as filhos/as ou enteados/as

Fonte: Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia 2012

Mais uma vez a questão do cuidar toma a cena, dessa vez referente à esfera reprodutiva. Elevado número de filhos, bem como possuir filhos pequenos, pode configurar-se um fator inibidor ou impeditivo para a inserção feminina no mercado de trabalho (DIOGO, 2012b). Pesquisa sobre arranjos domésticos de gênero no Brasil, realizada por Nunes (2011), revela que a primeira variável condicionante do tempo dedicado ao trabalho realizado no lar é o número de filhos, pois esse aumenta o ritmo e a intensidade das atividades, particularmente quando as crianças têm até dois anos de idade. De acordo com Bruschini (2007b), as mães dedicam, em média, 35 horas semanais para as atividades reprodutivas quando possuem filhos/as menores de dois anos e 32 semanais quando eles/as têm entre dois e quatro anos de idade, cifras muito superiores às encontradas na população feminina em geral (27 horas semanais).

A pesquisa registrou aqueles que perderam alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar de seus/suas filhos/as. Ao fazer o recorte por sexo observa-se 38% das psicólogas afirmaram isso, enquanto apenas 22% dos psicólogos fazem o mesmo tipo de declaração, dados ilustrados na Figura 4. Uma investigação de corte quantitativo não

nos permite compreender os fatores que motivaram a perda de oportunidades, mas fica evidenciado nos resultados da pesquisa em análise ser mais frequente as psicólogas terem de escolher entre a vida familiar e a inserção profissional.

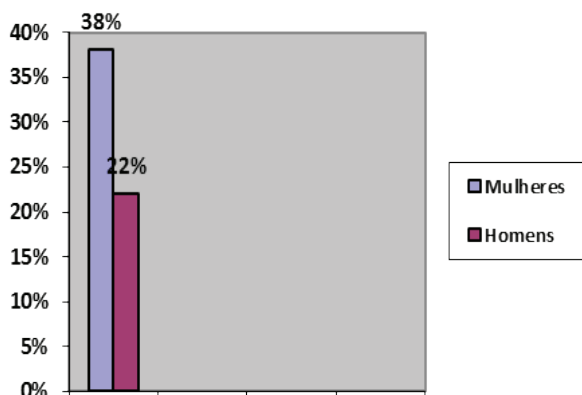


Figura 4 – Proporção de psicólogas e de psicólogos que perderam alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar de seus/suas filhos/as

Fonte: Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia 2012

É comum as mulheres pautarem sua inserção laboral nos cuidados dos/as filhos/as e enteados/as e da casa (DIOGO, 2012b; SORJ, 2010). Essa realidade é corriqueira nos municípios que não dispõem de ampla rede de creches públicas, pois os serviços de apoio às famílias (creches e escolas de Educação Infantil) refletem diretamente na inserção feminina no mercado de trabalho. Sorj, Fontes e Machado (2007) apontam, com base em dados da PNAD/IBGE, a falta no Brasil de provisões públicas que permitam socializar de maneira mais ampla os custos dos cuidados com a família, permitindo a maior emancipação feminina. De modo geral, as mulheres de diferentes camadas sociais e profissões são mais atingidas que os homens pela falta de apoio logístico no cuidado com a prole, como o observado no caso das psicólogas entrevistadas.

Para realizar o cuidado com filhos/as, as psicólogas que dedicam pelo menos uma hora diária a essa atividade podem contar com

o apoio de diversas pessoas, como fica evidenciado na Figura 17 do capítulo 1. A principal colaboração vem dos parceiros (54%), mas familiares do sexo feminino (31%) e empregadas domésticas (26%) também são importantes colaboradores no cuidado dos/as filhos/as e enteados/as.

Araújo e Scalon (2005) descrevem o cuidado como constitutivo da vida social familiar e um aspecto extremamente importante das relações aí estabelecidas. Essas atividades dizem respeito às práticas cotidianas, ações ou intervenções que geram atenção social, física, psíquica e emocional (MARTINES; MACHADO, 2010) dirigida aos membros da família. Sorj (2010) aponta que essas atividades são ainda concebidas como “obrigação das mulheres”, fato que mantém o feminino subordinado ao masculino no âmbito intradoméstico.

Em relação ao trabalho doméstico³⁵, verificaram-se diferenças importantes no recorte por sexo da pesquisa CFP – 2012. Em primeiro lugar, as psicólogas dedicam mais tempo a esses afazeres que os psicólogos: 32% das mulheres e 15% dos homens dedicam três ou mais horas diárias a essa atividade; 18% dos homens não fazem trabalhos domésticos ante 12% das mulheres (ver Figura 19 do capítulo 1). Esse trabalho pode ser dividido com outra pessoa: 53% das psicólogas e 26% dos psicólogos remuneram alguém para realizar as tarefas domésticas. Quando se trata de ser auxiliado por parceiro do sexo oposto, observa-se uma inversão: enquanto apenas 13% das psicólogas contam com esse tipo de colaboração, 48% dos psicólogos dispõem dela (ver Figura 20, capítulo 1). Quando se trata de receber colaborações de familiares, predomina a cooperação feminina para cerca de 20%, igualmente para psicólogas e psicólogos; já o apoio de familiares do sexo masculino é menor, mas mais disponível para psicólogos (11%) do que para psicólogas (4%). Assim, observa-se que elas recebem menos colaboração nessas tarefas de seus maridos ou companheiros que seus colegas de profissão.

³⁵ A pesquisa elencou como trabalho doméstico atividades como: lavar roupa, lavar louça, limpar a casa, compras em supermercado, etc. Essas atividades não se efetivam como cuidado direto aos outros membros da família, mas certamente implicam cuidar do outro.

Mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos em seus lares, condição essa perpetuada nos dados apresentados na pesquisa com os/as psicólogos/as brasileiros/as. Bruschini (2007b) aponta para o aumento de mulheres no setor produtivo nacional entre os anos 1990 e 2005 sem, contudo, ter ocorrido redistribuição social das atividades reprodutivas, permanecendo esse um fórum feminino por excelência. Analisando informações da PNAD, Bruschini (2007a) também revela que 90% das mulheres executam afazeres domésticos sem remuneração, somando cerca de 27 horas semanais nesta atividade, contra pouco menos de 45% dos homens, envolvidos com 10 horas semanais. Também é importante considerar a invisibilidade associada aos afazeres domésticos, os quais são desvalorizados social e economicamente, contribuindo para a posição de inferioridade das mulheres na sociedade (CYRINO, 2009; MELO, 2008; MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2005).

Há pouca divisão do trabalho doméstico no núcleo familiar, concentrando-o em mãos femininas – na condição de principal encarregada ou coadjuvante. Além disso, o “tipo” de trabalho realizado por ambos os sexos possui diferentes características: os homens costumam fornecer “ajudas pontuais”, enquanto as mulheres são as principais responsáveis pela organização e pela logística doméstica (ÁVILA, 2010). Para Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente com aumento de sua remuneração ante a renda familiar, influenciaria positivamente a distribuição das tarefas domésticas na família porque aumentaria sua condição de barganha. Por sua vez, Sorj (2010) acredita que o regime de cuidados apoiado exclusivamente no núcleo familiar continua a reforçar desigualdades de gênero e impõe a dominação masculina por meio da extorsão do trabalho gratuito de mulheres em prol da família.

A primazia feminina nos afazeres domésticos é clássica na literatura que estuda trabalho e gênero e foi confirmada por Cyrino (2009) com homens e mulheres de diferentes profissões e níveis de escolaridade. Em pesquisa qualitativa realizada por meio de grupos focais, a autora identificou incoerências, apesar de

discursos fortemente associados com o atualmente considerado aceitável, ou seja, o compartilhamento de tarefas domésticas por homens e mulheres. Enquanto as mulheres reivindicavam maior participação dos homens, esses se percebiam dividindo equitativamente os afazeres domésticos. No que tange ao trabalho em geral, os resultados de Cyrino indicam que as mulheres se sentiam responsáveis por atividades muito variadas – intra e extradomiciliares, enquanto os homens tinham sua vida estruturada prioritariamente no trabalho fora do âmbito doméstico.

Na pesquisa ora analisada, observou-se que as psicólogas estão mais envolvidas que seus colegas homens na realização das atividades domiciliares e de cuidado com a prole. Pode-se apontar que isso configura a clássica dupla jornada e limita, em alguma medida, a inserção laboral dessas profissionais.

Considerações finais

Os dados levantados na pesquisa CFP – 2012 sobre o exercício da Psicologia no Brasil revelou que as psicólogas reúnem uma série de atributos peculiares aos estudos das relações de gênero: exercem uma profissão tipicamente feminina; trabalham prioritariamente em consultório particular, lócus que possibilita a flexibilização da jornada; executam jornadas parciais de trabalho; buscam equilibrar o cuidado da casa e da prole com o trabalho remunerado; são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, recebendo parca contribuição de seus maridos ou companheiros nessas atividades. Esses dados não diferem daqueles exaustivamente apontados pela literatura que articula trabalho e gênero em diversas ocupações, níveis de escolaridade e camadas sociais.

Autoras que discutem a articulação acima apontam uma clara assimetria e hierarquia entre homens e mulheres no mercado de trabalho em termos de inserção laboral, salários e condições de trabalho (BRUSCHINI, 2007b; ARAÚJO, SCALON, 2005; HIRATA, 2002; YANNOULAS, 2002, entre outras). Os mercados não são capazes de regular espontaneamente esse tipo de desigualdade (YANNOULAS, 2002; KON, 2001), sendo necessárias políticas públicas que preconizem relações igualitárias entre mulheres e homens e mobilizações sociais que discutam a questão.

No caso das psicólogas, o foco de nossa análise recaiu sobre conciliação dos afazeres domésticos e de cuidados da prole com o trabalho remunerado. Foi possível observar que a tradicional dupla jornada de trabalho, tão característica da “condição feminina”, atravessou a inserção laboral das respondentes da pesquisa, a ponto de 38% de elas terem perdido alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar de seus filhos/as ou enteados/as, e 69% atuarem em jornadas menores de 40 horas semanais.

A responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos e a consequente necessidade de conciliar essa condição com a vida profissional fora de casa não são exclusividade das psicólogas brasileiras. Enquanto não se operar uma redistribuição

mais igualitária das tarefas domésticas e de cuidado entre os membros da família, bem como aumentar a oferta de serviços assistenciais às famílias, a plena emancipação feminina ficará prejudicada. Isso demanda profundas e lentas mudanças sociais, em trânsito desde as últimas décadas do século passado. Talvez demore algumas décadas, mas quem sabe uma futura pesquisa sobre o exercício da Psicologia no Brasil não aponte uma relação mais equilibrada entre o trabalho doméstico e o remunerado para as psicólogas brasileiras?

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação de família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 15-77.

ÁVILA, Maria Betania. Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil. In: COSTA, Albertina et al. (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO, 2010. p. 115-144.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007b.

BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti et al. Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 28, n. 63, p. 337-349, 2010.

CASTRO, Ana Elisa Ferreira de; YAMAMOTO, Oswaldo H. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 147-158, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Tradução E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre o trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 66-92, jan./jun. 2009.

DIOGO, Maria Fernanda. *Savoir-faire* feminino e sua apropriação profissional pelo olhar das relações de gênero. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 30, n. 71, p. 731-743, out./dez. 2012a.

_____. “**Só tem homem, pera né, eu também quero entrar nesse lugar**”. Reflexões sobre a inserção de mulheres no segmento de vigilância patrimonial privada. Florianópolis, 2012b. 259f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero**. Psicobiografia, sociocultura e transformações. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____; GUIMARÃES, Nadya Araújo. A. Introdução. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-11.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André (Org.). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

KON, Anita. Trabalho e gênero no Brasil: as políticas públicas propostas. **Anais do 7º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**, Salvador/BA, 2001. [1 CD-ROM].

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sérgio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, maio/ago. 2010.

MARTINES, Wania Regina Veiga; MACHADO, Ana Lúcia. Produção de cuidado e subjetividade. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 63, n. 2, p. 328-333, mar./abr. 2010.

MARUANI, Margarete; MERON, Monique. **Histórias mal contadas sobre o trabalho das mulheres. Le Monde Diplomatique Brasil**, 2013. Retirado em 5.mar.2013 de <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1332>>.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 16 ed. Tradução R. Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Textos para discussão - UFF/Economia**, 2005. Disponível em: <www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD177.pdf>. Acesso em: 5 março 2013.

MELO, Hildete Pereira de. A invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada - notas preliminares. In: TORNQUIST, Carmem Susana (Org.). **Leituras da resistência**: corpo violência e poder. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 165-184.

NUNES, Jordão Horta. As transformações na divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Avelino Ruiz de (Orgs.). **Trabalho e gênero**: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Editora

da PUC-Goiás, 2011. p. 69-90.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. O trabalho de *care* das acompanhantes: imigrantes femininas em Tóquio. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 201-215.

PEROSA, Graziela. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 51-68, 2008.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Limites na construção de uma identidade política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na educação infantil. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 9, n. 2, p. 327-337, jul./dez. 2006.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Psicologia, Organização e Trabalho**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: COSTA, Albertina et al. (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho**: Estado e crise do capitalismo. Recife: SOS Corpo; Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 57-66.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Daniele Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 7, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília/DF: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.

As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho

*(Oswaldo Hajime Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira
e Ana Ludmila Freire Costa)*

As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho

*Oswaldo Hajime Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira
e Ana Ludmila Freire Costa*

Introdução

A crise do capital e o processo de retomada do ciclo de reprodução ampliada no último quartel do século passado trouxeram como consequência uma profunda reestruturação no mundo do trabalho.

Tal mudança se traduz no desemprego estrutural, na subproletarização e precarização do trabalho, na expansão dos assalariados médios, sobretudo no “setor de serviços”, no aumento do autoemprego, na intensificação e superexploração do trabalho e, dentre outras características, no expressivo aumento do trabalho feminino.

Todavia, as consequências da crise se articulam e atingem diferencialmente os diversos segmentos dos trabalhadores. A retração dos postos de trabalho atinge predominantemente os homens. Paradoxalmente, o emprego remunerado para as mulheres cresceu – embora não haja rompimento com relação às bases estruturantes da divisão sexual do trabalho³⁶ (ANTUNES, 1999; BRUSCHINI, 2007); de acordo com Hirata (2009, 2011), o aumento do trabalho feminino a partir dos anos 1990 é acompanhado do emprego precário e vulnerável. Embora a precariedade do trabalho seja uma consequência geral da crise do capital, estudos demonstram que há uma evidente divisão sexual, com as mulheres sendo mais profundamente atingidas que os homens (LOMBARDI & BRUSCHINI, 2008). As mulheres são mais numerosas na comparação com os homens no trabalho informal e parcial, com um número menor de horas no trabalho e níveis mais baixos de qualificação formal e valorização social (HIRATA, LOMBARDI & MARUANI, 2008; HIRATA, 2011). Isso configura o que Hirata (2001) denomina “crise do paradigma do emprego estável e protegido”.

³⁶ Sobre o conceito de “divisão sexual do trabalho”, ver, dentre outros, Hirata e Kergoat (2007).

Nos países do Norte, este modelo se encarnou na figura do trabalho em tempo parcial. Ocupado majoritariamente, de 80% (França) a mais de 95% (Japão) por mulheres, e significando um salário parcial, ele agrava as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. Nos países do Sul, ele se encarnou na figura do trabalho informal, sem nenhuma proteção social. Também nela, as mulheres estão maciçamente representadas. As empregadas domésticas e as diaristas, em primeira posição entre mulheres trabalhadoras naqueles países, exercem esse trabalho majoritariamente sem vínculo empregatício formal. Nos dois casos, tempo parcial e trabalho informal, trata-se – sobretudo no que diz respeito aos empregos fora do setor público e particularmente no comércio e nos serviços – de trabalhos frequentemente instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção e de carreira, e com direitos sociais limitados ou inexistentes... (p. 145)

O crescimento do emprego feminino e as novas modalidades de inserção no mercado de trabalho, contudo, não refuncionalizaram o trabalho doméstico: elas continuam como principais responsáveis pela organização doméstica, cuidados dos filhos, e, mais recentemente, figuram como chefes de família. Hirata (2001) refletindo sobre o quadro, aponta que

Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres. (p. 144)

No contexto da diversificação, heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora, Hirata (2001) observa que a precarização também não atinge de modo uniforme o contingente de trabalhadoras do sexo feminino. Nos países europeus desenvolvidos e em nações semi-industrializadas (como é o caso

do Brasil), observa-se uma bipolarização do trabalho assalariado feminino, com profissionais altamente qualificadas e com altos rendimentos num extremo e, no outro, aquelas trabalhadoras com baixa qualificação e salários. No conjunto da força de trabalho feminina, aproximadamente 10% pertence às chamadas “profissões executivas e intelectuais superiores” (HIRATA, 2001).

Diante desse quadro, em que o trabalho feminino se expande em condições diversificadas no contexto da crise do capital e da reestruturação produtiva, como a Psicologia, profissão eminentemente feminina, tem se estruturado em termos de campo de trabalho?

Psicologia: o trabalho numa profissão feminina

Os dados apresentados no Capítulo 1 reiteram a condição de uma profissão eminentemente feminina verificada em estudos anteriores (89% da amostra). E, considerando as atividades exercidas pelas psicólogas, a constatação de Hirata (2001) de que a atividade feminina permanece concentrada em setores específicos, como serviços pessoais, saúde e educação, se confirma. Somadas, saúde, educação e assistência social representam 67% das respostas das psicólogas.

Uma vez ratificada a condição de profissão feminina, é possível verificar as questões relativas às transformações na classe trabalhadora aludidas anteriormente.

Do conjunto das 1.331 psicólogas entrevistadas, 74% afirmam ter vínculo profissional, seja principal, seja secundário com a Psicologia. Além disso, mais da metade das psicólogas revelam exercer exclusivamente as atividades relativas à profissão (53%). Quanto ao primeiro dado, a existência de vínculo com a profissão, a situação das psicólogas não difere muito dos psicólogos, uma vez que 72,2% deles afirmam a existência de vínculo, seja exclusivo, seja combinado, com a profissão. Todavia, se tomarmos apenas o indicador de exclusividade, observa-se que o percentual de psicólogas que exerce apenas a profissão é significativamente maior que o dos homens, cujo indicador é de apenas 39% neste estudo.

Estudos anteriores indicavam índices na faixa de 70% em 1988 (Conselho Federal de Psicologia – CFP, 1988) a 84% em 2010 (BASTOS & GONDIM, 2010) de profissionais atuando exclusivamente, ou não, na Psicologia, considerando-se o conjunto da categoria. Uma vez que os delineamentos de pesquisa empregados diferem substancialmente, não é possível afirmar com segurança que as psicólogas tenham uma inserção profissional menor do que o conjunto da categoria, mas é um aspecto que merece a atenção dos pesquisadores em estudos futuros. Da mesma forma, é impossível fazer ilações seguras sobre as razões que levam a uma inserção exclusiva maior das psicólogas em confronto com os psicólogos. Contudo, o conjunto dos dados deste estudo parece corroborar a tese de que não tem havido uma retração significativa das oportunidades de trabalho para as psicólogas ao longo das últimas décadas.

Quanto à bipolarização à qual Hirata (2001) se refere, a Psicologia seguramente se situa no polo qualificado, uma das “profissões intelectuais superiores”. O aspecto que chama a atenção aqui é que, a despeito da presença no extremo qualificado, a profissão parece não escapar das características de precarização decorrentes das mutações no mundo do trabalho. Um indicador disso é o número de horas dedicadas à atividade principal indicada pela respondente: apenas 24% afirma trabalhar em turno integral nessa atividade (40 a 44 horas semanais). Aproximadamente uma quarta parte das psicólogas, por outro lado, dedica até 14 horas semanais à sua atividade principal na Psicologia.

Confrontando esses dados com a situação de uma profissão mais claramente caracterizada como feminina, o Serviço Social³⁷, observa-se uma diferença digna de registro: 77,19% tinham apenas um vínculo empregatício, e 50,7% das assistentes sociais exercia suas atividades profissionais em regime de 40 horas semanais no seu vínculo principal (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2005). É necessário, contudo, qualificar essa informação, uma vez que, além do lapso temporal entre os

³⁷ De acordo com o estudo conduzido pelo Conselho Federal de Serviço Social, havia, em maio de 2004, 97% de mulheres assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2005).

estudos, há uma diferença significativa na natureza da instituição do seu principal vínculo, pois mais de 78% delas estavam inseridas no setor público federal, estadual ou municipal (excluindo-se aí as autarquias federais, as instituições distritais, as paraestatais e as de economia mista), um percentual muito maior do que o verificado na Psicologia (40% do total de profissionais vinculados ao Sistema Conselhos de Psicologia, conforme estudo de Bastos & Gondim, 2010).

Outro dado do estudo que corrobora a avaliação da precarização diz respeito à remuneração: 52% das psicólogas recebem até cinco salários mínimos e apenas 15%, mais de dez salários mínimos.

Um aspecto a ser levado em consideração ao analisar a precarização pelo tempo despendido diz respeito à natureza da profissão. A Psicologia tem sua evolução histórica marcada por algumas características, dentre elas, a de ser uma ciência e profissão que se desenvolve mais no campo profissional em detrimento do científico e de ter nas mulheres seu principal representante. Estudos conduzidos sobre a Psicologia como profissão feminina (e.g., CASTRO & YAMAMOTO, 1998; ROSEMBERG, 1983, 1984) demonstram que o caráter feminino da profissão é um determinante importante nas feições que a prática psicológica adquiriu no país. Em primeiro lugar, a Psicologia tem uma competência técnica associada direta e historicamente ao “cuidar”. Se hoje as discussões giram em torno de outros aspectos, não é possível negar que há na trajetória da Psicologia, assim como em outras profissões consideradas femininas, como o Serviço Social e a Enfermagem, um “toque de feminilidade” em seu desenvolvimento como profissão. As formas dessa influência se caracterizam pelo trabalho parcial e/ou voluntário; pela formação em Psicologia não com o objetivo do exercício profissional, mas de autoconhecimento ou para ajudar ao outro; pelo fato de o exercício profissional em Psicologia não ser a fonte primordial da renda familiar, entre outros fatores. Adicionalmente, um aspecto da maior importância diz respeito à chamada “dupla jornada”, conforme assinalamos anteriormente (HIRATA, 2001), e de sua relação com a maternidade e cuidado com os filhos

(BRUSCHINI & LOMBARDI, 2011). Os dados apresentados no Capítulo 1 reforçam essa tese, com a perda das oportunidades profissionais decorrente da maternidade e o dispêndio diário de horas para as atividades domésticas.

Embora as conclusões devam ser tomadas com cautela, os dados parecem corroborar algumas das principais teses dos estudiosos da questão da divisão sexual do trabalho sobre as mutações no mundo do trabalho, quais sejam, a inexistência tendencial da retração de postos de trabalho para as mulheres e a precarização do trabalho (multiplicidade de vínculos, redução de jornada de trabalho, vínculos instáveis, baixa remuneração, entre outros indicadores).

Segmentação interna e o campo acadêmico

Até este ponto, estamos tratando da situação do vínculo profissional das psicólogas de forma relativamente homogênea, em confronto com o conjunto da profissão. A literatura registra estudos sobre a agudização das diferenças entre homens e mulheres em profissões e ocupações que gozam de maior prestígio, como aquelas nos campos da tecnologia de ponta, medicina e direito. Além disso, estuda-se a tese de que os homens tendem a monopolizar os postos de trabalho mais desejados (HUFFMAN, 2004).

Embora uma “profissão intelectual superior”, a Psicologia não figura entre aquelas que gozam de maior valorização social – como, de resto, nenhuma daquelas profissões classificadas como “femininas”. Entretanto, é possível buscar indicadores que permitam discutir a existência, ou não, de desigualdades internas à profissão nos moldes assinalados acima.

Tomando as vinculações nas quais há um percentual que excede a 10% em homens ou em mulheres (Saúde; Trabalho/Organizacional/RH; Educação; e Assistência Social), os dados do presente estudo não indicam diferenças expressivas. Se tomarmos os dados referentes aos locais de inserção, com o mesmo critério (consultório particular; clínica/hospital psiquiátrico; outras organizações privadas [empresa/sindicato/etc.]; e outras

organizações públicas [não-gratuitas]), igualmente, as diferenças não são importantes. Portanto, com relação ao vínculo profissional, a tese da segmentação interna com vantagens para os homens nos postos de maior valorização do ponto de vista econômico e social parece não se manter.

Explorando um pouco mais a questão da segregação interna, um aspecto que gostaríamos de abordar diz respeito àquelas ocupações em que há uma estrutura de prestígio social mais claramente definidas, em especial o campo acadêmico-científico. Conforme Lopes e Leal (2005), a qualificação acadêmica estaria relacionada ao prestígio da carreira de professor universitário, visto como indicador de ascensão profissional.

O campo da Ciência e Tecnologia é, historicamente, reconhecido como atividade masculina. A partir da segunda metade do século XX, a necessidade crescente de recursos humanos para áreas estratégicas, entre elas a ciência, e os movimentos sociais em torno da promoção da igualdade entre os sexos, provocaram uma mudança nesse quadro (LETA, 2003). Ainda hoje, não são muitos os estudos que tratam da questão, mas dentre os que discutiram a inserção de mulheres na ciência, é possível identificar algumas tendências: a primeira delas é o crescimento progressivo dessa inserção seja em países de capitalismo avançado, seja em países periféricos (exceção feita ao continente africano). A participação incipiente das mulheres na ciência, como apontado por Rossi (1965, apud LETA, 2003), em estudo americano conduzido nos anos de 1950 e 1960, tinha como determinantes desde a expectativa em torno do papel feminino ligado ao casamento e à maternidade, a influência dos pais na escolha da carreira das mulheres e diferenças biológicas entre os sexos que tornava os homens mais aptos a funções competitivas. Embora sexista, tal análise ainda perdura, com mais sutileza, em estudos atuais associada a aspectos como o desempenho/produtividade inferior das mulheres, seu menor acesso a cargos de gerência e acadêmicos, menores salários, menos recursos para pesquisas, entre outros.

No Brasil, o quadro não foi diferente: alguns estudos com grupos específicos e majoritariamente ligados às universidades

mostraram que as mulheres, quando na ciência, se concentram em áreas específicas, são larga minoria em outras e avançam lentamente na carreira científica. Ao contrário do estudo da década de 1960, constatou-se que sua produtividade é proporcional à sua participação, portanto elas não são menos produtivas que os homens.

O crescimento das mulheres em instituições de nível superior em países da América Latina é apontado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como bastante significativo, indicando sua maior entrada no sistema de Ciência e Tecnologia (C&T), tomando como base as universidades (LETA, 2003; LETA & LEWISON, 2003). Isso revela outra tendência: há maioria das mulheres em boa parte dos cursos de graduação e de pós-graduação. Nos cursos tradicionalmente ocupados por homens, o grupo feminino ainda é minoria, mas vem crescendo.

Um primeiro elemento a se discutir diz respeito à formação graduada das mulheres. De acordo com o Censo da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, 2011), do total de matriculados em cursos de nível superior em 2010, 57,6% são mulheres. Entre os concluintes dos cursos de graduação nesse mesmo ano, 60,9% são do sexo feminino. Isso revela uma inserção progressivamente crescente da qualificação das mulheres, mas é preciso qualificar tal dado. Guedes (2008), em estudo realizado sobre a presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações aponta que, do contingente de formados em cursos universitários, as mulheres predominam maciçamente entre os cursos de Letras, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social. Em todos eles, a presença feminina ultrapassou 80% dos egressos. Não por acaso, todos esses cursos carregam em sua evolução histórica a associação com a atividade doméstica, são profissões que pertencem ao grupo daquelas que exigem menor qualificação e também figuram entre as mal remuneradas.

Quando se eleva a qualificação, essa distribuição permanece, mas cai a proporção. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 2010, 53,1% das mulheres

graduadas têm pós-graduação (mestrado ou doutorado). Esses dados parecem não revelar diferença importante com relação às graduadas, mas, comparando-o ao universo masculino, é possível constatar que, se na graduação os homens representam apenas 39% dos egressos, na pós-graduação o número cresce para 46%. Com as mulheres, a relação é contrária: quanto mais se eleva o nível de qualificação, menor é a frequência feminina.

Os dados do presente estudo (Capítulo 1) corroboram apenas parcialmente esse quadro. Considerando-se a qualificação pós-graduada *stricto sensu*, mestrado e doutorado, o percentual de mulheres é menor do que o dos homens: 8,2% e 14,2%, respectivamente. Entretanto, considerando apenas o nível mais alto e, portanto, associado ao topo da qualificação formal, o percentual de mulheres é ligeiramente maior do que o dos homens, com 1,65% das primeiras, contra 1,18% dos últimos. Evidentemente, esses dados devem ser tomados com cautela, uma vez que estamos tratando de um quantitativo bastante reduzido (dois doutores e 22 doutoras), adicionado ao fato de que a inserção acadêmica prescinde do registro profissional de psicólogo, ponto que retomaremos adiante.

Ao analisar dados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Leta (2003) revelou que há um crescimento na fração de mulheres assumindo a posição de pesquisadores e de pesquisadores-líderes (coordenadores/responsáveis pelos grupos de pesquisa). Tal fato indica que as mulheres paulatinamente avançam em número dentre os estratos mais qualificados da ciência brasileira. Ainda assim, quando se trata da elite da ciência, esse crescimento desacelera brutalmente. As mulheres, de fato, têm logrado se inserir nos primeiros estágios de capacitação e treinamento para as atividades científicas (com destaque para as bolsas de iniciação científica), mas, quando tratamos dos níveis mais elevados, com destaque para o incentivo fornecido pelo CNPq aos pesquisadores (as bolsas de Produtividade em Pesquisa), verifica-se o predomínio masculino. Saliencia-se que isso não é privilégio do Brasil ou de países em desenvolvimento.

Vejamos os dados referentes ao campo acadêmico no presente

estudo, os quais, embora a pesquisa não tenha sido desenhada especificamente para detalhá-lo, são esclarecedores. Dentre aqueles que indicam ter como local de atuação principal de psicólogo a *universidade*, 8,2% são do sexo masculino e 4,37%, feminino. A relação se inverte quando o local é a *escola particular*, com predomínio feminino (4,06% contra 1,64%).

Uma vez que o campo acadêmico traz embutida uma ambiguidade, qual seja, a de que, rigorosamente, o exercício profissional não é o de psicólogo, embora lidando com o campo (o que leva à situação de muitos egressos dos cursos de Psicologia, inclusive com alta qualificação, não se inscreverem no sistema Conselhos), a pergunta pode ter sido respondida tanto na condição de psicólogo quanto na de outra atividade que não a de psicólogo.

Desta forma, se examinarmos os dados referentes às atividades que não foram classificadas pelos respondentes *como de Psicologia*, encontraremos 29,47% das psicólogas indicando que atuam como Professora (em diversas áreas), e 32,14% dos psicólogos afirmando que atuam como Professor. Apenas para registro, uma vez que se trata de um número muito pequeno de respostas, o que inviabiliza conclusões de qualquer ordem, como Pesquisador(a), também o predomínio é masculino, com 1,79% das respostas contra 0,7% das mulheres.

Ainda a título ilustrativo, examinemos algumas informações sobre a “elite” da ciência psicológica brasileira no campo acadêmico, representada pelos bolsistas de produtividade do CNPq, pela coordenação de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelas diretorias da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP e a distribuição geral das mulheres nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil.

A Tabela 1 apresenta os dados referentes aos docentes dos 69 Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, em 2013. Nela é possível verificar a marcante (e predominante) presença feminina na pós-graduação brasileira.

Tabela 1 – Docentes nos Programas de Pós-graduação de Psicologia do Brasil por sexo

Cursos de pós-graduação	Masculino	Feminino
Mestrado	121	233
Mestrado e Doutorado	264	391
Total	385	624

Observemos, a seguir, os dados referentes às bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq³⁸. A Tabela 2 evidencia a predominância absoluta de mulheres bolsistas PQ. Mas é preciso qualificar esse predomínio.

Tabela 2 – Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq por sexo no último triênio

	Feminino (n)	Feminino (%)	Masculino (n)	Masculino (%)	TOTAL
1A	13	54%	11	46%	24
1B	18	67%	9	33%	27
1C	16	62%	10	38%	26
1D	22	58%	16	42%	38
2	129	68%	62	32%	191
Sênior	1	100%	0	0%	1
Total	199	54%	108	46%	307

No último triênio, os bolsistas PQ em Psicologia somavam 307, sendo 199 mulheres e 108 homens. Se pensarmos na diferença entre homens e mulheres em outros segmentos da Psicologia, esse predomínio feminino não é tão acentuado entre os bolsistas. Mas, o dado mais interessante é que, embora as mulheres sejam maioria em todos os estratos das bolsas³⁹, há uma oscilação

³⁸ Informações sobre as bolsas de Produtividade em Pesquisa podem ser encontradas no sítio eletrônico do CNPq, em <<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao13>>.

³⁹ As bolsas de produtividade em pesquisa (PQ) são classificadas, em ordem decrescente de importância, em 1 e 2. Para o nível 1, há, ainda, uma subclassificação em 1A, 1B, 1C e 1D. Portanto, o PQ 1A é o pesquisador mais produtivo e melhor qualificado do sistema. O bolsista 2 geralmente é aquele

nessa distribuição entre os níveis. Explicando melhor, entre os bolsistas PQ 2 figuram 68% das mulheres pesquisadoras, e entre os 1A esse número cai para 54%, o que pode não parecer representativo se considerado isoladamente.

Mas, quando comparamos aos pesquisadores do sexo masculino, vemos que, no caso dos homens, a pirâmide se inverte: se entre os PQ 2 eles representam 32% dos bolsistas, no nível 1A essa porcentagem se eleva para 46%. Levando-se em consideração os dados referentes ao quantitativo de homens e mulheres no sistema de pós-graduação (Tabela 1), ou seja, aproximadamente 62% dos docentes pertencendo ao sexo feminino, é possível observar ainda mais claramente a maior participação proporcional dos homens.

É importante deixar claro que estamos nos referindo à diferença de quantitativos entre bolsistas, mas não a eventuais privilégios que os homens possam ter no sistema de ciência e tecnologia. As bolsas PQ são distribuídas por meio de edital, com regras claramente definidas com relação aos critérios de produtividade considerados e julgados por comissões de pares⁴⁰.

Essa mesma relação pode ser observada na Coordenação de Área da CAPES. A avaliação da pós-graduação (credenciamento e avaliações trienais) é conduzida por uma comissão de pares, sob a presidência de um coordenador também escolhido entre os pares após consulta à comunidade científica. Desde que instituído, na década de 1970, 13 pesquisadores ocuparam o posto e, dentre eles, oito são do sexo masculino.

Já nas sucessivas diretorias da ANPEPP, desde sua criação, as mulheres predominaram em todos os cargos de gestão. Ao longo de 30 anos de existência, foram 41 mulheres e 27 homens nas funções da diretoria. Esse é um indicador importante da participação política das mulheres no campo da C&T. Se tomarmos o conjunto da categoria, não é possível

recém- ingressado no sistema ou em vias de saída dele.

⁴⁰ Consultar, a respeito, <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343#16061> e <<http://memoria.cnpq.br/cas/ca-ps.htm#critérios>>.

afirmar que os dados do Capítulo 1 corroborem essa informação sobre o envolvimento das psicólogas com o campo político, representado pela relação com o CFP. Embora a maioria (82%) afirme ter acessado o sítio do Conselho, poucas ações políticas mais expressivas são lembradas por elas.

Enfim, o conjunto de dados sobre a inserção feminina no campo acadêmico parece confirmar a avaliação de Nogueira (2011) de que há uma participação mais equilibrada entre os gêneros, embora ainda persistam desigualdades com relação à ascensão na carreira.

Considerações finais

O intento deste texto foi tão somente fazer alguns apontamentos acerca do impacto das transformações do mundo do trabalho para o campo da Psicologia no Brasil, com especial foco para o trabalho feminino.

Alguns dos resultados do estudo detalhado no capítulo 1 desta obra, no que diz respeito à vinculação profissional das psicólogas, foram discutidos à luz da tese da bipolarização do trabalho feminino, opondo os segmentos representados pelas “profissões intelectuais superiores” com aqueles que exigem menor qualificação. De fato, os dados não parecem indicar uma retração no mercado de trabalho para as psicólogas, em que pesem as condições precárias de trabalho que atingem uma parcela considerável da categoria.

Além disso, o estudo reitera as observações referentes às condições nas quais estão se processando as mudanças na divisão sexual do trabalho, sem alterar algumas características que acompanham o trabalho feminino, como a duplicidade de esforços decorrente do trabalho doméstico e as consequências da maternidade.

Ensaíamos, complementarmente e na sequência, uma análise a respeito da situação do trabalho feminino no campo acadêmico-científico. Constatamos a presença marcante das mulheres cientistas na Psicologia, tanto no sistema de pós-graduação, quanto no de Ciência e Tecnologia; embora nesse último, proporcionalmente, a presença masculina seja predominante, há espaço para o crescimento da presença feminina do campo da C&T. Não há, efetivamente, evidência de que haja um “teto de vidro”⁴¹ a separar pesquisadores homens e mulheres no campo da Psicologia.

Apenas para finalizar, entendemos que os dados e análises aqui esboçados, com as limitações que assinalamos, levantam questionamentos sobre a natureza e a extensão da desigualdade entre gêneros no interior da profissão, em seus diversos aspectos.

⁴¹ O chamado “efeito teto de vidro” diz respeito à existência de mecanismos informais (“transparentes”) que excluem as mulheres dos postos mais altos na hierarquia das organizações (HUFFMAN, 2004; LUCI, 2010).

Diante disso, o que nos parece inquestionável é a necessidade de aprofundar estudos sobre a relação gênero-profissão no campo da Psicologia de modo a permitir afirmações mais conclusivas em relação ao tema.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BASTOS, A. V. B., & GONDIM, S. G. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, n. 2, p. 157-196, 2001.

CASTRO, A. E. F., & YAMAMOTO, O. H. (1998). A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 147-158, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Que é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, n. 15, p. 117-132, 2008.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, n. 2, p. 130-156, 2001.

_____. A precarização e a divisão internacional do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, n. esp. 24, p. 15-22, 2001.

_____. & KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

_____. ; LOMBARDI, M. R., & MARUANI, M. **Marché du travail et genre**: Regards croisés France-Europe-Amérique Latine. Paris: La Découverte, 2008.

HUFFMAN, M. L. Gender inequality across local wage hierarchies. **Work and Occupations**, v. 39, n. 3, p. 323-344, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2010**. 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 21 de março de 2013.

LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

_____. & LEWISON, G. (2003). The contribution of women in Brazilian science: a case study in Astronomy, Immunology and Oceanography. **Scientometrics**, v. 57, p. 339-353, 2003.

LOMBARDI, M. R., & BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas. In: HIRATA, H. & SEGNINI, L. (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC. p. 42-87.

LOPES, J. J. M., & LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 105-125, 2005.

LUCI, F. La división sexual del trabajo de mando: carreras femeninas en las grandes firmas argentinas. **Revista Katálisys**, v. 13, n. 1, p. 29-39, 2010.

NOGUEIRA, P. (2011). A ciência das mulheres. **UNESP Ciência**, v. 2, n. 17, p. 18-25, 2010.

ROSEMBERG, F. Psicologia, profissão feminina. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, p. 32-37, 1983.

_____. Afinal, por que somos tantas psicólogas? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 4, p. 6-12, 1984.

Apêndice I

Como foi feita a pesquisa: a técnica e os bastidores

Raul A. L. Cesar Moreira e Jéssica J. Roslindo

Informações técnicas

A pesquisa teve abrangência nacional. A população estudada foram os psicólogos e as psicólogas em atividade no Brasil, com registro no CFP.

A seleção da amostra foi probabilística dentro de cada estrato populacional (região, faixa etária e sexo), compreendendo um total de 1500 entrevistas finais válidas (1331 com psicólogas e 169 com psicólogos). O cadastro de profissionais fornecido pelo CFP foi a base de dados a partir da qual foram selecionados os respondentes, conforme segue:

1. Primeiramente o cadastro de profissionais fornecido pelo CFP foi inserido no sistema.
2. Paralelamente foram definidas cotas por região (300 entrevistas), por faixa etária e por sexo (proporcionais à população).
3. Esses dados também foram inseridos no sistema, que passou a usar essas informações para selecionar aleatoriamente os entrevistados dentro de cada cota, um a um.
4. A seleção aleatória foi realizada de acordo com o critério “inserção aleatória proporcional ao tamanho das tabelas”, que utiliza um comando de busca simples, similar ao do software Excel [=aleatório()].
5. A reposição, em caso de impossibilidade de realização de entrevista com o profissional selecionado inicialmente, foi automática e utilizou o mesmo procedimento, ou seja, seleção aleatória dentro da mesma cota.

A figura 1 apresenta a distribuição da população e da amostra por região, com o respectivo erro amostral e o fator de ponderação utilizado no restabelecimento da proporcionalidade da amostra nacional total, já que as cotas por região não foram

proporcionais, mas representativas. Quanto à faixa etária e sexo, esse procedimento não foi necessário, pois foram definidas cotas proporcionais à composição da população.

Região	População	%	Amostra	Erro amostral	Fator de ponderação
Norte	5.350	2,65	300	5,5%	2,65
Centro-Oeste	14.074	6,97	300	5,6%	6,97
Sudeste	124.909	61,87	300	5,7%	61,87
Sul	32.084	15,89	300	5,6%	15,89
Nordeste	25.483	12,62	300	5,6%	12,62
Total	201.900	100,00	1500	2,5%	100,00

Figura 1 – Plano amostral e fator de ponderação

Fonte dos dados sobre a população: Conselho Federal de Psicologia.

Foram considerados no cálculo do erro amostral os seguintes parâmetros:

- intervalo de confiança: 95%
- grau de homogeneidade de opiniões da população (split): 50% x 50%

A técnica empregada na coleta de dados foi a de entrevistas individuais por telefone, a partir de uma única central⁴², por meio de sistema CATI (*Computer Assisted Telephone Interviews on-line*), tendo como instrumento de coleta um questionário digitalizado, composto por 55 questões, das 48 fechadas e sete semiabertas. O questionário foi organizado por tema, em seis blocos, abordando vida profissional, condições de vida, violência, tecnologia/uso da web, relação com o CFP e dados sociodemográficos.

O trabalho de campo teve a duração de 11 dias úteis, entre 22 de maio e 5 de junho de 2012, com cerca de 139 entrevistas diárias. O tempo médio de aplicação da entrevista foi de 16

⁴² Instalada na sede do Instituto ETHOS de Pesquisa Aplicada, em Curitiba.

minutos e 45 segundos.

Foram realizadas, no total, 18.729 chamadas telefônicas, cujo índice de aproveitamento foi de 12:1, ou seja, a cada 12 chamadas, uma entrevista realizada. O não aproveitamento por recusa ou abandono da entrevista foi inferior a 1% das chamadas realizadas. Na quase totalidade dos casos, o motivo de não aproveitamento foi que a pessoa a ser entrevistada não foi encontrada (não atendeu, seu telefone estava constantemente ocupado, atendia apenas o fax ou a secretária eletrônica, etc.).

O CFP acompanhou *on-line*, via acesso exclusivo em site seguro, o processo e os resultados da coleta de dados. Além disso, dois representantes do CFP observaram e acompanharam (inclusive por escuta simultânea) o treinamento dos entrevistadores e o início dos trabalhos de campo *in loco*.

A tecnologia CATI (*Computer Assisted Telephone Interviews on-line*) opera por meio de questionários digitalizados, preenchidos na tela pelos entrevistadores a partir das respostas dos entrevistados. A digitalização dos questionários permite a automatização de vários processos (por exemplo, automatizando “pulos” e não aceitando questões aplicáveis sem resposta), tornando dispensáveis as etapas de crítica e recritica e, portanto, reduzindo significativamente as possibilidades de erro humano e agilizando o processamento dos dados.

Quanto à verificação, a técnica de coleta (*indoor*) permitiu esse controle *in loco*, mediante a presença do supervisor de campo durante toda a operação de coleta de dados, além do monitoramento *online* do trabalho dos entrevistadores, em tempo real, de tal forma que entrevistas selecionadas aleatoriamente foram acompanhadas por meio de escuta (áudio) e visualização do preenchimento do questionário pelo entrevistador (nas telas da sala de monitoramento).

Após a finalização da coleta dos dados, procedeu-se às análises de consistência do banco de dados no sistema, a partir de parâmetros pré-definidos (como “pulos”, questões em branco, filtros), e à verificação das bases de respondentes em todas as questões (base amostra e bases filtros).

Foram realizadas, ainda, a categorização e a adequação de

cerca de 1.600 respostas não classificadas às nove questões semiabertas. Esse trabalho foi realizado “manualmente”, ou seja, consistiu na análise do material por uma profissional de nível superior especialmente treinada para essa tarefa que seguiu os seguintes passos:

- identificação de respostas classificáveis nas categorias preexistentes. Os entrevistadores são orientados a categorizar apenas as respostas que coincidam exatamente com essas categorias. As demais são digitadas, para posterior tratamento;
- identificação de respostas que se repetem e que não se “encaixam” em nenhuma das categorias já existentes;
- criação de novas categorias;
- classificação das respostas anteriormente “inclassificáveis”.

Os dados foram, então, processados segundo plano de processamento que contempla os parâmetros de análise (bandeira-padrão e cruzamentos adicionais), gerando tabelas de frequências de respostas (absolutas e relativas), bem como gráficos dos principais resultados. O software utilizado foi o SPSS.

Sobre o trabalho de campo

Inicialmente, precisamos definir o que chamamos de “campo”: é o trabalho de coleta ou registro de dados em um determinado estudo, assistido por um instrumento de coleta (nesse caso, um questionário), aplicado por profissionais experientes e treinados para exercer tal função.

Na etapa anterior, o pré-campo, é realizada muito frequentemente a “limpeza de *mailing*”. Serve para padronizar a base de dados sobre a população, de forma a possibilitar sua inserção no sistema de gerenciamento eletrônico da seleção aleatória dos respondentes e de geração do banco de dados da pesquisa. De uma maneira geral, esse trabalho é feito rapidamente.

Porém, no campo da pesquisa CFP 2012, a limpeza do *mailing* exigiu uma logística diferenciada, pois, além do volume de informações ser grande, essas estavam apresentadas em vários formatos diferentes, com diversos problemas de configuração. Logo percebemos que não poderia ser feita por apenas um profissional, como de costume.

Dessa forma, essa etapa foi realizada por seis profissionais, que trabalharam durante sete dias seguidos, até que se conseguisse padronizar o formato dos dados e constituir uma base uniforme para inserção no sistema.

A equipe de campo foi formada por 23 entrevistadores profissionais experientes e duas monitoras de qualidade, de forma a atender o cronograma para essa etapa do projeto.

Duas representantes do CFP acompanharam *in loco* a aplicação das entrevistas do primeiro dia e orientaram a equipe quanto a dúvidas e procedimentos no que se refere ao assunto abordado no questionário.

Normalmente, o trabalho de campo gera expectativas, mas, neste estudo em especial, a expectativa gerada nos profissionais que fariam a coleta de dados, os entrevistadores, foi maior do que o habitual. Tratava-se de entrevistar profissionais específicos, que os leigos, normalmente, identificam como aqueles que “nos ouvem” ou “nos orientam”. Alguns questionamentos, indagações foram colocados antes mesmo do início da coleta de dados, durante a instrução de campo (treinamento):

“Como será que os psicólogos vão nos receber?”

“Será que eles respondem questionário?”

“Será que vão querer falar de coisas pessoais, como violência?”

Dessa forma, o trabalho de campo se iniciou com expectativas várias, dúvidas, mas com bastante entusiasmo e otimismo, pois se tratava de uma pesquisa nova, com perfil diferenciado e, sobretudo, essa pesquisa seria realizada com profissionais vistos com “bom olhos” pela equipe de campo, os psicólogos e psicólogas.

Iniciado o trabalho, logo se percebeu que a receptividade

foi muito boa, desde que conciliada com a agenda do dia dos entrevistados, o que é normal. A desconfiança inicial, enfrentada normalmente pelos entrevistadores em pesquisas deste tipo foi menor do que encontrada em outros segmentos estudados anteriormente pela mesma equipe.

Nos primeiros dias de campo, uma questão chamou bastante a atenção da equipe (coordenação, monitoração e entrevistadores): o número de entrevistas que extrapolava o tempo médio de aplicação do questionário, ou seja, havia uma significativa quantidade de entrevistas realizadas que elevava o tempo médio de aplicação do questionário. Com o *feedback* dos entrevistadores e ouvindo as entrevistas monitoradas, logo percebemos que os psicólogos e as psicólogas impactados pela pesquisa falavam bastante, mais do que estávamos acostumados a ouvir em inúmeros trabalhos de campo já realizados, com outros segmentos da sociedade.

Feita essa constatação, muitas conversas e discussões ocorreram para “entender” este profissional, que até então era visto pela equipe de campo como o profissional que nos “ouve” ou “orienta”. Seria essa uma característica própria da profissão e não sabíamos? Ou esses profissionais estariam carentes de falar e de serem ouvidos de alguma forma?

Ao longo do campo, percebemos e, de certa forma, concluímos que essa última hipótese era a que estava mais próxima da verdade, pois os entrevistados estendiam e aprofundavam os temas abordados nas perguntas, sem desviar o assunto, trazendo exemplos que ilustravam a resposta dada, o que, em muitos casos, caracterizou-se como uma “lamentação”, seja quanto a aspectos da profissão, seja quanto a aspectos pessoais, ante as demandas do dia a dia.

Mas nada chamou mais atenção neste trabalho de campo do que os relatos a respeito das violências sofridas pelos entrevistados e entrevistadas. Muito havia se discutido na equipe sobre se responderiam ou não a esse tipo de questão (sobre violência). No campo, constatamos que não só responderam, como os que afirmaram ter sido vítimas de violência foram uma quantidade maior do que imaginávamos inicialmente e fizeram

relatos impactantes (ao menos para os entrevistadores) de suas experiências pessoais.

Pela primeira vez, ao longo de mais de uma década de experiência em gerenciamento de trabalho de campo, pudemos presenciar, em entrevistas pontuais, entrevistadores “chocados” com o que ouviam, que, em alguns momentos, solicitavam à coordenação alguns minutos para ficar fora de operação, para se recompor e tomar um “ar”, até que pudessem retornar e iniciar outra entrevista, ou seja, continuar o trabalho.

Relatos de violência física e sexual, sofridas dentro de casa pela respondente e praticada pelo avô e pai, por exemplo, ou ainda, relatos de violência física sofrida durante anos, praticada pelo marido, namorado, companheiro e até um caso de um psicólogo que apanhou da companheira.

Por outro lado, durante o trabalho de campo, tivemos vários momentos de descontração e alegria. O mais recorrente, quando os entrevistadores chegavam ansiosos para iniciar o dia de trabalho, dizendo: “Já posso iniciar a pesquisa, tenho um “paciente” para atender agora às nove horas (horário de início de campo), que está agendado”, ou “hoje estou cheia de pacientes”, ou, ainda, “minha agenda está lotada!”.

E no fim do dia, ouvimos comentários do tipo: “Nossa, hoje o dia foi cansativo, meus ‘pacientes’ falaram muito. Estou cansada, mas rendeu!”.

Enfim, cada campo é um campo, como costumamos repetir em nosso cotidiano, e esse, que realizamos para o CFP, foi bastante peculiar, enriquecedor e prazeroso, pois tivemos a oportunidade de abordar, ouvir e conhecer (por que não?) um pouco destes profissionais que consideramos de suma importância para a saúde da sociedade, as psicólogas e os psicólogos.

Apêndice II

Mapeamento sobre a distribuição por Sexo nas gestões do Sistema Conselhos de Psicologia: a representação feminina

Equipe técnica do CFP

Este breve relatório apresenta o mapeamento da presença do feminino nos plenários e na diretoria do Sistema Conselhos de Psicologia.

O levantamento dos dados foi realizado com a colaboração das unidades locais do Crepop – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas⁴³ – em todos os Conselhos Regionais da Psicologia, aos quais foi solicitada a distribuição por sexo de todos os plenários já eleitos nesses Conselhos. A principal fonte dos dados foram os cadernos de registro de posse dos conselheiros. Como marco temporal, os dados foram contabilizados nos anos das posses.

Outra frente de coleta investigou a distribuição por sexo nos cargos de direção das instituições que compunham o FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira –, por meio de acesso aos dados disponibilizados nos sítios das instituições, e/ou por contato telefônico.

Com os dados em mãos, foram elaboradas 21 tabelas, uma para cada unidade do Sistema Conselhos, além de uma com todas as entidades que constituem o FENPB. Todas as tabelas apresentam a frequência absoluta e a frequência relativa na distribuição por sexo para cada gestão informada.

⁴³ “O Crepop surgiu em 2006, como desdobramento do Banco Social de Psicologia com objetivo de consolidar a produção de referências para atuação das (os) psicólogas (os) em políticas públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente. Atualmente, o Crepop configura-se como um Centro de Pesquisas e está formado em rede, composta por 20 unidades locais, nos respectivos Conselhos Regionais (CRP). Cada unidade local conta com um assessor técnico, especializado em políticas públicas, responsável por coordenar atividades locais de pesquisa e de mobilização da categoria, segundo uma agenda de pesquisa integrada nacionalmente.” (<http://crepop.pol.org.br/novo/conheca-o-crepop>).

Breve análise dos dados

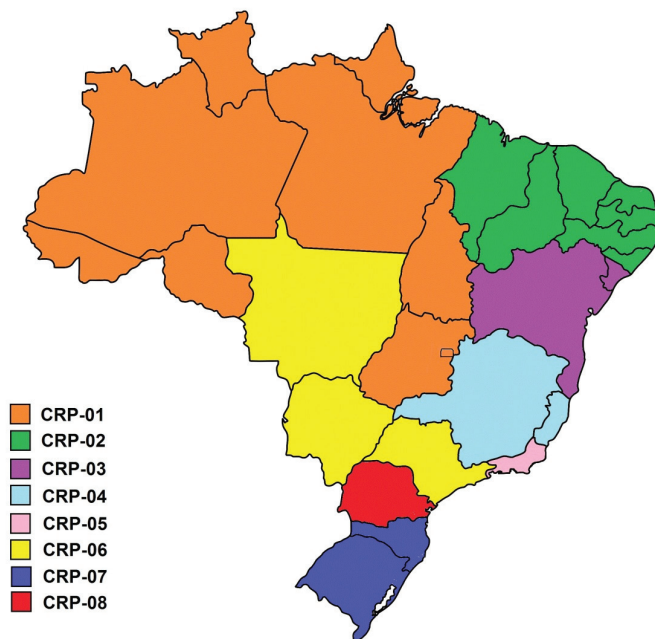
O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) formam o Sistema Conselhos de Psicologia. O CFP e os Conselhos Regionais foram criados pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, com o objetivo de regular a profissão recentemente criada: a Psicologia.

Cabe dizer que a Psicologia surge como profissão em 1962, há 50 anos, sob a Lei 4119, que contempla o currículo mínimo exigido para a formação de seus profissionais, com impacto direto na abertura de cursos de Psicologia. É considerada uma profissão liberal que, menos de dois anos depois de sua regulamentação, assiste ao golpe militar e a instauração de uma ditadura no país, ditadura esta que perdurou até os anos 80 (FURTADO, CFP, 2012, p. 59).

Vale ressaltar que é em meio a esse processo ditatorial que se constituem os conselhos de classe, para regulamentar e orientar as demandas crescentes das profissões liberais. Como destaca Furtado (idem, ibidem), em “um estado de exceção, entre tantas desventuras e retrocessos, a Psicologia como profissão cresce e se estabelece”.

Ainda na década de 1970, foram criados o Conselho Federal de Psicologia e oito Conselhos Regionais, como demonstra o **Mapa 1** a seguir:

Distribuição dos Conselhos Regionais de Psicologia no ano de 1985



Fonte – CFP/CREPOP-2012.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, o crescente número de cursos de Psicologia, a organização do atendimento à saúde pública, o aparecimento das organizações não governamentais, de cunho social, influenciam a constituição dessa profissão. A constituição de 1988 e a institucionalização do estado de direito e da ordem democrática põem um fim à ditadura e dão início a uma nova fase de participação social, garantindo a democracia nas políticas públicas. Em consequência disso, cresce a demanda por serviços aos cidadãos brasileiros e a Psicologia, à medida que assume um compromisso social, passa a ser vista como profissão relevante nas áreas de educação, saúde e assistência social.

É sob esse mote da redemocratização e da relevância da profissão nessa nova ordem social que o Sistema Conselhos de

Psicologia passa a crescer, a ampliar-se enquanto instância de orientação e representação política da categoria de psicólogas (os).

Como recorte de tempo para a análise aqui apresentada foram escolhidos os anos de 1985 – representando o ano de abertura política, início do processo de redemocratização e crescimento do Sistema Conselhos de Psicologia – e o de 2011, primeiro ano da gestão atual em todas as unidades, Federal e Regionais do Sistema Conselhos de Psicologia, como referência para avaliar a participação feminina no Sistema.

A participação da mulher no Sistema Conselhos de Psicologia em 1985

Assim, na década de 1980, especificamente no ano de 1985, o Sistema Conselhos de Psicologia apresentava uma unidade federal e oito unidades regionais, para orientar e regular aproximadamente 54 mil psicólogos. Os plenários já eram compostos, em sua maioria, por mulheres, que representavam 68% do total de participantes, enquanto os homens compunham a minoria de 32%. Nesse ano, os representantes da Psicologia no Sistema Conselhos de Psicologia totalizavam 180 psicólogos (as). Na tabela a seguir, são apresentados os dados de participação, em números absolutos de homens e mulheres por Regional, nos plenários existentes no ano de 1985 e no total:

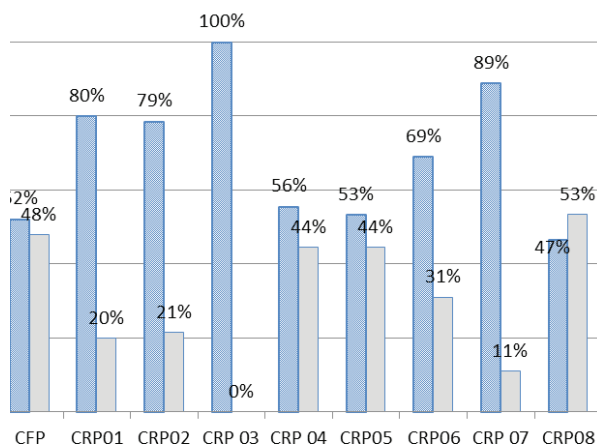
Tabela1 – Distribuição de homens e mulheres por regional, em números absolutos, no ano de 1985

Unidades do Sistema Conselhos de Psicologia	Ano	Total de participantes no plenário	Total de mulheres no plenário	Total de homens no plenário
CFP	1985	23	12	11
CRP 01	1985	15	12	3
CRP 02	1985	14	11	3
CRP 03	1985	18	18	0
CRP 04	1985	18	10	8
CRP 05	1996	30*	16	14
CRP 06	1985	29	20	9
CRP 07	1985	18	16	2
CRP 08	1985	15	7	8
Total	-	180	122	58

Fonte – CFP/CREPOP-2013.* estimativa do número de conselheiros a partir dos dados da década de 1990.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre os percentuais de distribuição de mulheres e homens no CFP e em cada um dos Conselhos Regionais em 1985.

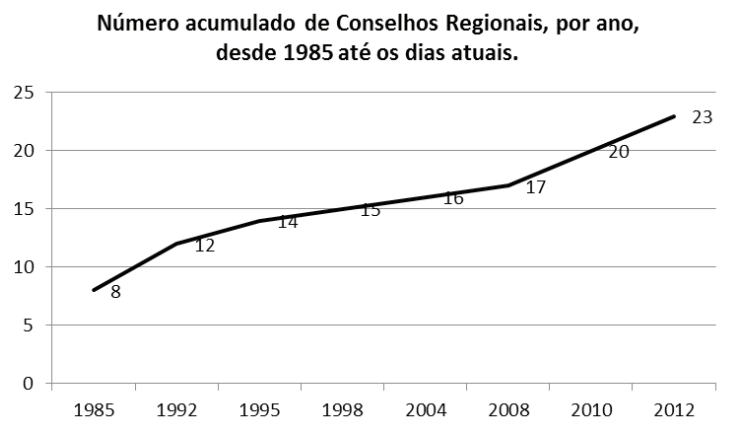
Gráfico1 – Distribuição de mulheres e homens, nas unidades do Sistema Conselhos de Psicologia, no ano de 1985



Fonte:CFPCREPOP-2013.

Cabe destacar que entre 1985 até os dias atuais foram criados mais quinze novos Conselhos Regionais. Um crescimento do Sistema, portanto, de 190% . O gráfico 2 mostra o crescimento do número de Conselhos Regionais até 2013. No entanto, é preciso fazer uma ressalva: os Conselhos Regionais 21, 22 e 23 só serão implementados em agosto de 2013.

Gráfico2 – Crescimento do Sistema Conselhos de Psicologia de Psicologia, em número acumulado de regionais, por ano. Brasília, 2013

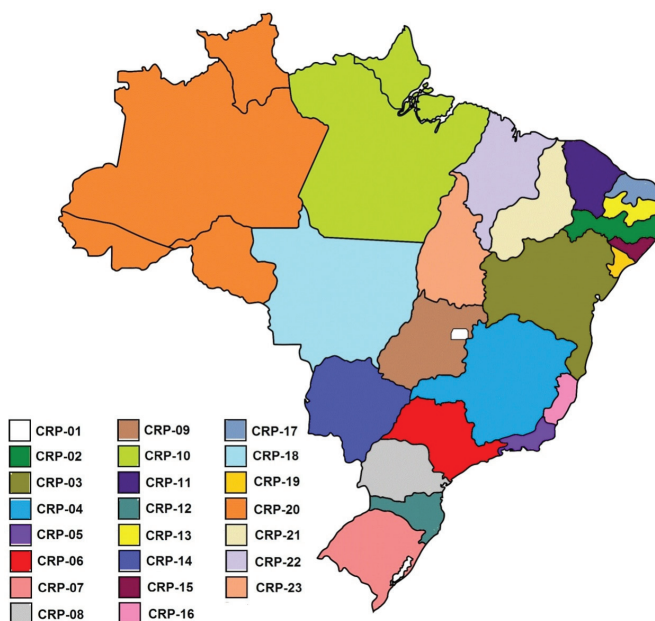


Fonte – CFP/CREPOP-2013.

A participação da mulher no Sistema Conselhos de Psicologia hoje

O Sistema Conselhos de Psicologia hoje está composto pelo CFP e por 23 Conselhos Regionais, o que mostra um crescimento de mais de 200% seja no quantitativo de pessoas, seja na amplitude territorial de sua representação. O Mapa 2 mostra a atual distribuição geográfica do Sistema Conselhos de Psicologia no Brasil.

Distribuição dos Conselhos Regionais de Psicologia no ano de 2013



Fonte – CFP/CREPOP-2013.

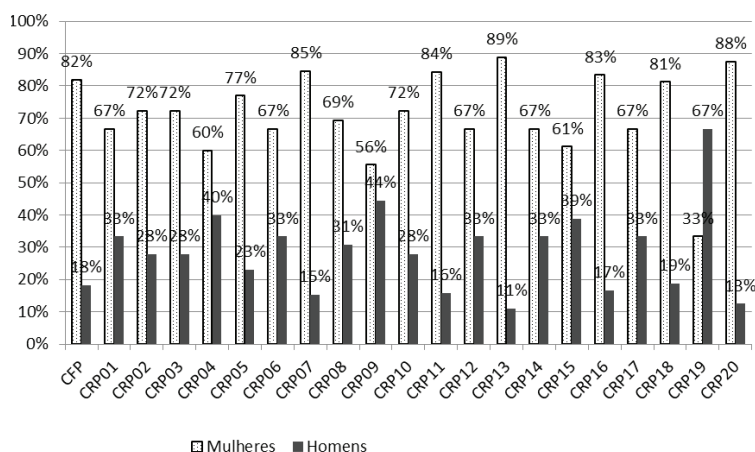
Sabe-se que hoje o quantitativo da Psicologia no Brasil registra a magnitude de 232.000 psicólogos/os, das quais aproximadamente 204 mil são mulheres, esse dado representa 89% desse universo, configurando assim a profissão como feminina. A profissão cresceu mais de 300%, junto ao processo de democratização, assim como a necessidade de representação.

Neste sentido, o que se pode notar, a partir dos dados coletados, é a existência de uma representação de maioria feminina nos plenários do Sistema Conselhos, assim como já se observou nos dados sobre a distribuição por sexo na categoria. O Gráfico 3 apresenta a distribuição por sexo da gestão 2010-2013 de todas as unidades do Sistema Conselhos de Psicologia, mostrando uma média percentual de 71% de mulheres na constituição dos plenários.

É importante notar, que o percentual de participação das

mulheres nos plenários não corresponde à supremacia da presença feminina na profissão, já que as psicólogas somam 89% da categoria. Além disso, a despeito da sua utilidade, a média aritmética entre os percentuais de participação de mulheres nos diversos plenários acaba por tornar invisível o fato de que há muitas diferenças entre as unidades. O Gráfico 3 mostra essas diferenças: embora em quase todos os plenários os percentuais de participação das psicólogas nos plenários fiquem abaixo da marca dos 89% (proporção de mulheres na profissão), em 14 deles a desproporção é mais acentuada. Dois casos podem ser considerados exceções “positivas”: os CRPs 13 e 20, onde há 89% e 88% de mulheres nos plenários, respectivamente. No outro extremo, no CRP 19 elas são apenas 33% e no CRP 9 são 56%.

Gráfico 3 – Distribuição de mulheres e homens, por unidade do Sistema Conselhos de Psicologia, gestão 2012



Fonte – CFP/CREPOP-2013.

A Tabela 2 mostra a participação dessas mulheres em cargos de direção no Sistema Conselhos de Psicologia. Embora maior parte dos Conselhos Regionais reproduza a tendência da categoria, de ser formada por uma maioria de mulheres, , isso

não se repete em relação aos cargos de direção nos plenários. Enquanto as mulheres preenchem 89% dos plenários dos CRPs, a participação delas nos cargos de direção é de 71%.

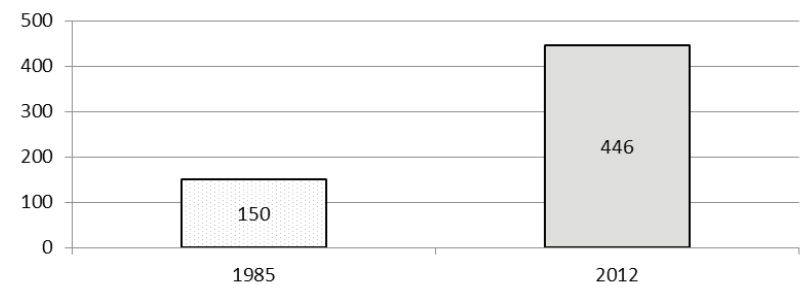
Tabela2 – Distribuição de mulheres e homens, por unidade do Sistema Conselhos de Psicologia, 2012

Unidades do Sistema Conselhos de Psicologia	Total de participantes na Diretoria	Total de mulheres na Diretoria	Percentual mulheres na Diretoria	Total de homens na Diretoria	Percentual de homens na Diretoria
CFP	4	3	75%	1	25%
CRP 01	4	3	75%	1	25%
CRP 02	4	3	75%	1	25%
CRP 03	4	3	75%	1	25%
CRP 04	4	3	75%	1	25%
CRP 05	4	2	50%	2	50%
CRP 06	4	3	75%	1	25%
CRP 07	4	3	75%	1	25%
CRP 08	4	2	50%	2	50%
CRP 09	4	2	50%	2	50%
CRP 10	4	3	75%	1	25%
CRP 11	4	4	100%	0	0%
CRP 12	4	3	75%	1	25%
CRP 13	4	4	100%	0	0%
CRP 14	4	1	25%	3	75%
CRP 15	4	3	75%	1	25%
CRP 16	4	4	100%	0	0%
CRP 17	4	2	50%	2	50%
CRP 18	4	3	75%	1	25%
CRP 19	4	1	25%	3	75%
CRP 20	4	4	100%	0	0%

FONTE: CFP/Crepop-2013

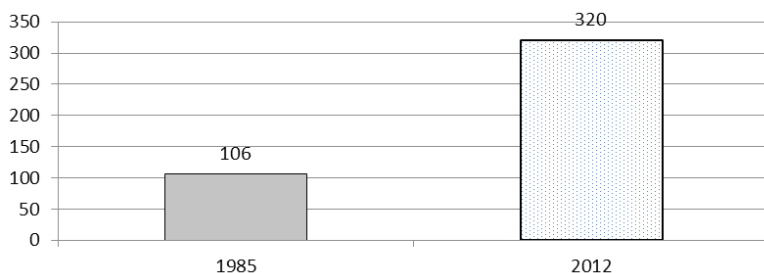
O quantitativo de Conselhos Regionais reflete o crescimento da categoria, o que impacta diretamente no número de representações, como pode ser observado nos gráficos 4 e 5 a seguir:

Gráfico 4 – Crescimento absoluto de psicólogas e psicólogos integrantes dos plenários do Sistema Conselhos de Psicologia, anos de referência 1985 e 2012



Fonte – CFP/CREPOP-2013.

Gráfico 5 – Crescimento do número de psicólogas mulheres integrantes dos plenários do Sistema Conselhos de Psicologia, anos de referência 1985 e 2012



Após analisar o conjunto dos dados apresentados, pode-se concluir que a profissão cresceu junto ao processo de democratização do Brasil, levando à ampliação do Sistema Conselhos de Psicologia em diferentes aspectos, seja no quantitativo de profissionais, na demanda por representações locais mais presentes, nas representações da categoria que se consolida como feminina, seja na sua pauta política de luta e reivindicações. Desse modo pode se observar que participação feminina em cargos de direção no Sistema Conselhos de

Psicologia cresce junto ao incremento nas unidades Regionais integrantes deste Sistema, entretanto, se observa que essa participação não é proporcional a essa distribuição.

Mapeamento sobre a distribuição por sexo nas gestões das instituições que compõem o FENPB

O Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) constitui um espaço amplo e agregador de organização e construção coletiva da Psicologia Brasileira. Está composto por entidades de âmbito nacional, de caráter científico, profissional, sindical e estudantil.

O FENPB foi criado no dia 6 de junho de 1997, na cidade de Belo Horizonte, MG, por uma rede de articulação científica, profissional e acadêmica, sem fins lucrativos, compromissada com a problemática social do país, integrada por entidades representativas da Psicologia brasileira, com sede na cidade de São Paulo. Nesse período foram associadas cinco instituições da Psicologia: Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) e, posteriormente, Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI).

Essas seis instituições deram início às ações do Fórum que têm, até o momento, o compromisso de:

- buscar a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira;
- buscar qualificação técnica e ética no exercício profissional e na pesquisa;
- estabelecer um diálogo fraterno visando intervenções na Psicologia que possam ser consensuais e conjuntas;
- fortalecer os vínculos entre a ciência e a profissão.

O FENPB surge em um momento de crescimento da Psicologia como ciência e profissão, profissão essa majoritariamente feminina, como já foi visto anteriormente. A representação

feminina pode ser percebida na constituição do Fórum e das instituições que o compõem: do total de 28 integrantes, 75% eram mulheres. Os dados sobre a direção dessas instituições seguem a tendência da participação de mulheres nos plenários, ou seja, 68% dessas instituições eram geridas por mulheres.

Tabela 3 – Distribuição de mulheres e homens, por instituição do FENPB 1998

Entidade	Ano do Plenário	Total	Quantidade de mulheres	Quantidade de homens	Quantidade de mulheres na diretoria	Quantidade de homens na Diretoria
ABPD	1998/2000	5	3	2	3	2
ABRAPSO	1996/1997	8	4	4	4	4
ANPEPP -	1996/1998	4	3	1	3	1
SBPH	1997/1999	11	11	0	5	0

Fonte – CFP/ABEP.

Em outubro de 1998, por deliberação do Fórum Nacional de Formação do FENPB, ocorrido em Ribeirão Preto-SP no ano anterior, criou-se mais uma instituição que viria a compor o fórum: a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), para consolidar mais um espaço que, até o momento, estava descoberto: a interseção entre o exercício profissional e as entidades científicas. A criação da Abep refletia o desejo dos segmentos articulados da Psicologia brasileira.

Assim o Fórum foi se constituindo, novas organizações foram criadas, em sua maioria instituições e associações que representavam algumas especificidades de áreas da Psicologia, que ganhavam espaço na sociedade, na academia, como mais uma vertente de conhecimento e atuação das psicólogas.

Atualmente o FENPB é composto por 17 instituições, mostrando um crescimento de 28% em 16 anos de existência. O número de suas representações e de seus integrantes também cresceu nesse período. No seu ano de criação, o FENPB tinha 28 integrantes. Hoje o Fórum conta com 201 integrantes, um aumento de 718%. A

proporção de representação de mulheres permanece praticamente estável: em 1998 eram 75% e hoje são 73%.

Tabela 4 – Distribuição de mulheres e homens, por instituição do FENPB, 2012

Entidade	Nº do Plenário	Total	Quantidade de mulheres	Quantidade de homens	Quantidade de mulheres na diretoria	Quantidade de homens na Diretoria
ABEP	2011/2013	12	10	2	6	0
ABECIPSI	2012/2014	12	6	6	5	2
ABPD	2012/2014	4	4	0	4	0
ABPJ	2012/2013	20	16	4	4	1
ABPSA	2012/2013	8	7	1	5	1
ABRAP	2011/2013	40	24	16	2	1
ABRANEP	2012/2013	5	5	0	1	0
ABRAPEE	2012/2014	13	13	0	5	0
ABRAPSO	2012/2013	7	6	1	4	1
ANPEPP	2012/2014	5	2	3	2	3
ASBRo	2011/2012	12	11	1	7	0
FENAPSI	2012/2013	19	10	9	8	6
IBAP	2011/2013	18	14	4	5	1
SBPH	2011/2013	18	14	4	3	2
SBPOT	2012/2014	8	5	3	3	3
SOBRAPA	2012/2013	-				

Fonte – CFP/ABEP.

Sobre as autoras e os autores

Sobre as autoras e os autores

Ana Ludmila F. Costa – Possui graduação e mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia na UFRN, pesquisadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação e assessora técnica em pesquisa do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia.

Bruna Bonassi – Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalhou como bolsista PIBIC no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil. Atualmente estagia no Centro de Referência de Assistência Social e é bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Psicanálise. Militante feminista, participa de grupos de debate em questões de gênero, psicanálise, movimentos sociais e políticas públicas.

Geni Núñez – Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Pesquisa Margens- Modos de Vida, Família e Relações de Gênero. Atualmente é bolsista no Núcleo de Estudos em Psicanálise. Militante feminista, interessa-se pelas questões de gênero e psicanálise.

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira – Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo e doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi membro da Diretoria da ANPEPP gestão 2010-2012.

Jéssica J. Roslindo – Possui graduação em Estatística (2008) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduação em

Marketing (2010) pela FAE Business School. Atua em projetos de pesquisa de opinião e mercado. Responsável pelo processamento e análise de dados na empresa R&J – Pesquisa de Mercado e Opinião. Em fevereiro de 2013 fundou a R&J Pesquisas, que dirige em conjunto com seu sócio Raul A. L. Cesar Moreira.

Louise Amaral Lhullier – Doutora em Psicologia pela PUC-SP. Psicóloga pela PUC-RS. Psicanalista. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora no Brasil do convênio entre o Departamento de Psicologia da UFSC e o Département de Psychanalyse da Université Paris VIII. Coordenadora dos projetos de pesquisa “O estatuto da obra na psicose: sintoma, suplência, sinthoma” e “Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil”.

Maria Chalfin Coutinho - Possui graduação em Psicologia, mestrado em Educação pela UFRGS, doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP e Pós-doutorado em Psicologia Social pela USP. Professora Associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Núcleo de Estudos Trabalho e Constituição do Sujeito NETCOS. Compartilha a coordenação do GT Trabalho e Processos Organizativos na Contemporaneidade da ANPEPP.

Maria Fernanda Diogo – Psicóloga pela PUC/SP, mestre e doutora em Psicologia pela UFSC. Docente na Faculdade Municipal de Palhoça, da Pós-Graduação do SENAC/SC e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito da UFSC.

Oswaldo Hajime Yamamoto - Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo; mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fundador e editor da revista Estudos de Psicologia Natal (ISSN1413-294X) (1996-2003). Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (2000-2002). Diretor

e Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Editores Científicos ABEC (2002-2007).

Raul A. L. Cesar Moreira - geógrafo, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador há mais de 15 anos, atuou no Instituto ETHOS de Pesquisa Aplicada, no gerenciamento de projetos de pesquisa, especialmente em estudos sobre satisfação, perfis sócio-demográficos e análise de impacto sócio-ambiental,. Em fevereiro de 2013 fundou a R&J Pesquisas, que dirige em conjunto com sua sócia Jéssica J. Roslindo.

Rita Flores Müller - Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do grupo EPOS: violência, subjetivações e juventude (IMS/UERJ). Pesquisadora do projeto Efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil, realizado no NEP/UFSC para o Conselho Federal de Psicologia.



Conselho
Federal de
Psicologia

ISBN 978-85-89208-61-1



9 788589 208611